

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

JEFFERSON GOMES DE MOURA

**A MEMÓRIA SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL NA REVISTA BRASILEIRA PARA
CEGOS (RBC)**

RIO DE JANEIRO
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – PPGMS

JEFFERSON GOMES DE MOURA

**A MEMÓRIA SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL NA REVISTA BRASILEIRA PARA
CEGOS (RBC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social
Linha de Pesquisa: Memória e Linguagem
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Evelyn Goyannes Dill Orrico

RIO DE JANEIRO
2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G929 Gomes de Moura, Jefferson
A memória sobre deficiência visual na Revista Brasileira Para Cegos (RBC) / Jefferson Gomes de Moura. -- Rio de Janeiro, 2020.
104

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2020.

1. Discurso e Memória. 2. Deficiência Visual. 3. Instituto Benjamin Constant. 4. Revista Brasileira para Cegos. I. Goyannes Dill Orrico, Evelyn, orient. II. Título.

JEFFERSON GOMES DE MOURA

**A MEMÓRIA SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL NA REVISTA BRASILEIRA PARA
CEGOS (RBC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Memória Social.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dr^a Evelyn Goyannes Dill Orrico
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Membro interno: Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Membro externo: Hylea de Camargo Vale Fernandes Lima
Instituto Benjamin Constant (IBC)

Dedico este trabalho aos meus pais, por terem investido desde sempre no meu sucesso profissional. À minha esposa, Luana, por me dar apoio nos momentos de fraqueza e não me deixar desistir. Às pessoas com deficiência visual, leitoras ou não da RBC.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Jorge Antônio e Nilda Gomes, por serem exemplos de retidão na minha vida, e por terem me apoiado desde os primeiros anos dos meus estudos.

À minha esposa, Luana Prado, por ser paciente nas minhas ausências durante a árdua tarefa de concluir o Curso de Mestrado. Por estar sempre do meu lado nos momentos em que pensei em desistir, me trazendo palavras de estímulo e me restituindo à luta.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), por ter acolhido meu projeto de pesquisa.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Evelyn Goyannes Dill Orrico, por me auxiliar na condução deste trabalho, sempre me indicando o melhor caminho a trilhar nos meandros da memória social e da análise do discurso.

À Cláudia Paschoal, Maristela Dalmolin e a Luciano Paixão, colegas do IBC e de PPGMS, pelo imenso apoio ao longo da minha caminhada e por me apresentarem à Memória Social.

À Daniele Pereira, pelo auxílio na obtenção dos materiais necessários à pesquisa e por dividir suas experiências dos tempos em que atuava na Coordenação de Revistas em Braille do IBC.

À Ana Luísa Araújo, Maria Cecília Coelho e Fabiana Arruda, colegas inseparáveis de trabalho na Imprensa Braille do IBC, e aos demais amigos, por me apoiarem desde o início da minha trajetória acadêmica. Sem eles não teria conseguido.

Incontáveis agradecimentos a todos!

RESUMO

MOURA, Jefferson Gomes de. **A memória sobre deficiência visual na Revista Brasileira para Cegos (RBC)**. 2020. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2020.

A Revista Brasileira para Cegos (RBC), publicação de informação e cultura em braille para pessoas cegas, produzida no Instituto Benjamin Constant (IBC) desde 1942, atualmente com periodicidade trimestral, constitui-se em importante meio de acesso ao conhecimento no formato impresso para o seu público. Três recortes da edição da RBC foram observados. O primeiro corresponde à edição número 1 da revista (discurso fundador), datado de abril de 1942. O segundo, no ano de 2011 (números 522 a 525), marca o fim de um período (dezenove anos) em que uma só pessoa cega ficou à frente da editoria do periódico. E o terceiro, nos anos de 2012/13 (números 526 a 529), contempla um período de transição para uma comissão editorial, formada por pessoas cegas e videntes. Este trabalho objetiva compreender como ocorre a construção da memória coletiva sobre deficiência visual na RBC; se esse discurso, iniciado no primeiro exemplar, foi repetido nos números seguintes, podendo ser dividido em institucional (registro de políticas públicas) e de empoderamento (palavras de encorajamento) da pessoa cega. A pesquisa se norteia pela dimensão qualitativa e utiliza como ferramenta para apreciação do *corpus* a Análise do Discurso, vertente francesa, de Michel Pêcheux, que considera a atividade discursiva como resultante de um processo sócio-histórico. Este estudo constatou que, desde o primeiro número, a Revista Brasileira para Cegos apresenta discurso sobre deficiência visual, de fortalecimento das potencialidades da pessoa cega (empoderador) e de valorização do Instituto Benjamin Constant como centro de referência nas questões da visão (institucional), sendo repetido semanticamente sete décadas depois. Esta pesquisa concluiu que o discurso sobre deficiência visual é o elemento comum que liga a revista ao seu público, estando nele inseridas a defesa/valorização do braille como sistema de leitura e escrita da pessoa cega e a defesa/valorização da instituição de referência (IBC).

Palavras-chave: Discurso e Memória. Deficiência Visual. Instituto Benjamin Constant.
Revista Brasileira para Cegos.

ABSTRACT

MOURA, Jefferson Gomes de. **The memory about visual impairment in the Revista Brasileira para Cegos (RBC)**. Dissertation (Graduate Program in Social Memory). Center for Human and Social Sciences, Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2020.

The Revista Brasileira para Cegos (RBC), a publication of information and culture in braille for blind people, has been produced at Instituto Benjamin Constant (IBC) since 1942, nowadays with quarterly periodicity, constitutes an important means of access to knowledge in printed format for your audience. It is proposed to observe three RBC edition parts. The first corresponds to number 1 magazine's issue (founding discourse), dated April 1942. The second, in 2011 (numbers 522 to 525), marks the end of a period (nineteen years) in which only one blind person was in command of the periodical's publisher. And the third, in the years 2012/13 (numbers 526 to 529), contains a transition period for an editorial commission, composed of blind and not blind people. This paper aims to understand how the construction of collective memory about visual impairment in RBC occurs; if this discourse, initiated in the first copy of the magazine, was repeated in the following numbers, it can be divided into institutional (registration of public policies) and empowerment (words of encouragement) of the blind person. The research is guided by the qualitative dimension and uses French Discourse Analysis, by Michel Pêcheux, as a tool to assess the corpus, which considers the discursive activity as the result of a socio-historical process. This paper has considered, since the first issue, the Revista Brasileira para Cegos presents a discourse on visual impairment, strengthening the potential of the blind person (empowerer) and valuing Instituto Benjamin Constant as a reference center in aspects of vision (institutional), and it has been repeated semantically seven decades later. This paper concluded that the discourse on visual impairment is the common element that links the magazine to its audience, including the defense/valorization of braille as a reading and writing system for the blind person and the defense/valorization of the reference institution (IBC).

Key-words: Discourse and memory. Visual impairment. Instituto Benjamin Constant.
Revista Brasileira para Cegos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa da primeira RBC (1942) e da edição nº 552 (2019).....	12
Figura 2	Cela braille.....	18
Figura 3	Representação do alfabeto na escrita convencional e em braille.....	18
Figura 4	Sonografia Barbier.....	19
Figura 5	Reglete e punção.....	23
Figura 6	Capas das revistas “Fon Fon!” e “Cruzeiro”.....	24
Figura 7	Capa da revista Pontinhos, edição especial em comemoração aos 60 anos de lançamento (2019)	24
Figura 8	Visualização do texto da RBC no programa Braille Fácil, no sistema comum e em braille (<i>layout</i> de impressão)	27
Figura 9	Clichê em alumínio sendo impresso	27
Figura 10	Impressora <i>offset</i> adaptada com o clichê instalado, pronta para impressão em braille da RBC	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura da RBC nº 1.....	45
Tabela 2	Estrutura das RBC nº 522 ao 525.....	47
Tabela 3	Estrutura das RBC nº 526 ao 529.....	54

LISTA DE ABREVIACOES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise do discurso
CBB	Comissão Brasileira do Braille
EPUB	<i>Electronic Publication</i> (Publicação eletrônica)
FD	Formação discursiva
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
RBC	Revista Brasileira para Cegos
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SD	Sequência discursiva
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEMESP	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A COMUNICAÇÃO ESCRITA PARA CEGOS: DO CÓDIGO DE LINGUAGEM AO OBJETO DE LEITURA	17
2.1	O Sistema Braille.....	17
2.2	O Instituto Benjamin Constant e a produção de impressos em braille.....	21
2.3	A Produção da RBC na atualidade.....	25
3	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A RELAÇÃO COM AS PUBLICAÇÕES EM BRAILLE	30
3.1	A produção de impressos em braille no Brasil.....	30
3.2	A relação entre os leitores e a RBC.....	35
4	DEFICIÊNCIA VISUAL NA RBC – DISCURSO INSTITUCIONAL E DE EMPODERAMENTO DA PESSOA CEGA	40
4.1	Análise do discurso de vertente francesa.....	40
4.2	Análise dos exemplares da Revista Brasileira para Cegos.....	44
4.2.1	A primeira RBC (1942).....	44
4.2.2	As RBC produzidas em 2011 (números 522, 523, 524 e 525).....	47
4.2.3	As RBC produzidas em 2012/2013 (números 526, 527, 528 e 529).....	54
4.3	As cartas dos leitores.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXO	73

1 INTRODUÇÃO

Vivemos na era da informação que, a cada minuto, é veiculada pela mídia (TV, rádio, internet e materiais impressos) e recebida por nós, mesmo sem a gente perceber. Entretanto, grande parte dessas informações é concebida para pessoas sem deficiência. Para as pessoas cegas em particular, restam inúmeras lacunas, como os programas de TV que ainda não possuem o recurso da audiodescrição¹, o rádio que, embora seja muito utilizado, muitas vezes não conta com profissionais preparados para narrar os acontecimentos de forma inteligível para esse público, os *sites* com apelo visual, sem a descrição do conteúdo e, por fim, materiais impressos (livros, jornais e revistas), sem o correspondente exemplar em braille.

Para suprir uma parcela dessas lacunas, é que circula, desde 1942, a Revista Brasileira para Cegos (RBC), ISSN nº 2595-1009, transcrita para o Sistema Braille², impressa no Instituto Benjamin Constant (IBC)³ e idealizada pelo professor de inglês José Espínola Veiga, que lecionou no IBC de 1914 a 1959 (DELDUCK, 1999). Voltada exclusivamente para o público cego em idade adulta⁴ e com periodicidade trimestral, é distribuída gratuitamente para cerca de 3.200 assinantes em 21 países⁵. É importante meio de acesso à leitura no Sistema Braille, dada à escassez de materiais nesse suporte.

O conteúdo da RBC é elaborado principalmente pela seleção de matérias, publicadas originalmente em jornais e revistas de circulação para toda a população, e também de material informativo da internet. Também integram a revista textos encaminhados pelos próprios leitores ou de autoria dos editores da RBC. Atualmente, essa tarefa é realizada por uma comissão editorial⁶, composta por cinco membros (duas pessoas cegas, uma com baixa visão e duas videntes⁷), que analisa os materiais colhidos, definindo a pauta, ou seja, discutindo os conteúdos que entrarão ou não em cada edição da revista.

¹ Recurso ativado pelo telespectador, que acrescenta ao áudio original a fala de um profissional, com a descrição dos acontecimentos do programa televisivo, visando melhor compreensão das cenas pelas pessoas com deficiência visual.

² Combinação de seis pontos em relevo, correspondente às letras e demais símbolos, permitindo a leitura e a escrita da pessoa cega.

³ O Instituto Benjamin Constant é um órgão singular, dotado de autonomia administrativa limitada, ligado diretamente ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/o-ibc>. Acesso em 20 jun. 2018.

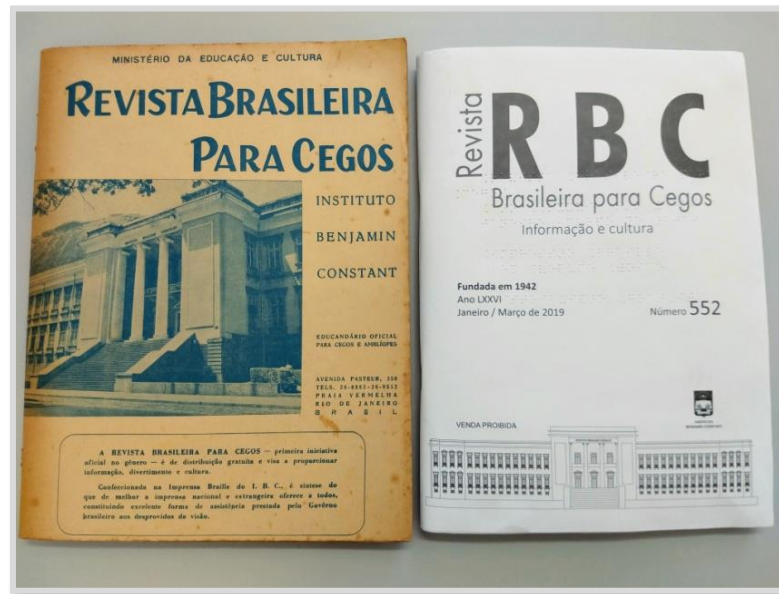
⁴ O IBC também editora e distribui gratuitamente em braille a revista Pontinhos, voltada para o público infantojuvenil cego, que não será objeto deste estudo.

⁵ Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/publicacoes/revistas>. Acesso em 02 out. 2018.

⁶ Portaria MEC/IBC nº 110, de 09 de abril de 2018.

⁷ Termo comumente utilizado para definir a pessoa que não possui deficiência visual.

Figura 1 - Capa da primeira RBC (1942) e da edição nº 552 (2019)



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

As matérias abordam, de forma recorrente, curiosidades, inovações científicas, assuntos de interesse geral, poesias, receitas culinárias e questões ligadas à deficiência visual. Na folha de rosto da revista, o leitor vislumbra que a RBC é uma “publicação trimestral de informação e cultura”. Cada edição é composta por, em média, 80 páginas em braille, contendo editorial e seções.

O objetivo do presente trabalho é perceber a construção da memória sobre questões relativas à deficiência visual ou correlacionadas aos desafios vividos pela pessoa cega por meio da análise de matérias publicadas no periódico RBC. Essa análise foi feita pela observação de matérias e editoriais ali publicados, de conteúdo autoral ou provenientes de outras publicações, que tratem diretamente do tema "deficiência visual" ou dos desafios que as pessoas cegas precisam ultrapassar.

Mais especificamente, verificou-se se a memória sobre deficiência visual na RBC é construída por meio do discurso institucional, exaltando pontos de vista de políticas governamentais; e do discurso do grupo social com deficiência visual, contendo o registro das suas lutas para afirmação perante a sociedade e superação de dificuldades, como forma de empoderamento.

Para atingir tal objetivo, este trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o Sistema Braille, método de leitura e escrita que deu autonomia às pessoas cegas, peça fundamental para a criação do Instituto Benjamin Constant e da Revista Brasileira para Cegos;
- b) Contextualizar a RBC no processo histórico de produção de impressos em braille;
- c) Mostrar que, diante da escassez de publicações em braille, a RBC tem especial importância para o seu público;
- d) Analisar a construção da memória sobre deficiência visual na RBC pelos discursos institucional e de empoderamento da pessoa cega.

Segundo Halbwachs (2006), para existir comunhão entre as memórias dos indivíduos, é necessário que haja elementos em comum, que existam pontos de contato entre as memórias. Parte-se do pressuposto de que esses “elementos em comum” na RBC sejam os temas relativos à deficiência visual. É sobre esses “pontos de contato” que o presente estudo se debruça.

Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa no IBC, em portarias, documentos e publicações que recontam a história da Revista Brasileira para Cegos, objetivando traçar sua evolução até os dias atuais. O percurso da publicação ao longo de quase oito décadas se confunde com a própria memória do Instituto Benjamin Constant. Verificar o contexto inicial de criação da publicação é importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois, segundo Pêcheux (1997, p. 77), “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Portanto, percorrer o contexto sócio-histórico fundador da RBC fez com que se pudesse chegar às condições de produção da publicação.

O *corpus* do trabalho são as RBC de números 1, editorada em 1942; 522 a 525, de 2011 e 526 a 529, publicadas entre janeiro de 2012 e janeiro de 2013, totalizando nove revistas (REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS, 1942, 2011, 2013). A observação da revista número 1 visa aferir a vocação da RBC em tratar temática ligada à deficiência visual, discurso que se pretende verificar se será repetido até os dias atuais. O segundo recorte, de 2011, traz o último ano em que a revista foi editorada por uma única pessoa, que ficou à frente da publicação por 19 anos consecutivos. O recorte mais atual abrange um período de transição na revista, que a partir de 2012 passou a ser elaborada por uma comissão composta por pessoas cegas e videntes. Uma análise preliminar das revistas desse período de transição mostra um incremento nas matérias que abordam a temática da deficiência. Visando observar a reação dos leitores à transição sentida no periódico, foram utilizadas quatro correspondências encaminhadas à RBC e publicadas no número 529, em atendimento à solicitação da comissão editorial para envio de

correspondências com sugestões, comentários e críticas. Nas correspondências apresentadas no presente estudo, optou-se por efetuar a correção ortográfica da redação.

A ferramenta utilizada para análise do *corpus* é a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, cujo maior expoente é Michel Pêcheux, que leva em consideração o processo histórico da concepção do discurso como sendo fruto do embate entre classes sociais. Segundo essa vertente de estudo (PÊCHEUX, 1995), aquilo que está sendo dito no momento atual não pertence aos seus emissores. Na verdade, é reflexo das lutas do passado, cujo resultado pré-determina o que pode ou não ser dito em determinada situação. Segundo essa vertente da Análise do Discurso, esses traços do passado (memória discursiva) ficam marcados no texto, podendo ser depreendidos por meio da análise de excertos do *corpus* a ser analisado, as sequências discursivas (SD) (PÊCHEUX, 1995). Acredita-se que a RBC, em mais de sete décadas de existência, apresente uma memória discursiva que se iniciou na revista número 1, traçando os rumos da publicação nos números seguintes.

A pesquisa norteia-se pela dimensão qualitativa, que, segundo Minayo (2009, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. É nesse sentido que é investigada a RBC, na sua influência sobre a subjetividade dos leitores cegos e na construção de uma memória coletiva na publicação, tendo por base comum as questões sobre deficiência visual.

A presente pesquisa se justifica, pois, em sete décadas de existência, apesar de haver estudos acadêmicos que fazem menção à RBC, não foram localizadas pesquisas específicas sobre a Revista Brasileira para Cegos⁸. Durante todos esses anos, a RBC tem sido um dos únicos veículos na transmissão de informação e conhecimentos no Sistema Braille para seu público. Segundo dados do IBGE (2015), 3,6% por cento da população tem algum tipo de deficiência visual. Portanto, o estudo de um periódico que visa atender a essa significativa parcela da população é relevante e necessário.

A RBC é importante meio de acesso à leitura em braille para as pessoas cegas. Acredita-se que o estudo acadêmico da revista possa fortalecer sua importância perante a sociedade, bem como estimular novas pesquisas sobre os impressos em braille. Igualmente, alertará a sociedade acerca da necessidade de aumento do quantitativo dessas publicações para as pessoas com deficiência visual, para que possam um dia desfrutar das mesmas oportunidades que são ofertadas às pessoas que enxergam, provocando, assim, o fortalecimento da sua inclusão na sociedade.

⁸ Pesquisa realizada no portal de teses e dissertações da CAPES, com a busca “Revista Brasileira para Cegos”, sem resultado. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 02 dez. 2018.

O interesse pela Revista Brasileira para Cegos deriva da minha trajetória no Instituto Benjamin Constant. Ingressei em 2004, como Assistente em Administração, cargo que ocupo até os dias atuais. Ao longo desses anos, passei pela Divisão de Capacitação de Recursos Humanos e a Coordenação do Livro Falado, até que em 2013 ingressei na Imprensa Braille do IBC. Em 2017, a produção editorial das Revistas em Braille, responsável pela produção dos periódicos RBC e Pontinhos, migrou para a Imprensa Braille. A mudança me aproximou da publicação e incentivou o interesse em conhecer melhor a revista.

A relevância se encontra nos 75 anos de edição da RBC, revista que atravessou diversos períodos da história, informando e entretendo as pessoas com deficiência visual. No campo da memória social, acredita-se que ela seja objeto construtor da memória coletiva do leitor. Como Halbwachs esclarece (2006), nunca estamos sozinhos em nossas memórias, pois nossa visão do mundo é desenvolvida pelas memórias que adquirimos. Nesse sentido, as informações fornecidas pela RBC formam importantes redes de conhecimentos no imaginário do leitor, construindo um universo simbólico dos quais as pessoas com deficiência visual se utilizam ao longo da vida. Por isso, é importante o estudo dessa publicação quase secular.

O trabalho é estruturado em cinco capítulos, incluindo a introdução. O segundo capítulo é dedicado inicialmente ao Sistema Braille, da concepção nos primeiros anos do século XIX aos dias atuais, invento que foi peça fundamental na criação do Instituto Benjamin Constant em 1854 e, posteriormente, da Revista Brasileira para Cegos. Em seguida, trata da história da instituição, contada pela via do desenvolvimento de impressos nesse sistema, no qual se inclui a RBC. Por fim, após tratar do suporte impresso da revista e da instituição no seio da qual foi concebida, aborda o ciclo de produção da publicação no momento atual.

No terceiro capítulo, que aborda a relação das pessoas cegas com as publicações em braille, é apresentado um panorama das políticas públicas que tratam da produção de impressos nessa simbologia, com as normas de direito pátrio e internacional sobre o tema, mostrando que ainda há um longo caminho para que a pessoa cega tenha acesso à informação impressa em quantidade semelhante ao oferecido às pessoas videntes. Nessa esteira, apresenta o relacionamento do leitor da RBC com a sua revista, contada pelas cartas dos leitores, que se desenvolve em meio a um número reduzido de publicações no Sistema Braille.

O quarto capítulo, acerca da deficiência visual na RBC, do ponto de vista institucional e de empoderamento da pessoa cega, inicialmente aborda os aspectos conceituais da análise do discurso de vertente francesa, ferramenta teórica a ser empregada para auxiliar na consecução do objetivo deste trabalho. No plano da deficiência visual sob o prisma Institucional, busca elementos para a percepção desse discurso, tendo como sujeitos o governo e a sociedade com

deficiência visual, esta última receptora das políticas públicas estatais. No plano do empoderamento da pessoa cega, visa mostrar a abordagem dos assuntos relativos à pessoa com deficiência visual como possíveis elementos motivacionais desse público.

O quinto capítulo se dedica às considerações finais.

2 A COMUNICAÇÃO ESCRITA PARA CEGOS: DO CÓDIGO DE LINGUAGEM AO OBJETO DE LEITURA

Este capítulo aborda uma explicação acerca do Sistema Braille, a partir da sua criação pela mente de Louis Braille, passando por aspectos estruturais e apresentando os principais documentos que o regulamentam no Brasil. Em seguida, percorre a história do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, pelo aspecto da produção de impressos em braille, cuja necessidade coincide com a fundação do educandário e a introdução desse método de leitura e escrita no território brasileiro, processo no qual se insere a Revista Brasileira para Cegos. Por fim, aborda o processo de produção da RBC atualmente.

Este capítulo visa dar subsídios à análise dos exemplares da RBC, pois objetiva mostrar porque o Sistema Braille é importante para o seu público, uma vez que, nas revistas que compõem o *corpus*, há diversos conteúdos exaltando os benefícios do método de leitura e escrita de Louis Braille. O braille fez com que a pessoa cega pudesse ter acesso, pela primeira vez na história, à leitura e, principalmente, à escrita de forma autônoma, inaugurando uma nova era na educação desse público. Também será possível perceber que a invenção do braille foi o ponto de partida para a criação do Instituto Benjamin Constant, primeiro educandário da América Latina para pessoas com deficiência visual. Também foi o braille que tornou possível a criação da Revista Brasileira para Cegos, publicação responsável por dar grande escala à produção do IBC, levando informação, cultura e entretenimento no formato impresso para pessoas cegas.

2.1 O SISTEMA BRAILLE

Não há como falar do Instituto Benjamin Constant e da Revista Brasileira para Cegos sem antes tratar do Sistema Braille, método de leitura e escrita fundamental para a independência das pessoas cegas, que dá suporte à impressão da RBC. Desde a sua criação pelo francês Louis Braille (1809-1852), na época um jovem estudante cego do Instituto dos Meninos Cegos de Paris, o braille proporciona acesso à escrita e à leitura autônomas para a pessoa cega, de forma prática e rápida, proporcionando sua melhor inserção na sociedade, com acesso à informação, aos estudos e à comunicação de maneira semelhante aos videntes.

E foi por meio da demonstração das vantagens desse sistema no Brasil por José Álvares de Azevedo (1834-1854), um jovem cego brasileiro que também estudou no Instituto dos Meninos Cegos de Paris, que as autoridades imperiais se convenceram da possibilidade de

criação de uma instituição para a educação de pessoas com deficiência visual. Portanto, a fundação do IBC está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento desse sistema de leitura e escrita (CERQUEIRA, 2009).

O braille é um conjunto de símbolos, formado por 63 combinações de 6 pontos em relevo (cela braille) ou 64 combinações, considerando a cela em branco (espaço), que representam as letras do alfabeto, os números e os demais símbolos utilizados na escrita e leitura, no idioma em que estiver sendo empregado.

Figura 2- Cella braille



Fonte: O autor, 2019.

Por exemplo, a letra “a” é representada pelo ponto 1, a “b”, pelos pontos 1 e 2 e a “c”, pelos pontos 1 e 4 e assim por diante:

Figura 3 - Representação do alfabeto na escrita convencional e em braille

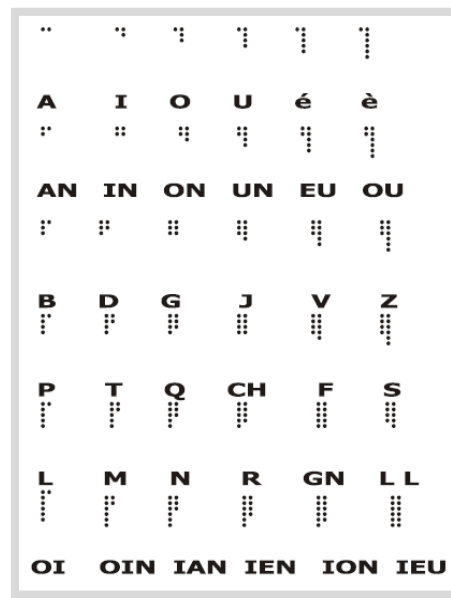
a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m
⠁	⠃	⠉	⠑	⠗	⠖	⠎	⠊	⠋	⠛	⠗	⠏	⠓
n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z
⠝	⠕	⠏	⠒	⠗	⠎	⠞	⠥	⠦	⠡	⠠	⠹	⠵

Fonte: Grafia Braille para a Língua Portuguesa, 2018, p. 23.

Antes do Sistema Braille, houve outras tentativas de propiciar acesso à leitura para pessoa cega. Um dos métodos pré-braille mais conhecidos foi a representação em relevo da simbologia comum de escrita, ou seja, apresentar as letras em alto-relevo. Esse método, introduzido no Instituto dos Meninos Cegos de Paris pelo seu fundador, Valentin Haüy (1745-1822), apresentava problemas, como o grande volume ocupado pelos materiais produzidos, pois, para que as letras fossem apreendidas pela pessoa cega, deveriam ser representadas em tamanho grande, o que dificultava sua reprodução. As pessoas cegas também tinham lentidão na leitura, e esse sistema não permitia ao usuário o acesso à escrita de forma manual (CERQUEIRA, 2009).

Outro método, introduzido no mencionado instituto, em 1821, por Charles Barbier de La Serre (1767-1841), militar do exército francês, foi o sistema conhecido como Escrita noturna ou Sonografia Barbier. Ele se baseava em um conjunto de até 12 pontos em relevo, representando os sons da língua francesa, que foi desenvolvido para comunicação dos soldados nos campos de batalha, de forma silenciosa, visando evitar que o inimigo soubesse do conteúdo das mensagens. O método Barbier foi introduzido naquele instituto, em substituição à representação em relevo das letras.

Figura 4 - Sonografia Barbier



Fonte: CERQUEIRA, 2009, p.23.

Um dos alunos do Instituto dos Meninos Cegos de Paris, um jovem de 12 anos de idade chamado Louis Braille, percebendo as limitações da Sonografia Barbier, mas ciente das suas

potencialidades, resolveu então aprimorar o método, reduzindo a quantidade de pontos em relevo para seis, cujas 63 combinações seriam as letras e números, simplificando o aprendizado e a escrita no novo sistema. Em 1825, aos 16 anos, apresentou à mencionada instituição o seu invento, que teve reconhecimento oficial pelo governo francês em 1854. Pela sua simplicidade no aprendizado e na reprodução dos escritos, após a superação de algumas resistências, o Sistema Braille foi amplamente aceito e difundido, sendo utilizado até os dias atuais pelas pessoas com deficiência visual (CERQUEIRA, 2009).

Em função da variedade de símbolos que precisa representar para a escrita, apesar de ser universal, o Sistema Braille é regulamentado em diversos países pelo mundo a fora. No Brasil, suas diretrizes são traçadas pela Comissão Brasileira do Braille (CBB), órgão criado pela Portaria Ministerial n.º 319, de 26/02/1999, vinculado à então SEESP (Secretaria de Educação Especial), atual Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do Ministério da Educação (SEMESP/MEC). De acordo com o referido decreto, artigo 3º, inciso V, compete à CBB, entre outras atribuições: “Avaliar permanentemente a simbologia braille adotada no país, atentando para a necessidade de adaptá-la ou alterá-la, face à evolução técnica e científica [...]”.

Desde então, a CBB tem editado documentos visando à uniformização do braille em território nacional. Entre eles, destacam-se as Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille, que pode ser comparada com a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para produção acadêmica de textos, indicando, por exemplo, a gramatura de papel utilizado para impressão braille, os itens que devem constar na capa dos livros, sumário, entre outros aspectos técnicos da confecção de um impresso nesse sistema.

Outros documentos importantes produzidos pela CBB são a Grafia Braille para a Língua Portuguesa, o Código Matemático Unificado, a Grafia Braille para Informática e a Grafia Química Braille. Além de tornar o braille uniforme, desfazendo ambiguidades no seu emprego, a edição desses documentos, que vêm sendo aperfeiçoados ao longo dos anos, permite a atualização do Sistema Braille em função de novas demandas por símbolos, derivadas da evolução tecnológica, necessidades impensáveis na época do inventor do braille, como os símbolos # ⠠⠠⠠⠠ (*hashtag*), @ ⠠⠠ (arroba), e © ⠠⠠⠠⠠⠠ (*copyright*), amplamente empregados nos dias atuais.

A Grafia Braille para a Língua Portuguesa (BRASIL, 2018), documento que visa adequar o Sistema Braille às especificidades do idioma, no anexo B, contém um parecer sobre a grafia da palavra “braille”. Segundo o documento, são aceitos os termos Sistema Braille (nome utilizado desde o início da difusão do método) e braille, com dois “l” e em minúscula,

seguindo a grafia original do sobrenome do seu inventor, no idioma francês. No presente estudo, serão empregadas as duas terminologias, com igual valor semântico, para indicar o método de leitura e escrita desenvolvido por Louis Braille.

A seguir, passa-se a percorrer a história do IBC, instituição pioneira na educação de pessoas com deficiência visual no Brasil, recontada pela evolução de seus impressos em braille.

2.2 O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT E A PRODUÇÃO DE IMPRESSOS EM BRAILLE

O Instituto Benjamin Constant, educandário especializado para pessoas com deficiência visual, inaugurado, na região da Gamboa, em 17 de setembro de 1854, por meio do decreto imperial nº 1.428, de 12 de setembro daquele ano (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007), denominado inicialmente como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, se constitui em valiosa conquista para as pessoas com deficiência visual de todo o país. Foi por meio dele que, ao longo de mais de 160 anos, as pessoas cegas tiveram acesso à educação, conquistaram uma vida independente, aprenderam uma profissão; enfim, alcançaram a cidadania.

A criação do IBC teve sua origem intelectual em José Álvares de Azevedo (1834-1854), um jovem cego brasileiro, que estudou no Instituto dos Meninos Cegos de Paris. Após seis anos de estudos, retornou a sua terra natal em 1850, aos 16 anos, trazendo consigo o conhecimento sobre o sistema inventado por Louis Braille. A partir de então, com a ajuda do Dr. José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), médico da Câmara Imperial, que verificara a potencialidade do método de leitura e escrita, conseguiram impressionar o imperador D. Pedro II, que autorizou a construção de um educandário para pessoas com deficiência visual. Acometido por uma grave enfermidade, José Álvares de Azevedo não presenciou sua inauguração, ocorrida seis meses após a sua morte prematura pela tuberculose, aos 19 anos. (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Importante salientar que no primeiro ano de funcionamento, a recém-criada instituição teve 11 alunos matriculados, nove meninos e duas meninas, apesar de o nome de batismo do IBC fazer referência somente ao gênero masculino “meninos cegos”. Essa nomenclatura foi sendo alterada ao longo dos anos, após a Proclamação da República, para Instituto dos Meninos Cegos, Instituto Nacional dos Cegos e por último, em 1891, Instituto Benjamin Constant, em referência a Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor e ex-diretor do educandário (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007).

O IBC também teve mais de um endereço no Rio de Janeiro. De 1854 a 1863, se localizou na Rua do Lazareto, nº 3, no bairro da Gamboa. Em 1864, foi transferido para a Rua Conde de Baependi, nº 17, Praça da Aclamação, atual Praça da República, no Centro. Por fim, em 1891, mudou-se para a Praia da Saudade, na Urca, atual Avenida Pasteur, 350-368, local onde se encontra estabelecido até os dias atuais (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2007).

Um elemento fundamental, coincidente com o início das atividades no IBC, é o desenvolvimento da produção de materiais em braille. Desde os primeiros anos, a partir da fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, ficou latente a demanda por materiais nesse sistema, visando dar suporte às atividades de ensino e reabilitação desenvolvidas naquela instituição. A adoção do método de leitura e escrita de Louis Braille se deu desde a fundação do educandário, em 1854, no seu primeiro regimento — Decreto imperial 1428, de 12 de setembro de 1854 —, no artigo 33: “Seguir-se-ha no Instituto, até nova ordem do Governo, o methodo de pontos salientes de Mr. Luiz Braille, adoptado pelo Instituto de Paris” (BRASIL, 1854).

Após tentativas de importação de materiais traduzidos, oriundos do Instituto dos Meninos Cegos de Paris, os quais foram insuficientes, dispendiosos, e cuja entrega sofria constantes atrasos, inaugurou-se no IBC uma oficina tipográfica, em 1857, capaz de reproduzir impressos em braille. O primeiro material a ser transcrito⁹ foi a História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, obra em três volumes que faz um relatório dos três primeiros anos de funcionamento da Instituição. Mais tarde, também foi inaugurada uma encadernação para os impressos (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

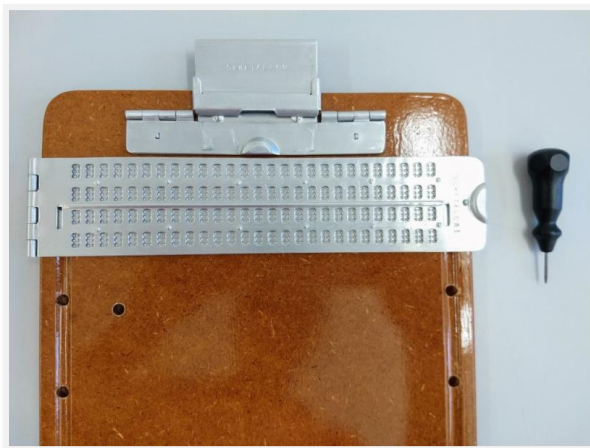
Nesse período, uma importante forma de fazer a reprodução de materiais impressos em braille era a leitura e escrita simultâneas, que era realizada manualmente pelos profissionais cegos, utilizando reglete¹⁰ e punção¹¹. Nesse período, surgiu a figura do ditante-copista, profissional que tinha atribuição de ditar os textos impressos em tinta para sua transcrição no Sistema Braille (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

⁹ Transcrição: processo de conversão dos símbolos tradicionais para a simbologia braille.

¹⁰ Espécie de gabarito das celas braille, utilizado pelos cegos para escrita manual.

¹¹ Dispositivo com corpo metálico ou de madeira, com ponta metálica, utilizado para a escrita em braille.

Figura 5 - Reglete e punção



Fonte: Acervo pessoal, 2009.

A partir da mudança de nomenclatura da tipografia do IBC para Seção Braille (1939), que coincidiu com a aquisição de novos equipamentos gráficos, a produção braille do IBC experimentou um aumento de produtividade e qualidade nos seus impressos. Em 1943, a Seção Braille, até então subordinada à Seção de Educação do IBC, foi transformada em Imprensa Braille, desvinculando as duas seções (LEMOS; FERREIRA, 1995). Essa modificação não se deu somente no nome e na hierarquia institucional, ela contemplou também a construção de um prédio exclusivamente destinado ao trabalho de produção e distribuição de materiais no Sistema Braille (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Um ano antes da criação da Imprensa Braille, o ano de 1942 marca a publicação da primeira Revista Brasileira para Cegos (RBC). Voltada exclusivamente para pessoas com deficiência visual em idade adulta, a RBC é um veículo de informação e cultura. Além de informar e entreter, é fundamental para a difusão do hábito da leitura e escrita do braille, bem como para o aprendizado da língua portuguesa pelas pessoas com deficiência visual (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Interessante mencionar aqui o contexto histórico vivido pelo mundo no momento da publicação da primeira RBC. Estava-se em plena Segunda Guerra Mundial, conflito armado que durou até 1945, um dos períodos mais conturbados da história da humanidade. Inclusive há menção a esse momento em duas matérias publicadas na RBC nº 1, sob os títulos “Aos brasileiros da quinta coluna”, uma crítica aos brasileiros que ainda apoiavam o regime nazista e “Eu bombardeei a Alemanha”, mostrando feito heroico protagonizado pela *Royal Air Force*.

Nos anos 40, circulavam duas publicações muito populares, que serviram de inspiração para a criação da RBC. São as revistas “Fon Fon!” e “Cruzeiro”, que traziam, além de belas

capas ilustradas, reportagens de cunho jornalístico, receitas culinárias, literatura e curiosidades (MOURA, 2011). Nenhuma dessas publicações possuía versões acessíveis ao público com deficiência visual. Portanto, só eram acessadas por esse público por meio da leitura voluntária de pessoas videntes.

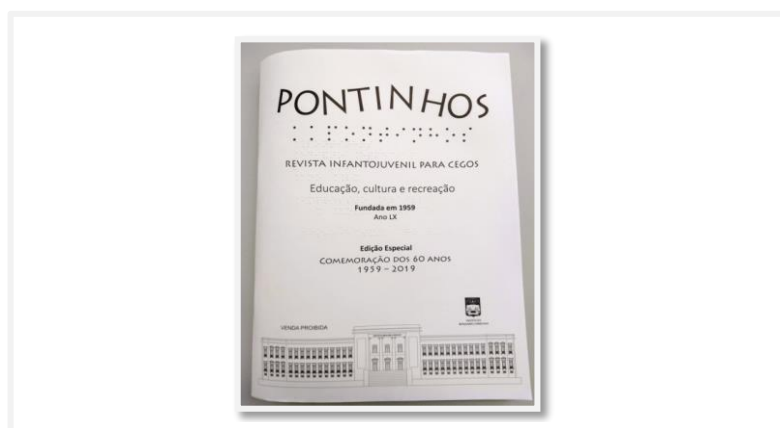
Figura 6 - Capas das revistas “Fon Fon!” e “Cruzeiro”



Fonte: MOURA (2011, p. 9)

Com a publicação da revista RBC, iniciada em 1942, aliada à política pública registrada na portaria 504/49, do então Ministério da Educação e Saúde, que previa a distribuição gratuita dos impressos em braille a todo o território nacional, a produção braille pelo IBC alcançou grande escala. Em 1959, foi lançada, inicialmente como suplemento da RBC, a revista Pontinhos, publicação voltada para o público infantojuvenil. Hoje, o periódico é distribuído para cerca de 2.200 assinantes, com distribuição nacional e para países da América do Sul, África e Europa (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Figura 7 - Capa da revista Pontinhos, edição especial em comemoração aos 60 anos de lançamento (2019)



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Desde 1999, a Imprensa Braille do IBC também transcreve e distribui livros didáticos para as escolas públicas do ensino fundamental, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Atualmente, o IBC produz e distribui cerca de 4.000.000 de páginas em braille, de revistas (RBC e Pontinhos), livros didáticos e paradidáticos¹². A produção é informatizada. O material a ser transcrito é diagramado no *software* Braille Fácil, desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro – Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) e o IBC. Todo o material é revisado por profissional com deficiência visual por meio da leitura tátil (CERQUEIRA; PINHEIRO; FERREIRA, 2009).

Percebe-se pelo exposto que durante boa parte dessa longa caminhada na produção e distribuição de impressos em Braille até os dias atuais, a Revista Brasileira para Cegos esteve presente. O que se observará agora é como são as etapas de produção da RBC nos dias de hoje.

2.3 A PRODUÇÃO DA RBC NA ATUALIDADE

Nos dias atuais, a editoração da Revista Brasileira para Cegos é atribuição da Coordenação das Revistas em Braille, integrante da Divisão de Imprensa Braille, que por sua vez é subordinada ao Departamento Técnico-Especializado do IBC. Além da RBC, a coordenação também edita o periódico Pontinhos, publicação trimestral em braille direcionada ao público infantojuvenil¹³. Conforme a portaria MEC/IBC nº 110, de 09 de abril de 2018, a coordenação é integrada por uma comissão editorial, composta por três pessoas cegas e duas videntes.

O processo de produção da Revista Brasileira para Cegos envolve muitas etapas: a pesquisa inicial das matérias, as reuniões para discussão dos temas e as etapas físicas de confecção da revista (transcrição, revisão, impressão, encadernação e distribuição). As informações apresentadas aqui derivam da minha vivência como servidor do IBC e de diálogos com os colaboradores do periódico.

A RBC nasce com a pesquisa, realizada pela comissão editorial, em mídias físicas (jornais, revistas, livros) e internet. A prospecção dos artigos a serem publicados envolve também contribuições de profissionais do IBC, ex-profissionais e dos próprios leitores da

¹² Dados do último relatório anual apresentado pela Divisão de Imprensa Braille do IBC.

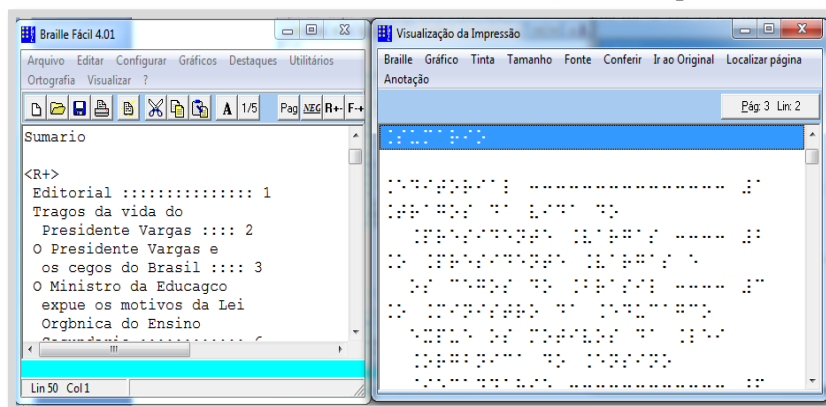
¹³ <http://www.ibr.gov.br/o-ibr/departamentos/departamento-tecnico-especializado#dib>. Acesso em 19 jan 2020.

publicação. A coleta dos materiais gera conteúdo para a publicação em curso e também para as próximas revistas. Durante a pesquisa, são realizadas reuniões semanais com os membros da comissão editorial para leitura e discussão das pautas da revista. Nessas reuniões, que duram em média três horas, são decididas as matérias que integrarão os próximos números da revista, bem como são feitas adaptações no texto, como a descrição de imagens, para permitir o entendimento pela pessoa com deficiência visual. Também nesse momento é redigido e discutido o editorial.

Feito isso, um dos membros da comissão realiza a montagem da publicação, com o editorial e os artigos já aprovados. A montagem é feita em *software* de edição de texto (*Word*). Nesse momento, a RBC já conta com seus elementos estruturais (capa, contracapa, sumário provisório, editorial e as matérias). O sumário ainda é provisório, pois somente após a transcrição em braille será possível saber a quantidade de páginas. Em seguida, a revista segue para revisão textual, ainda no formato *Word*, realizada pela revisora (copidesque) responsável por indicar as correções nas publicações do IBC. Essa profissional faz uma leitura minuciosa do texto, em busca de erros ortográficos e gramaticais. Além disso, sugere novas redações aos textos, objetivando a melhor clareza na redação. As alterações sugeridas pela revisora são submetidas aos membros da comissão editorial, para aceitação ou não das modificações propostas.

Após essa etapa, a RBC segue para transcrição em braille, por profissional que utiliza o *software* Braille Fácil. Nesse trabalho, o transcritor fará a transposição do texto feito no *Word*, formatando-o para ser impresso em braille, com sua adequação às normas vigentes para a produção nesse suporte. O Braille Fácil permite a edição de maneira similar aos programas que produzem o texto para a tinta, com a aplicação de estilos ao texto, por intermédio de comandos específicos desse *software*, como centralizar (inserindo 10 espaços na linha), ignorar paginação (<T->) e texto com início na margem com continuação na terceira cela caso ocupe mais de uma linha (<R+>), utilizado para determinadas situações como os itens do sumário. O transcritor, ao longo do trabalho, pode visualizar como ficará a impressão do material no Sistema Braille.

Figura 8 - Visualização do texto da RBC no programa Braille Fácil, no sistema comum e em braille (*layout* de impressão).

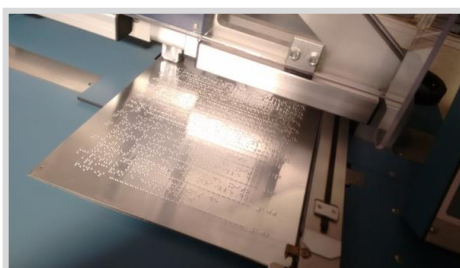


Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Depois de transcrita, a RBC é impressa em papel, para revisão por leitura tátil feita por profissional cego. Nessa revisão, é confrontada a versão em braille do material com a versão original da RBC, elaborada no *Word*. O revisor lê em voz alta para o transcritor o conteúdo impresso, apontando eventuais falhas de impressão e inadequações, quanto aos referenciais de produção de livros em braille, a serem corrigidas pelo transcritor. Simultaneamente, o transcritor coteja a leitura feita pelo revisor com a versão original da RBC, a fim de verificar se todo o conteúdo foi transcrito. Depois disso, ele efetua quebra de páginas da revista e pagina o sumário, preparando o texto para a próxima revisão braille.

Concluída a primeira revisão em braille, o texto é novamente impresso para uma segunda revisão, realizada de maneira solitária pelo revisor com deficiência visual. Aqui será verificado se todas as alterações sugeridas foram efetuadas no texto, se houve algum erro remanescente e se a paginação do texto está correta, em conformidade com o que foi apontado no sumário. Por fim, o transcritor insere os últimos ajustes sugeridos e libera o arquivo para a confecção da matriz de impressão em placas (em clichês de alumínio), feitas em impressoras especialmente desenvolvidas para esta finalidade.

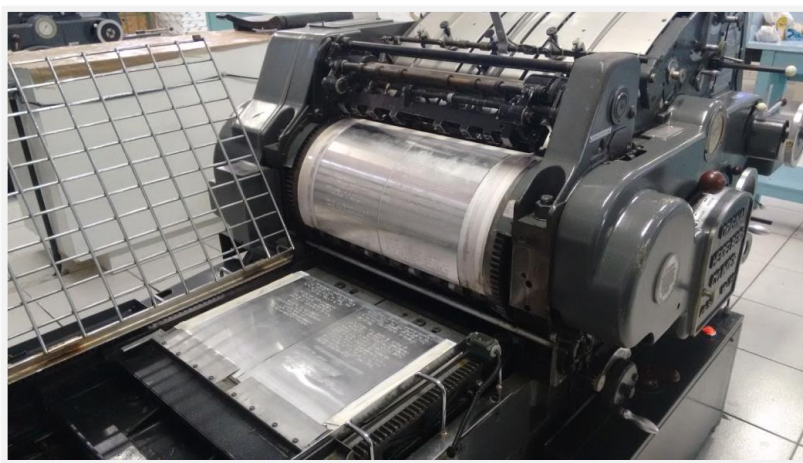
Figura 9 - Clichê em alumínio sendo impresso



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Por ter uma tiragem elevada (cerca de 3.200) exemplares, a RBC é impressa em clichês de alumínio, que servirão para a replicação das páginas em papel. Esse método de impressão é mais rápido, se comparado à produção diretamente no papel, em impressoras braille computadorizadas. As placas também são revisadas por leitura tátil, para verificar falhas de impressão. São inseridas em duas impressoras *offset* adaptadas, com cerca de 46.500 páginas em braille de capacidade de impressão no total. A impressão é feita com quatro clichês, visando à produção de cadernos contendo quatro páginas cada. O papel utilizado para a impressão tem gramatura especial (120 gr/m²), mais espesso que o papel comumente utilizado (75 gr/m²).

Figura 10 - Impressora *offset* adaptada com o clichê instalado, pronta para impressão em braille da RBC



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Após a impressão, os cadernos são montados na sequência das páginas (alceamento) por uma equipe de encadernadores. Entre esses profissionais, há pessoas com deficiência visual, que verificam se os cadernos foram feitos corretamente (sem ausência de páginas, fora de ordem ou invertidas). Depois, os cadernos são grampeados junto com a capa, que contém informações em tinta e em braille, dando a forma definitiva da revista.

Por fim, a Revista Brasileira para Cegos é embalada, etiquetada com remetente e destinatário e encaminhada aos correios para envio por cecograma, que é modalidade gratuita de expedição de impressos em braille. Importante ressaltar que o cecograma também se constitui em importante conquista para as pessoas com deficiência visual, regulamentada pelo artigo 47, da lei 6538/78 (BRASIL, 1978), que dispõe sobre os serviços postais.

Considerando-se a partir da montagem do arquivo da revista no formato Word, a soma das demais etapas de produção, iniciada na revisão pela copidesque e concluída com a

expedição da revista impressa e embalada, consome em média quatro semanas de trabalho pelos profissionais do IBC.

Neste capítulo, vimos que o Sistema Braille, desenvolvido pela mente brilhante do jovem Louis Braille, é o método mais eficaz já desenvolvido para as pessoas cegas poderem não somente ler o texto impresso, mas escrever de forma autônoma, permanecendo em uso até os dias atuais. E que foi por meio da demonstração das potencialidades desse sistema, que o jovem José Álvares de Azevedo obteve êxito na concretização do sonho de construir um educandário para pessoas cegas em território nacional, nos mesmos moldes do Instituto dos Jovens Cegos de Paris. Vimos também que por meio do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, o braille foi adotado no Brasil, com a produção de impressos nesse sistema. A RBC foi — e ainda é — fundamental na difusão dos impressos em braille no território nacional, pois atribuiu grande escala à produção, que é distribuída gratuitamente a milhares de pessoas com deficiência visual até hoje.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A RELAÇÃO COM AS PUBLICAÇÕES EM BRAILLE

O capítulo é dedicado à relação que as pessoas cegas têm com as publicações em braille. Abordará o abismo quantitativo desses materiais, com produção muito reduzida, se comparados aos impressos em tinta, bem como as políticas públicas implementadas para diminuir essa disparidade. Tratará também, diante da reduzida quantidade de materiais no Sistema Braille, da estreita relação entre o leitor e a RBC.

Em outras palavras, este capítulo objetiva mostrar a importância da RBC para o seu público, pois não há no Brasil outra publicação em braille que tenha sido produzida por tanto tempo. Mostrará que a pessoa cega não tem acesso aos livros em formato impresso da mesma forma que as pessoas videntes, isto é, encontra poucos livros em braille disponíveis para aquisição, o que confere à RBC um valor que não é percebido nas publicações em tinta. Este estudo é importante para a análise dos exemplares da RBC, pois há na publicação matérias tratando da valorização do Sistema Braille e do papel pioneiro da RBC na difusão de informações nesse sistema de leitura e escrita.

3.1 A PRODUÇÃO DE IMPRESSOS EM BRAILLE NO BRASIL

As publicações em braille ainda são minoria no Brasil. Apesar dos recentes avanços na legislação a respeito dos direitos das pessoas cegas, como a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência — Decreto nº 6.949/09 (BRASIL, 2009), o Tratado de Marraqueche — Decreto Legislativo nº 261/15 (BRASIL, 2015a) e a Lei Brasileira de Inclusão — Lei nº 13.146/15 (BRASIL 2015b), a pessoa cega não tem as mesmas opções de leitura que as pessoas sem essa deficiência. Em outras palavras, a pessoa cega ainda não vai à livraria adquirir os mesmos livros, na versão braille, correspondentes aos exemplares impressos para as pessoas videntes.

Na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o braille está enquadrado como um meio de comunicação, uma forma de interação entre os cidadãos, assim como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e outras formas acessíveis de transmissão de informações (artigo 2º da convenção e artigo 3º, inciso V do estatuto). Pelo artigo 68, § 1º do estatuto, o poder público tem o dever de adotar medidas restritivas à participação de editoras que não disponibilizem seus materiais em formato acessível, em processos para a compra de livros.

No tratado de Marraqueche, os países signatários se comprometeram a criar, em suas legislações, meios para permitir o acesso às pessoas cegas aos materiais impressos com direitos autorais. No Brasil, antes mesmo desse tratado, a Lei nº 9610/98 (Lei dos Direitos Autorais), art. 46, I, alínea “d”, garantiu a reprodução, sem necessidade prévia de autorização do autor/editora, de obras literárias, artísticas ou científicas, em braille ou em qualquer outro suporte para as pessoas com deficiência visual.

Importante destacar que os dois tratados abordados acima foram recepcionados pela legislação pátria com *status* de emenda constitucional, nos moldes do art. 5º, § 3º da Constituição da República (BRASIL, 1988), pois versam sobre direitos humanos.

Conforme visto, embora exista ampla legislação favorável à disseminação de obras em formato acessível em igualdade de condições, e salvo algumas raras iniciativas no âmbito privado, a maioria dos materiais existentes hoje em braille é produzida por instituições sem finalidade lucrativa, governamentais ou de utilidade pública, como o Instituto Benjamin Constant, a Fundação Dorina Nowill para Cegos¹⁴ e a Gráfica do Senado Federal.

O livro em braille apresenta baixa viabilidade comercial, tendo em vista que sua produção é bastante onerosa, pois demanda profissionais específicos para essa tarefa, difíceis de se encontrar no mercado e são impressos em maquinário importado. Além disso, o impresso em braille é volumoso. Para ilustrar, a impressão da Bíblia Sagrada nesse suporte, distribuída pela Sociedade Bíblica do Brasil, tem 38 partes, ao custo de R\$ 2.620,00 (encadernação com espiral). Esses volumes, se empilhados, teriam cerca de dois metros de altura.¹⁵ Enquanto isso, o exemplar da mesma obra em tinta, comercializado por essa instituição, custa cerca de R\$ 44,90 e mede 11,5 X 16,5 cm.¹⁶

Em outros países, há iniciativas de produção braille nos moldes brasileiros, como em Portugal com as revistas Poliedro e Rosa-dos-ventos, produzidas pelo Centro Professor Albuquerque e Castro, pertencente à entidade filantrópica Santa Casa de Misericórdia do Porto, e distribuídas mensalmente para 1332 assinantes, ao custo de 15 e 16 euros anuais, respectivamente (PINTO, 2019).

Nos Estados Unidos, a instituição sem fins lucrativos *National Braille Press* produz livros em braille para comercialização às pessoas com deficiência visual. Interessante notar que, mesmo em países desenvolvidos, percebeu-se também a predominância de iniciativas de

¹⁴ Instituição filantrópica paulista, fundada em 1946 por Dorina de Gouvêa Nowill. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/quem-somos/>. Acesso em 20 jul. 2018.

¹⁵ <http://www.sbb.org.br/nossos-programas/sociais/a-biblia-para-pessoas-com-deficiencias/a-biblia-para-pessoas-com-deficiencia-visual/>. Acesso em 05 ago. 2019.

¹⁶ <https://www.sbb.com.br/biblias-e-novos-testamentos/biblias/letra-grande-4.html> acesso em 05 ago. 2019.

instituições sem finalidade lucrativa. Tanto em Portugal quanto nos EUA, ao digitar a palavra “braille” em sites de busca de livros, como a livraria *Bertrand*, em Portugal, e a *Amazon.com*, nos Estados Unidos, poucos são os resultados encontrados, nenhum deles contendo os títulos mais adquiridos no momento.¹⁷

A escassez desse material faz com que as poucas publicações em braille sejam muito procuradas pelas pessoas cegas. Para muitos, é seu único contato com a leitura, único passaporte para as letras e para a grafia correta das palavras. Conforme dados do IBGE (BRASIL, 2010), estima-se que cerca de 500 mil brasileiros sejam cegos. Se a RBC tem aproximadamente 3.200 assinantes e é um dos poucos materiais publicados em braille, conclui-se que grande parte dessa parcela da população brasileira ainda não tem acesso a impressos nesse sistema. É um grande desafio a ser superado por governantes e pela iniciativa privada.

Além da RBC, há algumas poucas iniciativas para produção em massa de impressos em braille. Uma delas também é produzida pela mesma comissão editorial da RBC e já foi mencionada. Trata-se da revista *Pontinhos*, publicação infantojuvenil, criada em 1959 e distribuída para cerca de 2.200 assinantes. Outra publicação que se tem notícia é o boletim *Ponto a Ponto*, periódico financiado pela Petrobras e impresso na Fundação Dorina Nowill para Cegos, com 12 edições por ano e tiragem de 2.000 exemplares (VALENTINI, 2012). Segundo informações colhidas com a idealizadora da publicação (VALENTINI, 2019), a circulação do periódico ocorreu durante dois anos (2010 e 2011), sendo descontinuada por falta de patrocínio.

Outra iniciativa, também governamental, para a produção de livros em braille, é a parceria entre o IBC e o FNDE para a produção de livros didáticos e paradidáticos de ensino fundamental (PNLD), distribuídos para as escolas públicas de todo o país. Desde 1999, o IBC vem realizando transcrição para o braille e distribuição de um significativo percentual desses títulos, permitindo o acesso ao livro a milhares de estudantes cegos. Por exemplo, no ano de 2013/15, foram produzidos 60 livros didáticos e 150 paradidáticos, para alunos com deficiência visual da rede pública.

O ano de 2019 marca importante modificação nesse programa de governo. Para o PNLD 2019, destinado às séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), o edital passou a determinar que as editoras sejam responsáveis pela confecção dos livros no Sistema Braille, ao contrário dos anos anteriores, em que o IBC desempenhava essa tarefa (BRASIL, 2017). Dessa vez também, as editoras deverão transcrever para o braille todos os títulos solicitados pelos alunos, o que não era possível ser realizado pelo IBC, com a estrutura de recursos

¹⁷ Pesquisa realizada nos *sites* da livraria *Bertrand* (<https://www.bertrand.pt/>) e *Amazon.com* (<https://amazon.com>). Acesso em 10 set 2019

humanos/maquinário disponível. O Instituto Benjamin Constant, devido a sua ampla experiência na produção de livros em braille, ficou então responsável pela avaliação da qualidade da produção desses títulos.

Um ponto positivo pode ser ressaltado nessa nova política. A iniciativa privada foi chamada à responsabilidade de produzir os livros em braille necessários aos alunos cegos. Essa pressão governamental para a aquisição de livros nesse suporte pode gerar o surgimento de novas gráficas privadas com a finalidade de produção de impressos em braille, capacitações de novos profissionais para um mercado em expansão e o desenvolvimento de novas técnicas de produção. O efeito dessa iniciativa poderá ou não ser percebido em longo prazo.

Outra questão a ser debatida no futuro, que pode ampliar a produção de livros em braille pela iniciativa privada, está em uma das opções a serem decididas no âmbito interno pelos países signatários do Tratado de Marraqueche. De acordo com a cláusula facultativa do art. 4º, que pode ser ou não adotada pelo Brasil, existe a possibilidade da disponibilidade comercial, que é um dispositivo no qual se uma editora tiver produzido determinado livro no formato acessível (por exemplo, braille ou audiolivro), as entidades autorizadas (instituições sem fins lucrativos que produzam livros para as pessoas com deficiência visual) não poderão produzir o mesmo exemplar. Essa medida pode estimular a iniciativa privada a produzir livros acessíveis uma vez que não terá concorrência com instituições sem fins lucrativos. Uma questão importante, caso essa cláusula facultativa venha a ser implantada, é a permissão para que as entidades autorizadas possam produzir o livro em formato acessível diferente daquele já produzido por uma editora, por exemplo, se a editora produziu determinada obra no formato audiolivro, a entidade autorizada poderá fazê-la em braille.

Devido à reduzida quantidade de títulos, as pessoas com deficiência visual passam por dificuldades no processo de letramento. Um dos indicadores disso são os constantes erros de ortografia nas correspondências encaminhadas à RBC. As palavras são grafadas levando em conta somente a fonética, isto é, da mesma forma que a pessoa cega as ouve ou fala. Outra dificuldade decorrente da falta de contato com o braille é a morosidade na leitura, o que dificulta o acesso à apreensão do texto da RBC. O *e-mail* transcrito abaixo, encaminhado por um leitor à comissão editorial da RBC em 10/11/2017, apresenta essa dificuldade:

Prezados senhores, fiquei de dar um retorno referente a minha opinião, a qual perguntaram-me. Hoje em dia é notável que o Sistema Braille esteja perdendo campo por causa da tecnologia, entretanto, o mesmo colabora significativamente para adquirirmos um melhor português, já que a leitura obriga-nos a soletrar as palavras. Demorei para dar um retorno em virtude do

longo tempo que não praticava a leitura palpável, pois levei uma semana para ler uma lauda da revista, mas no momento já estou lendo uma a cada três horas.

Conforme relatado pelo leitor, a lentidão na leitura da RBC é um reflexo da pequena quantidade de materiais impressos em braille à disposição do público cego, e também da substituição dos materiais impressos por outros meios de acessibilidade às pessoas com deficiência, mais baratos e modernos, tais como leitores de tela, *softwares* que verbalizam os textos sinteticamente, ou o uso de materiais gravados (audiolivros).

Um exemplo disso, dentro do citado programa de governo PNLD, foi a adoção, a partir do 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio, da produção de livros para as pessoas com deficiência visual no formato EPUB, utilizado para a confecção de *e-books*. No livro, as informações são transmitidas para a pessoa com deficiência visual de maneira oralizada, utilizando sintetizadores de voz, que são programas desenvolvidos para ler as palavras e transformá-las em áudio (BRASIL, 2018).

Nos dias de hoje, há uma disputa entre o tradicional braille e os recursos tecnológicos. Nesse embate de formas de transmissão da informação, o braille está perdendo espaço. Há um fenômeno de perda da hegemonia do sistema de leitura e escrita inventado por Louis Braille em detrimento da tecnologia, fenômeno conhecido na seara educacional como desbrailização.

Segundo Belarmino (2001), a desbrailização teve início ainda nos anos 60, quando da introdução das primeiras gravações em fita cassete para a gravação de livros. Citando dados obtidos nos EUA, a autora afirma que desde então, em função da evolução tecnológica, o processo se acentuou, com a redução do número de crianças cegas que leem braille de 40% em 1968 para menos de 10% nos anos 2000.

O grande público e algumas pessoas com deficiência visual não compreendem a diferença que há entre ler e ouvir. No campo das neurociências, existem estudos que tratam da diferença de obtenção da informação por esses dois meios, em que a opção pela leitura promove estímulos na área do cérebro responsável pela percepção visual das palavras (BRAGA, 2015). Além disso, percebeu-se que, em pesquisas realizadas nos anos 90 em pessoas cegas, a área responsável pela visão (córtex visual) não está inativa; pelo contrário, por meio da plasticidade do cérebro humano, é estimulada com a leitura do livro em braille. Essa região representa cerca de 20% da massa encefálica (AVIV, 2009).

Segundo os dois autores mencionados no parágrafo anterior, percebe-se que, embora a informação ingresse no cérebro do leitor, tanto pelo áudio quanto pela leitura em braille, este último método permite que a pessoa com deficiência visual vá além do conhecimento presente

no livro. Existe uma memorização da grafia das palavras, da mesma forma que as pessoas videntes criam essa memória visual. Inclusive, na pessoa cega, esse registro se localiza na mesma área do cérebro da pessoa que enxerga. Portanto, é indispensável que a pessoa cega seja alfabetizada em braille.

Ainda que seja inegável a contribuição dos recursos tecnológicos, promovendo maior velocidade de acesso aos conteúdos pela pessoa cega, a leitura por meio de materiais em braille não pode ser abandonada, visto que é a maneira mais eficaz para ter acesso imediato à grafia correta das palavras, e o único capaz de alfabetizar a pessoa cega. Nesse sentido, segundo Dias e Vieira (2017), a importância do Sistema Braille precisa ser ressignificada em função das novas tecnologias, uma vez que o avanço da informática veio para complementar o acesso ao conhecimento pela pessoa cega, ampliando seus horizontes, sem, no entanto, substituir o método criado por Louis Braille.

Conforme visto, existe uma tensão entre o braille e outras formas de transmissão de conhecimentos. Desse processo, entende-se que o braille não deva perder sua importância, pois é o único meio real de leitura e escrita da pessoa cega. Todos os métodos que venham a favorecer a pessoa cega em seu direito à informação devem, sim, coexistir e se complementar, cada um com seus benefícios distintos.

Nesse contexto, a RBC é peça importante no processo de incentivo e alimentação do saudável hábito da leitura para a pessoa com deficiência visual e de fomento à valorização do braille. Das poucas publicações disponíveis nesse suporte, a RBC se apresenta juntamente com a Pontinhos, como os únicos periódicos em braille da atualidade no Brasil, ajudando a manter vivo o conhecimento do mundo das letras a milhares de pessoas cegas.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE OS LEITORES E A RBC

Conforme abordado no item anterior, a reduzida quantidade de materiais em braille faz com que as poucas publicações nesse formato tenham especial importância para a pessoa cega. Entre esses poucos materiais disponíveis, destaca-se a RBC, objeto deste estudo. O que se passa a tratar agora é do relacionamento entre a pessoa cega e a Revista Brasileira para Cegos.

No entendimento de Maurice Halbwachs (2006), a memória coletiva é fruto da interação da pessoa com o meio social, variando de sujeito para sujeito, de acordo com os grupos aos quais pertence ou pertenceu. Ela é coletiva, ainda que se trate de situações individuais. Para o autor (2006, p. 30):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.

Ainda segundo Halbwachs (2006), ao longo da nossa existência, convivemos com diversos grupos. Dessa interação, surge para o indivíduo uma série de formas de pensar, de agir, uma maneira característica de observar o mundo. Citando o exemplo de um viajante que chega “sozinho” a Londres, o autor mostra que nunca estaremos inteiramente sós, pois carregamos conosco um número ilimitado de “pessoas”, que nos dão diferentes informações acerca do mundo, surgindo uma maneira distinta e nova de observar as coisas. Utilizando-se da ideia do autor, ver o Cristo Redentor pela descrição de outra pessoa, por intermédio do seu ponto de vista, nunca resultará na mesma imagem que as duas pessoas, o vidente e o cego terão desse monumento, pois em cada um de nós há vivências peculiares, que nos trazem interpretações distintas sobre o meio.

Segundo González (2007), o grupo formado pelas pessoas com deficiência visual é heterogêneo. A afirmação do autor é compreensível, pois, segundo os dados do IBGE já citados, meio milhão de brasileiros são cegos, havendo nesse imenso grupo uma diversidade em aspectos como condição financeira, nível de escolaridade, diferenças regionais, entre outros. As distinções se ampliam se considerarmos o universo de leitores da RBC, formado por pessoas com deficiência visual de diferentes nacionalidades.

Ainda segundo González (2007), deve-se levar em consideração também se a pessoa cega tem algum resíduo visual e o momento da perda da visão, pois cegos de nascença tem uma maneira distinta de interpretar o mundo em relação àquele que perdeu a visão ao longo da vida. Sendo assim, os leitores da publicação, com as vivências próprias dos grupos nos quais estão ou estiveram inseridos, sua condição visual (resíduo visual, cegueira adquirida ou congênita), condição financeira, escolaridade, etc., apresentam reações, “visões” diferentes quando se deparam com as páginas em braille da RBC.

Mesmo reagindo de forma diferente em relação à RBC, por pertencerem a diferentes grupos, percebe-se que os leitores têm em comum algumas reações, em relação ao conteúdo da revista e à própria existência da RBC, como os que serão tratados a seguir.

Percebe-se um sentimento de gratidão em relação à publicação. Conforme dito anteriormente, não há muitos impressos em braille disponíveis. E por contarem com a RBC há tantos anos como sua fonte principal de leitura, assim se expressam com relação à revista. Uma correspondência eletrônica, enviada por uma leitora à comissão editorial da RBC, em 10/11/2017, ilustra esse sentimento:

Eu escrevo este texto para contar um pouco do meu contato com o braille. Eu tinha meus 7 anos e tinha acabado de perder a visão. Depois na escola que eu estudava junto com crianças que enxergavam aprendi com uma professora que enxerga braille, graças a Deus a minha professora de braille e graças também a minha força de vontade e meu gosto pela leitura aprendi logo a ler muito bem, adquiri o hábito de ler em voz alta desde pequena, e aí é que entra em cena as revistas "RBC" e "Pontinhos". (Grifo nosso)

[...]

Tenho que agradecer a Deus sempre pelos meus pais existirem, pelo braille existir e por meus pais não terem desistido de me colocarem em uma escola, e de correrem atrás dos meus direitos.

[...]

Eu antes de perder a visão já era fascinada por livros, e depois que eu descobri o braille me apaixonei pela leitura e pelos livros ainda mais.

A carta encaminhada pela leitora apresenta momentos marcantes, entre os quais se destacam: a perda da visão durante a infância, aos sete anos de idade; a persistência para aprender o braille, com o auxílio da professora e dos pais, e a entrada “em cena” das revistas RBC e Pontinhos. Esse último acontecimento, que encerra o parágrafo que trata das dificuldades enfrentadas para reaprender a ler, introduz as revistas produzidas pelo IBC em posição de destaque no período. A revista proporciona uma grande “virada” para a leitora que acabara de ficar cega, pois auxiliou na sua reinserção no mundo das letras. Aparece aqui um reconhecimento expressado pela leitora em relação ao periódico.

Assim como há gratidão, existe também uma proximidade e apropriação em relação à RBC, como parte integrante de um patrimônio coletivo da pessoa cega. Cada leitor se sente possuidor de uma fração intangível da revista. Sobre esse aspecto, apresenta-se um trecho de correspondência eletrônica encaminhada para a comissão editorial e publicada na RBC nº 529. Essa carta será novamente abordada no quarto capítulo:

Avaliando a nossa RBC – Durante muito tempo a RBC contemplou a todos nós com diversos assuntos que trouxeram cultura para nós cegos. No entanto, temos que dizer que ao longo do tempo, alguns quadros foram ficando defasados e obsoletos. (Grifo nosso)

(...)

A presença do pronome possessivo "nossa", na carta que encaminha uma crítica à RBC, mostra que o leitor se apropriou da revista. Ela lhe pertence, fazendo parte do seu patrimônio simbólico. Esse sentimento de posse também tem estreita relação com o nome da publicação, "Revista Brasileira para Cegos" (grifo nosso). Ela é do leitor. É feita para ele. É da pessoa cega. Ao utilizar o pronome possessivo "nossa", o leitor carregou consigo todo o público-alvo da RBC, ou seja, as pessoas com deficiência visual. Portanto, na opinião do autor da

correspondência, o sentimento de pertencimento em relação à publicação é comum entre todos os leitores.

Há também uma relação entre leitores e RBC como um registro do passado da pessoa cega. Retornando a Halbwachs (2006), a memória coletiva também é vista como um elemento de coesão social, importante para manter uma identificação entre os sujeitos de determinado grupo, convergindo para interesses comuns. O autor ilustra essa junção por intermédio do exemplo da família e dos amigos, como grupos que habitam uma mesma cidade. Eles têm lembranças em comum aos dois grupos, que os ligam. Entretanto, assim que uma das pessoas muda de cidade, um dos elos, da família ou dos amigos, se distancia. Nesse momento, não há mais coesão social entre os grupos família/amigos para aquela pessoa em específico, pois deixam de guardar entre si elementos coincidentes.

No grupo de assinantes da RBC, que possui leitores espalhados por todo o território nacional e também por diversos países, dificilmente haverá uma relação como a inicialmente retratada por Halbwachs, de proximidade entre família e amigos. Entretanto, o exemplo do autor ilustra bem a coesão social dos leitores da RBC, pois cada um tem sua relação particular (em casa, no trabalho, na escola), mas mantém um elo com os demais leitores da publicação por meio dos elementos relacionados ao seu universo simbólico em comum, abordados na RBC, por exemplo, a data de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille, o aniversário de fundação do Instituto Benjamin Constant, ou as histórias ligadas a esses dois acontecimentos. Também se observam lembranças coincidentes nas lutas em prol dos direitos das pessoas com deficiência visual.

Nesse sentido, assim como no exemplo da família e dos amigos que se comunicam enquanto tiverem pontos convergentes, a RBC é importante elo entre essas memórias e o leitor, contribuindo para que não se apaguem pela ação do tempo os elementos em comum das pessoas com deficiência visual. Por esse aspecto, a RBC pode ser considerada um lugar da memória, na concepção de Nora (1993, p.22):

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares da memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

E como lugar da memória, a revista RBC é capaz de parar a ação do tempo, separando memórias do universo, recortando-as e absorvendo-as em suas páginas. O leitor, por sua vez,

visita os lugares apresentados na publicação. Toca a revista com os dedos e transfere esse conhecimento para sua memória particular. Visitar o universo simbólico da RBC é construir/relembrar os pontos de contato que unem as pessoas com deficiência visual. É conhecer um lugar único, que foi e ainda é visitado há gerações por pessoas com deficiência visual do Brasil e do mundo.

Conforme observado neste capítulo, existe um longo caminho a ser percorrido para que a pessoa com deficiência visual possa ter acesso aos materiais impressos em igualdade de condições com as pessoas videntes. Por isso, há especial importância na Revista Brasileira para Cegos em relação ao seu público-alvo, pois encontram nesse periódico um raro lugar com informação e entretenimento direcionados especificamente às pessoas cegas. No próximo capítulo, será observado como ocorre a construção da memória coletiva sobre deficiência visual na RBC.

4 DEFICIÊNCIA VISUAL NA RBC – DISCURSO INSTITUCIONAL E DE EMPODERAMENTO DA PESSOA CEGA

Neste capítulo, passa-se a tratar da análise dos exemplares da revista, selecionados com o objetivo de aferir como ocorre a construção da memória coletiva sobre a deficiência visual na RBC. O que se busca são as memórias coletivas a respeito dessa temática, inscritas nas páginas da RBC, divididas em duas vertentes, quais sejam o ponto de vista institucional, materializado pelo discurso de políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência visual, e o discurso de empoderamento da pessoa cega, que visa seu fortalecimento diante das dificuldades da vida, com palavras que tragam encorajamento e aconselhamento. Esse estudo será realizado por meio do levantamento de sequências discursivas, que são segmentos textuais ou palavras extraídos da publicação, utilizando-se a ferramenta de análise do discurso de vertente francesa, que será melhor explicitada no item 4.1 deste trabalho.

No discurso institucional, dá-se ênfase às ações promovidas pelo Instituto Benjamin Constant e retratadas na RBC, ressaltando a instituição como ator principal no sistema de política inclusiva e assistencial na área da deficiência visual. A ideia chave buscada é a afirmação do IBC como centro de referência nas questões da visão.

No discurso de empoderamento, busca-se no *corpus* ideias reiteradas de fortalecimento e preparação da pessoa cega para encarar os desafios da vida. Nesse sentido, paradigmas de pessoas com deficiência visual ou em situações correlatas que apresentem vitórias sobre a adversidade, como exemplos a serem seguidos. A ideia chave buscada é a de que se eles (as pessoas mencionadas na revista) podem superar os obstáculos, o leitor também pode.

Para análise do *corpus* são observados três períodos da RBC. O primeiro, correspondente à revista nº 1, editorada pelo Professor José Espínola Veiga, observa o panorama inicial da revista, com o discurso sobre deficiência, o qual se pretende verificar se é repetido nos exemplares seguintes. O segundo período, com quatro exemplares analisados, foi editado na época em que havia somente uma pessoa à frente da produção editorial da revista durante 19 anos. No terceiro, mais recente, com quatro exemplares analisados, há uma comissão editorial, com pessoas cegas e videntes, modelo que permanece até os dias de hoje.

4.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA

Pretende-se aqui explicitar os principais conceitos da Análise do Discurso Francesa, que tem como autor central o filósofo Michel Pêcheux (1938-1983), ferramenta teórico-

metodológica utilizada para exame do *corpus*. A escolha dessa ferramenta se deve à necessidade de verificar, nas revistas RBC, publicadas em períodos distintos e por diferentes editores, o modo de construção dos discursos sobre deficiência visual, recorrentes — ou não — desde o primeiro exemplar, sob um dos dois enfoques: em discurso institucional ou de empoderamento da pessoa cega.

Segundo Pêcheux (1995), a língua não é um fim em si mesma. Ela não pode ser estudada isoladamente, como um objeto distante do seu uso. Nesse ponto, o autor se distancia de Saussure (2006), embora considerasse a dimensão social da língua, procurava isolá-la para estudá-la (OLIVEIRA; ORRICO, 2011). Para Pêcheux (1995), o sujeito não é livre em seu discurso. Tudo aquilo que é dito deriva de um processo de materialismo histórico, no qual a luta de classes determina aquilo que pode ser afirmado ou não em determinada situação. A esse conceito, o autor (1995, p. 160) chama de formação discursiva (FD):

Chamaremos então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

A luta de classes apontada por Pêcheux (1995) é uma situação de oposição ideológica. No caso das pessoas com deficiência visual, é sua luta histórica para se firmar como sujeitos ativos na sociedade, produtivos e independentes. Desse embate de forças com a sociedade dominante, que nos primórdios não considerava ser possível a socialização da pessoa cega com as mesmas oportunidades das pessoas que enxergam, deriva o discurso atual acerca das pessoas com deficiência visual. Foi um processo lento, gradativo e que consumiu os esforços de diversas gerações.

Para Pêcheux (1995), é a formação ideológica que nos faz saber que o sujeito é o sujeito, pois ele está sob o jugo, mesmo sem perceber, de uma dada ideologia, que condiciona seu discurso. Em outras palavras, o sujeito é “interpelado” a ocupar sua posição na sociedade, a ser de fato sujeito, sendo identificado em função daquilo que diz, que é enunciado dentro de uma formação ideológica dada, e nos limites estabelecidos pela formação discursiva.

A dominação do sujeito pelo discurso ocorre, nas palavras de Pêcheux (1995), pelo processo de esquecimento, que o leva a acreditar ser o legítimo autor daquilo que fala (esquecimento 1), visto que de forma inconsciente não pode se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. O sujeito, então, mergulhado na formação discursiva, sem perceber, e moldado em função da formação ideológica, retorna ao mundo exterior, em forma

de paráfrase, um “sistema de enunciados, formas e sequências” (PÊCHEUX, 1995, p. 173), que nada mais são que a repetição semântica da formação discursiva dominante (esquecimento 2).

A formação discursiva pode ser percebida a partir da análise de um conjunto de excertos de um determinado discurso. A essas unidades menores, que podem ser um período, uma frase, ou até mesmo a recorrência de uma palavra, Pêcheux denomina como sequência discursiva (SD). Para o autor (1997), o sentido expresso pelos períodos, orações, frases e palavras, a que ele nomeia como “sequências”, apresenta relação estrita com a paráfrase, repetição do conteúdo semântico, por meio de outra formação léxica, construída durante o processo discursivo.

Um exemplo de sequência discursiva, na formação discursiva sobre deficiência, é a terminologia que pode ser utilizada para denominar a pessoa cega, que foi revista ao longo dos anos em função do contexto sócio-histórico atravessado pelas pessoas com deficiência visual. Atualmente, a palavra “ceguinho”, empregada no diminutivo, é considerada pelas pessoas cegas e por profissionais da área como um termo pejorativo, segregador. Também não é mais utilizado o termo “portador de deficiência visual”, pois ser cego não é ser portador de nada, como uma doença. A pessoa é cega ou não, assim como quem tem olhos azuis e não é considerado “portador de olhos azuis”¹⁸.

A negação do uso de determinados termos para tratar da pessoa com deficiência visual, em detrimento de outros tidos como mais adequados, deriva do contexto sócio-histórico da pessoa cega, que integra as condições de produção do discurso sobre a deficiência. Para Pêcheux (1997, p. 77), “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”.

Assim, a rejeição ao termo “ceguinho” está impregnada de uma memória discursiva que remete ao período em que a pessoa com deficiência visual não era vista pela sociedade com todas as suas potencialidades. Remete ao período medieval, no qual predominava o assistencialismo à pessoa com deficiência, realizado por instituições de caridade, como a Igreja. À pessoa com deficiência visual desse discurso, tratada pela sociedade como incapaz, restava contar com a boa vontade das obras missionárias, ou vagar pelas ruas na situação de pedinte (VASSEUR; NORA, 2012).

Também, “portador de deficiência visual”, termo utilizado nos anos 80, traz em seu interdiscurso um modelo médico de abordagem, com enfoque nas limitações causadas pela deficiência visual, sem perceber o ambiente no qual a pessoa está inserida. Não se considera aí que as barreiras impostas pela sociedade é que prejudicam seu desenvolvimento (MAIA, 2013).

¹⁸ <https://olhardeumcego.wordpress.com/2015/03/15/terminologias-corretas-e-cego-ou-deficiente-visual-3/>. Acesso em 03 fev. 2019

Em contraponto, a adoção, na atualidade, do termo “pessoa com deficiência”, que transmite generalidade e abstração, faz parte do novo discurso produzido com o objetivo de colocar a pessoa cega em outro patamar, dentro de políticas públicas que visam sua inclusão na coletividade. O diferencial dessa nomenclatura está em colocar a pessoa em local de destaque, aparecendo à frente da deficiência. Nessa nova perspectiva, a deficiência é uma questão a ser trabalhada pela sociedade, derrubando as barreiras que impedem o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo (MAIA, 2013).

As formações ideológica e discursiva calcam-se em acontecimentos passados, mas norteiam a construção enunciativa no presente. O sujeito, que não é livre no seu discurso, recorre a um arcabouço histórico, fruto da ação do tempo sobre a trajetória humana, no momento em que resolve se expressar. Quando isso ocorre, se está diante das palavras já pronunciadas, dos traços do passado sobre o presente, uma memória discursiva, na forma dos já ditos, embutidos no discurso aparentemente inovador e de autoria independente. Pêcheux (1995, p. 162) denomina essa memória como interdiscurso, como uma “objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”. Em outras palavras, segundo Oliveira e Orrico (2011, p. 80), o sujeito não tem autonomia naquilo que diz. Ele se encontra “[...] necessariamente enredado nas teias das formações ideológicas e discursivas [...]”, que condicionam o sujeito a se expressar de determinada maneira em dada situação.

Adotamos nesta dissertação o diálogo conceitual entre a noção de interdiscurso de Pêcheux (1995) com a de memória coletiva de Halbwachs (2006). Para os dois autores, o discurso sofre forte influência do passado, seja nos grupos dos quais a pessoa participa ou já participou (Halbwachs), seja nas formações ideológica e discursiva, que condicionam o dizer do sujeito (Pêcheux). Nos dois arcabouços teóricos, os acontecimentos passados, vividos pelo sujeito, condicionam sua forma de interpretar o mundo no presente.

A memória social é transdisciplinar, isto é, vai além das disciplinas que se entrelaçam para formar o arcabouço teórico a ser empregado na investigação. Seu conceito, que é mutável, é resultante do processo de atravessamento das disciplinas pelo pesquisador. E, em cada disciplina, a memória pode ser construída sobre vários signos distintos, por exemplo, as sequências discursivas utilizadas pelo analista do discurso na sua busca para a compreensão da memória discursiva (interdiscurso), os documentos para o historiador e os vestígios concretos de uma civilização, para o arqueólogo (DODEBEI; FARIAS; GONDAR, 2016).

Para Orrico (2013, p. 3), a interdisciplinaridade “implica necessariamente um trabalho coordenado de equipe”, ou seja, um apoio mútuo entre as disciplinas empregadas no estudo, estabelecendo-se entre elas uma relação de complemento, ao mesmo tempo em que o trabalho conjunto entre os diversos ramos do saber provoca também o aprimoramento ou modificações nas disciplinas empregadas na pesquisa. Nesse sentido, entende-se que a análise do discurso, como ferramenta a ser empregada no estudo das revistas RBC, se entrelaça com outros ramos do conhecimento tangenciados neste trabalho em relação de complementaridade, navegando pelas marcas discursivas presentes nas revistas RBC e construindo a memória sobre deficiência visual com vertentes institucional e de empoderamento da pessoa cega. Em outras palavras, é por meio da análise do discurso que se fará a prospecção dos signos e significados presentes no texto da RBC, para a reconstrução da memória discursiva sobre deficiência visual presente na publicação.

Pelo exposto, percebe-se que a Análise do Discurso Francesa será de grande utilidade para a análise do corpus do presente trabalho. A ferramenta auxiliará no objetivo de investigar os registros sobre deficiência visual presentes no periódico, percebidos por meio da memória discursiva, transcrita nas palavras impressas nas páginas da Revista Brasileira para Cegos.

4.2 ANÁLISE DOS EXEMPLARES DA REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS

Desde o exemplar número 1, editado em 1942, a Revista Brasileira para Cegos mostra sua vocação em tratar de assuntos ligados à deficiência visual. Nesse ponto do trabalho, passa-se ao estudo das questões sobre deficiência abordadas nas revistas.

4.2.1 A primeira RBC (1942)

A primeira RBC foi publicada em 1942 e editorada por uma pessoa cega, o professor do IBC José Espínola Veiga, idealizador da revista. Não há menção sobre sua periodicidade nem ao seu autor. A autoria da revista é sabida por meio de outras publicações que recontam a memória do Instituto Benjamin Constant, como a revista Benjamin Constant, publicação técnico-científica do IBC. A primeira RBC contém 72 páginas em braille e está estruturada em editorial e sete matérias:

Tabela 1- Estrutura da RBC nº 1

Revista	Matérias
1	Editorial, Traços da vida do Presidente Vargas, O Presidente Vargas e os cegos do Brasil, O Ministro da Educação expõe os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Aos brasileiros da quinta coluna, A execução do Tiradentes, Eu bombardeei a Alemanha..., Expressões pitorescas.

Fonte: O autor, 2019.

Na tabela apresentada acima, e pela leitura da revista, depreende-se que em dois momentos, no editorial e na matéria “O presidente Vargas e os cegos do Brasil”, existe a abordagem da temática da deficiência visual. Os demais conteúdos são matérias de interesse geral, contextualizadas ao período histórico vivido pelos leitores da RBC naquela época, como as mudanças no ensino secundário ou a Segunda Guerra Mundial.

O exemplar nº 1, folha de rosto, primeiro parágrafo, apresenta as sequências discursivas SD1: “A Revista Brasileira para Cegos, editada pelo Instituto Benjamin Constant, será distribuída gratuitamente entre os cegos do Brasil” (grifo nosso) e SD2: “Para recebê-la, basta pedi-la ao Diretor do IBC” (Grifo nosso).

No seu nascedouro, percebe-se no nome atribuído à publicação “Revista Brasileira para Cegos” que ela é uma criação nacional, uma iniciativa “brasileira”. Há uma necessidade de mostrar ao público leitor e às pessoas que conhecerem a revista que se trata de uma publicação daquela nação. A RBC poderia ter sido batizada de diversos nomes diferentes, a exemplo de outras publicações em braille hoje existentes, como as mencionadas revistas Pontinhos e Ponto a Ponto. Mas houve a opção pelo adjetivo “brasileira”. Não se pode esquecer o contexto político vivido pelo Brasil daquela época. Em 1942, o Brasil estava em pleno Estado Novo, movimento nacionalista de direita e sob o governo do presidente Getúlio Vargas, o que pode ter influenciado na denominação. Há traços desse movimento no conteúdo da publicação em matérias como “Traços da Vida do Presidente Vargas”, “O Presidente Vargas e os cegos do Brasil” e a representação em alto relevo do busto do presidente, com a seguinte frase abaixo “Getúlio Vargas - Fundador do Regime e guia da Nacionalidade”. Percebe-se a manifestação do ponto de vista institucional, de nação brasileira, com seu líder à frente, na qualidade de provedora de bem-estar para os seus cidadãos.

Ainda no nome de batismo do periódico, a expressão “para cegos” também não é destituída de sentido. Fica explícito no nome qual é o público-alvo do periódico. A ênfase é dada nas pessoas, público com deficiência visual, talvez por ser a “— primeira iniciativa oficial

no gênero —”. Pode-se fazer uma comparação com outras publicações em braille, como as revistas *Pontinhos* e *Boletim Ponto a Ponto*, cujas denominações enfatizam o conjunto de símbolos (Sistema Braille) que lhe dão suporte. São enfoques distintos, a RBC com as pessoas cegas e as outras duas publicações exaltando o sistema de leitura e escrita, o braille. Mas nas duas situações, o que se busca é o empoderamento da pessoa cega, seja pela via de uma revista planejada exclusivamente para esse público (RBC), seja pela valorização do sistema de leitura e escrita da pessoa cega (*Pontinhos* e *Ponto a Ponto*).

Prosseguindo, nota-se que a RBC é editada por um órgão governamental. Não há menção na revista nº 1 a uma pessoa ou grupo específico como editor da publicação e sim ao órgão público na qual é produzida. O único nome presente na capa da publicação é o de João Alfredo Lopes Braga, Diretor-Geral do IBC na época. Há um apelo institucional aqui, de exaltação ao lugar no qual a RBC foi concebida. O trecho “ao Diretor do IBC” (SD2), cargo referente ao dirigente máximo da instituição, também corrobora esse entendimento. No editorial, também há demonstrações disso, com a SD4: “— primeira iniciativa oficial no gênero —”, entre travessões, para dar destaque; SD5: “modalidade de assistência do governo aos brasileiros que não dispõem dos olhos”; e SD6: “primeira revista oficial para os cegos”.

A palavra “gratuitamente” (SD1), no contexto, também não é destituída de significação institucional. É precursora da política pública materializada na portaria nº 504/49, do Ministério da Educação e Saúde, implementada sete anos após a primeira RBC, que institui a distribuição gratuita de impressos em braille. Há um cunho assistencial, visto que os materiais produzidos pelo IBC até então eram vendidos a preços módicos (LEMOS; FERREIRA, 1995), impossibilitando a aquisição irrestrita de impressos em braille. Com a edição da primeira RBC e, posteriormente, a edição da citada portaria, há o reconhecimento da situação de vulnerabilidade financeira das pessoas cegas da época, as quais teriam dificuldades de dispor de recursos para aquisição da revista, representando um avanço que permaneceu até os dias atuais.

Também na revista nº 1, há menções a ações governamentais visando beneficiar as pessoas cegas, na SD7: “outorgou sabiamente o direito de voto aos cegos alfabetizados”; SD8: “o governo do Dr. Getúlio Vargas chama os cegos ao exercício das funções públicas”; SD9: “aproveitados na seção Braille do Instituto Benjamin Constant”; e SD10: “os cegos tiveram abertas as portas de colégios oficiais”.

Retornando à folha de rosto da RBC nº 1, há a SD11: “Todas as sugestões serão recebidas com agrado”. Tem-se aí um pedido de participação dos leitores, uma valorização da sua opinião. Aqui há a primeira demonstração de empoderamento da pessoa cega, com a

abertura de um canal de diálogo entre a RBC e seus leitores, dando oportunidade para expressarem suas opiniões.

Sob o prisma de empoderamento, o discurso empregado em 1942 denota uma tentativa de superação de um modelo assistencialista de tratamento da pessoa com deficiência, no qual a pessoa cega ficava à margem da sociedade, necessitando passivamente de ajuda, para um modelo que visava sua inserção no mercado de trabalho.

Esse esforço de mudança pode ser observado na SD12: “Todos os atos do governo Vargas relativos aos cegos da nossa terra estão nitidamente impregnados do desejo de transformar os brasileiros sem vista em células vivas da economia nacional” (grifo nosso) e no trecho sobre o aproveitamento das pessoas cegas na seção braille do IBC, com possibilidade de participação nos concursos públicos, na SD13: “sem ter pedido favor a nenhum político sem a humilhação de receber o emprego como esmola” (grifo nosso). Estando à frente da revista um professor cego do IBC, José Espínola Veiga, apesar de não constar seu nome na primeira publicação, percebe-se nos termos destacados o discurso de superação da cultura assistencialista, reflexo da luta pela afirmação das pessoas cegas na sociedade.

4.2.2 As RBC produzidas em 2011 (números 522, 523, 524 e 525)

As revistas do segundo período a ser analisado (números 522 a 525) datam de 2011, possuem em média 120 páginas em braille, periodicidade trimestral, e também ficaram sob a responsabilidade de uma única pessoa, a revisora braille Kate de Queiroz Costa, que era coordenadora do setor incumbido da elaboração das publicações em braille (RBC e Pontinhos). As quatro revistas apresentavam editorial e as seguintes matérias:

Tabela 2 - Estrutura das RBC nº 522 ao 525. Destacam-se as colunas da publicação.

	Matérias
522	Editorial (Aos leitores da RBC), Sem Olhar pra Trás, Anjos não Têm Sexo, Iscas de Cristal, O Aleijadinho, Feliz por Nada, O Momento de Deixar Ir, De onde Vem a Violência, Glória de Sangue, Luzes do Arrebol, Jóias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor.

523	Editorial (Livro impresso versus computador), Temendo a Velhice, O Vaticano e o Nazi-Fascismo, Camões, Através das Flores, A Efemeridade das Mídias, Um Anjo no Paraíso, Disfarce da Nobreza, Escultura, Guiar o Cego, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de ideias, Ao Leitor.
524	Editorial (A indesejável inclusão), O nosso Medo, Quem Fala o que Quer, Homem Tricota Melhor, Madre Teresa, Um Palacete, Livros do Lixo, Pushkar, Mundos Divididos, Braille Ameaçado, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Informativo IBC, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor.
525	Editorial (Adeus!), Algo não se Ensina, Um Itaparicano em Paris, Afeganistão, Amores Inquebrantáveis, Mahatma Gandhi, Preconceito Engorda, Os Escritos Secretos de Timbuktu, Mulheres Guerreiras, Duas Palavras, Joias da Humanidade, Histórias Interessantes, Artes, Brasil, Ecologia, Lugares do Mundo, Ciência e Saúde, Variedades, Noticiário Especializado, Troca de Ideias, Ao Leitor.

Fonte: O autor, 2019.

Observando os dados da tabela nº 2 e pela leitura das revistas, nota-se que os conteúdos que abordam diretamente as questões da deficiência visual estão concentrados no editorial, informativo IBC e na coluna “Noticiário Especializado”, esta última apresentando informações úteis para o cotidiano da pessoa com deficiência visual, como ofertas de emprego e inovações na área da tecnologia assistiva. A exceção fica com a matéria “Braille ameaçado”, que aparece de forma isolada na revista nº 524, tratando do risco de diminuição da importância do Sistema Braille face às inovações tecnológicas.

Em relação à tabela nº 1, do primeiro exemplar da RBC, percebe-se que as revistas do período ora analisado mostram uma maior variedade de assuntos gerais, em função da quantidade de matérias (aproximadamente vinte em comparação às sete matérias da RBC nº 1). Essa maior variedade de conteúdos se refletiu no aumento significativo da quantidade de páginas da publicação, que aumentou de 72 páginas em braille na primeira RBC para 120 páginas braille em média nas revistas editoradas em 2011.

Setenta anos depois, em 2011, a RBC continua sendo editada e impressa no IBC. Entretanto, na capa da revista há menção a José Espínola Veiga como “Fundador da RBC” (SD14) e a Kate Q. Costa como “Responsável pela RBC” (SD15). Aqui se nota uma mudança

em relação ao exemplar número 1, que foi atribuído ao órgão público que o publicou. Percebem-se aqui indícios de uma divisão entre o discurso institucional, de políticas públicas, e o discurso direcionado pessoalmente às pessoas cegas, presente em algumas matérias da revista. As palavras “fundador” (SD14) e “responsável” (SD15) são marcas desse discurso. Mostra da dualidade é a presença, logo abaixo dos nomes do fundador e da responsável, de propaganda institucional do Governo Federal da época, na SD16 “Brasil, um país de todos” (RBC 522 e 523) e SD17 “País Rico é País sem Pobreza” (RBC 524 e 525).

Nos quatro exemplares publicados em 2011, aparecem, como repetição do discurso presente na revista número 1, os discursos que se entrelaçam ao longo das páginas da RBC, institucional e empoderador.

Dois dos editoriais, das revistas 522 e 523, tratam da valorização da leitura em braille. Na defesa do Sistema Braille, palavras e expressões como “somente”, “é preciso”, “perfeito conhecedor” são empregadas nas SD a seguir:

RBC 522

SD18: Quando pesquisamos textos, às vezes, incansavelmente, com o apoio de nossos incansáveis leitores voluntários, é pensando em satisfazer os leitores da RBC. (grifo nosso)

SD19: (...) sendo RBC e Pontinhos as únicas revistas em braille no Brasil, é nossa obrigação transcrevê-las e revisá-las com rigor e seriedade. (Grifo nosso)

SD20: Sabemos que a internet supre os leitores em geral de bons textos, mas somente a leitura em braille fará você, caro(a) internauta, perfeito conhecedor da ortografia, permitindo-lhe assim uma boa escrita. Portanto, “ler braille é preciso”. (Grifo nosso)

RBC 523

SD21: Reconhecemos que o braille ocupa muito espaço; por isso, o tamanho de um livro em braille pode ser grande, mas o computador também o é. (Grifo nosso)

SD22: É fato inquestionável que o cego deve ler em braille, porque através do computador ele apenas ouve as mensagens, não podendo assim apreender a grafia correta das palavras.

A defesa do braille como sistema de leitura e escrita das pessoas cegas deriva da valorização de elementos que permitiram ao longo do tempo, e ainda permitem, a independência da pessoa com deficiência visual. Da longa trajetória para se firmar perante a sociedade como cidadãos úteis e produtivos é que aflora a memória de luta pelos direitos da pessoa cega. O braille foi, e ainda é, peça fundamental nesse processo. Inventado por um jovem cego, permitiu que milhares de pessoas com deficiência visual em todo mundo tivessem acesso à leitura e escrita.

Deflui dessa memória de luta, em reverência à importância do braille, a utilização de termos incisivos para falar da necessidade de manutenção desse sistema, a exemplo do emprego do advérbio de exclusão “somente” (SD20), ou a paráfrase à célebre frase de Fernando Pessoa “navegar é preciso”, na revista RBC tem-se que “ler braille é preciso” (SD20). Em oposição, ao tratar dos métodos eletrônicos de leitura ou para tratar de uma característica negativa do livro em braille, utilizam-se sentenças com valor semântico concessivo, como em “Sabemos que a internet supre os leitores em geral de bons textos” (SD20) e “Reconhecemos que o braille ocupa muito espaço” (SD21).

Em síntese, há um discurso de defesa do braille como elemento empoderador da pessoa cega, a fim de que não abra mão de sua conquista para apenas ouvir os textos escritos. Os trechos “através do computador ele apenas ouve as mensagens” (SD22) e “não podendo assim apreender a grafia correta das palavras” (SD22) dão conta dessa nova realidade proporcionada pela informática, que não deve ser adotada de forma exclusiva, em detrimento do Sistema Braille.

Ao discurso, soma-se o fato de a RBC ser impressa em braille, apresentando alguns conteúdos que estão disponíveis na internet. Existe então, com os meios digitais de leitura, uma ameaça também à própria RBC, outra conquista das pessoas cegas. Essa constatação é percebida em “Sabemos que a internet supre os leitores em geral de bons textos” (SD20).

A editora da revista chama a atenção dos leitores para que continuem lendo o periódico, com o objetivo de terem boa escrita e saberem a grafia correta das palavras, mas há muito mais no interdiscurso, já que está carregado pela defesa do braille, aspecto já abordado aqui, e da RBC como elemento de fortalecimento das pessoas cegas perante a sociedade, como visto em “Quando pesquisamos textos, às vezes, incansavelmente, com o apoio de nossos incansáveis leitores voluntários, é pensando em satisfazer os leitores da RBC” (SD18). A repetição da palavra “incansável” dá a dimensão do valor atribuído a RBC.

Há também nas SD 18-21 a retomada do discurso institucional sobre a RBC, editorada por um órgão público do Ministério da Educação como política pública inclusiva, retratado na revista nº 1, em “sendo RBC e Pontinhos as únicas revistas em braille no Brasil, é nossa obrigação transcrevê-las e revisá-las com rigor e seriedade (SD19). Os termos “únicas revistas” e “rigor e seriedade” retomam os sentidos da SD4: “— primeira iniciativa oficial no gênero —” e SD6: “primeira revista oficial para os cegos”.

Prosseguindo no campo das políticas públicas, o editorial da RBC nº 524 traz uma crítica direta à educação inclusiva na escola. Em 2008, o Ministério da Educação, por obra da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI),

deflagrou um processo de mudanças no ensino especializado, no qual está inscrita a educação das pessoas com deficiência visual por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A partir daquele momento, a base do ensino das pessoas com deficiência visual não mais seria feita nas chamadas escolas especializadas, nas quais o Instituto Benjamin Constant se insere, passando então a ser preferencialmente desenvolvida na rede regular de ensino. Esse discurso sobre a educação inclusiva foi repetido na chamada “meta 4”, inserida no Plano Nacional de Educação (PNE), documento de política pública com 20 metas educacionais a serem atingidas em 10 anos (BRASIL, 2014). O assunto divide opiniões entre especialistas na área e o público com deficiência visual.

A maior crítica com relação à educação na perspectiva da inclusão se encontra no aspecto prático de implantação dessa política. A educação no Brasil, que é um país de dimensões continentais e pluralidade socioeconômica, padece de problemas básicos, como a falta de professores e de capacitação desses profissionais, atrasos nos salários, desestruturação das unidades de ensino, entre outros fatores. Faltam recursos para o desenvolvimento adequado dos alunos, e, em virtude desse panorama de dificuldades, a questão principal recai sobre como serão incluídos também os alunos com deficiência em salas regulares, público que demanda especial atenção dos profissionais de educação. Existe uma preocupação que esse projeto funcione apenas “no papel”, gerando, ao invés da inclusão, a segregação das pessoas com deficiência, diante da incapacidade do estado em auxiliar essas pessoas a superarem as barreiras que os impeçam de serem cidadãos independentes.

Por outro lado, a educação especial também possui limitações, visto que as escolas especializadas se encontram concentradas nos centros urbanos e em pequeno número, obrigando os alunos com deficiência a saírem do convívio familiar para estudarem. Por exemplo, as instituições como o IBC e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) receberam ao longo dos anos muitos alunos, de todos os estados da federação. Esses discentes ficavam alojados nas duas instituições durante o ano letivo, longe do convívio familiar. Também existe a crítica sobre um reduzido convívio com o mundo exterior, em específico com outros alunos sem deficiência, o que geraria um distanciamento entre a pessoa com deficiência e a sociedade, prejudicando seu desenvolvimento.

Como veículo para discussão de questões ligadas à pessoa com deficiência visual, a RBC não ficaria de fora dessa discussão. O editorial do nº 524 se posiciona sobre o assunto, de forma contrária à política pública. O título “A indesejável inclusão” deixa muito clara a opinião que viria a seguir. Ressalte-se que a palavra “indesejável” mostra que não são todos os

processos inclusivos que são vistos como benéficos, a exemplo da criação da RBC, tida como um avanço.

No citado editorial, há um comparativo entre a época de fundação do IBC e do INES, ações tidas como futuristas, e a inclusão dos tempos atuais, considerada retrógrada:

SD22: Numa visão futurista, D. Pedro II percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa. O que fez D. Pedro? Comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais. (grifo nosso)

SD23: Entretanto, numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador, querem destruir esses espaços vitais, que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos. (grifo nosso)

O posicionamento editorial adotado é frontalmente contrário à política pública atual do Governo Federal, considerada como de “visão retrógrada” (SD23). Percebe-se aqui que a RBC, apesar de ser editada em um órgão público, apresenta também visões contrárias ao posicionamento oficial. Nesse ponto, há um distanciamento em relação ao discurso adotado na RBC nº 1, no que tange a acompanhar as diretrizes governamentais. A editoria da revista expressa aqui um receio de que, em função da nova política governamental, as escolas especializadas como Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos acabem sendo fechadas, locais que, no ponto de vista expressado no editorial, contribuem para a socialização de pessoas com deficiência visual e auditiva. Coloca-se no sentido de que a política das escolas especializadas deve ser mantida, pois elas, sim, proporcionam a “verdadeira inclusão” (SD23).

Entretanto, ao se posicionar de maneira crítica, contrária à política inclusiva atual, a editoria da RBC acaba repetindo o discurso apresentado no primeiro número, que na matéria “O Presidente Vargas e os cegos do Brasil”, fala da ampliação do prédio do IBC, que visava à “renovação completa da educação dos cegos, no sentido de aparelhá-los para essa participação ativa na sociedade” (SD24). O fragmento citado é retomado semanticamente no editorial nº 524, em trechos como “ocupar seus espaços numa sociedade” (SD22), “fundação de escolas especializadas” e “encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos” (SD23).

No discurso empoderador, os números 522 a 525 da RBC apresentam matérias motivacionais para o encorajamento da pessoa cega. Não são diretamente ligadas à deficiência

visual, mas apresentam histórias que proporcionam uma reflexão ao leitor. Buscam provocar uma mudança no público-alvo através da inspiração em exemplos positivos. Os discursos apresentados mostram, em síntese, alguém ou algum grupo que sofria determinado tipo de privação, mas que conseguiu vencer as barreiras impostas pela sociedade ou pela sua condição física.

Por exemplo, há no número 522 histórias como a das mulheres afegãs, que enfrentam o preconceito e a violência dos homens para trabalhar, estudar, e até mesmo para mostrar seu rosto em público. Também, no mesmo número, apresenta a biografia do escultor Aleijadinho, que mesmo acometido por uma doença degenerativa dos ossos e músculos, contra as dores da enfermidade prosseguiu no seu ofício. Nos demais números publicados naquele ano, também há outras matérias nesse tom, como a apresentada no número 524, contando a história de José Carlos da Silva Bahia Lopes, o “Zumbi”, um catador de recicláveis do lixão de Gramacho, que ficou conhecido por meio do filme “Lixo Extraordinário”, mostrando que além de materiais destinados ao sustento, o catador recolhia também livros descartados pela população com o objetivo de abrir uma biblioteca.

No número 525, há uma matéria chamada “Preconceito engorda”, que fala sobre palavras que estão incorporadas ao vocabulário popular, como “denegrir”, “judiar” e “alma branca”, que são utilizadas corriqueiramente pelas pessoas que dizem não ter preconceito algum, sem perceberem que o interdiscurso carrega conteúdo discriminatório. Mesmo sem tratar da temática da deficiência visual, mostra aos leitores que os preconceitos estão enraizados no universo simbólico da população, retornando na forma de substantivos pejorativos, como o substantivo “ceguinho”, já mencionado neste trabalho.

Também na esteira do empoderamento, as revistas 522 a 525 apresentam receitas culinárias. De acordo com informações obtidas no *site* do IBC¹⁹, na primeira versão digitalizada da RBC (nº 492), é possível aferir que as receitas são veiculadas ao menos desde julho de 2000, permanecendo até os dias atuais. Esse conteúdo não foi previsto na revista número 1, mas é um desdobramento dos objetivos da primeira RBC, de “levar cultura, informação e distração pela leitura, a todos os cegos do Brasil” (SD 25) e ser uma “modalidade de assistência do governo aos brasileiros que não dispõem dos olhos” (SD5). As receitas apresentam, em linguagem simples, como fazer os mais variados pratos do cotidiano. Cozinhar e desempenhar outras atividades da vida diária fazem parte da educação das pessoas cegas para que tenham

¹⁹ <http://www.ibr.gov.br/publicacoes/revistas#revistaRBC>. Acesso em 03 fev. 2019.

independência. Nesse aspecto, a RBC cumpre importante papel, apresentando esse conhecimento às pessoas com deficiência.

4.2.3 As RBC produzidas em 2012/2013 (números 526, 527, 528 e 529)

As revistas do terceiro período foram publicadas nos anos de 2012 (526 a 528) e 2013 (número 529), elaboradas por uma comissão editorial, reunida após a aposentadoria da coordenadora Kate, tinham em média 98 páginas em braille e periodicidade quadrimestral. A primeira publicação, de número 526, foi desenvolvida por quatro pessoas videntes e uma cega. As demais (527 a 529), por cinco pessoas videntes e duas cegas, incluindo-se nesse quantitativo os profissionais que elaboraram a RBC anterior. Não houve mudanças na comissão editorial nesses três números. As RBC apresentaram editoriais e as seguintes matérias:

Tabela 3 - Estrutura das RBC nº 526 ao 529. Destacam-se as colunas da publicação.

Revista	Matérias
526	Editorial, Voz do leitor , Braille somente, IBC in foco : Boa chance à vista na massoterapia, Vida e saúde : Onde bate o coração de Eloá, Saúde em contraponto : Passe um dia sem carne, Carne vermelha faz muito bem, Sol na medida certa, Protetor solar para comer, Nossa casa : Geladeira exige ordem, Moda : Jeans, Arte e cultura : Teatro Carlos Gomes estreia projeto de inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva, Acessibilidade e inclusão : Melhor que GPS, RBC informa : Banco do Brasil apresenta nova linha de crédito: BB crédito acessibilidade, Caixa oferece gratuitamente aos seus clientes extratos bancários em Braille.
527	Editorial, Memórias : A meu prezado pai o Senhor Manoel Álvares de Azevedo, Prefácio do tradutor; Ditados populares : Dor-de-cotovelo, Motorista Barbeiro; IBC em foco : Participação do Instituto Benjamin Constant na Rio +20, Veja um resumo da declaração final da Rio +20, Curiosidades : De onde vem o hot-dog? Vida e saúde : 5 coisas para saber sobre..., Saúde em contraponto : Ultrassom em 3D, Nossa casa : Sobras têm prazo de validade, Culinária : Chocolate casa bem com bebidas fortificadas. Acessibilidade e inclusão : Cão-guia fica de novo fora de banco e gerente pede desculpas em Niterói, Trigêmeas Surdocegas: Uma Lição de Amor, RBC Informa

528	<p>Editorial, Esta senhora EM revista: crônica para uma homenagem, A pelada como ela é, Tributo: Entrevista com o Professor Paulo Felicíssimo Ferreira, Acessibilidade e Inclusão: Corrida com barreiras, IBC em Foco: Fórum pelo Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, Estimulação precoce: O que é? Culinária: Bolo de fubá de preguiçosa, Pão de queijo, Macarrão parisiense, Datas Comemorativas Vida e Saúde: Frutas e verduras reduzem o desejo de fumar, Glaucoma: sintomas sutis, riscos reais, RBC Informa: Cinema falado, Espaço do Leitor.</p>
529	<p>Editorial, Como ser o número um na vida de uma pessoa, Despedida do trema, Canção das flores, Eficiência já, Tributo: Professora Maria Helena - Vida plena de realizações. Acessibilidade e Inclusão: Museu abre repaginado para cegos, IBC em Foco: O IBC na Era das Sombras - Anos de Chumbo. Nossa Casa: Roupa bem cuidada, Vida e Saúde: Mais movimento para os cegos, Do que são feitos os iogurtes reguladores do intestino? Culinária – Receitas: Abacaxi refrescante, Bolo americano, Arroz com couve especial, Feijão assado, Carne com purê gratinado no forno, RBC Informa, Espaço do Leitor, Datas Comemorativas, Vocabulário.</p>

Fonte: O autor, 2019.

Cotejando as tabelas 1 e 2 com a tabela 3 e pela leitura dos exemplares das revistas que serão analisados, percebe-se que as RBC editadas pela recém-formada comissão editorial apresenta, em relação à primeira RBC, um número maior de conteúdos e maior número de páginas em braille (cerca de 20 páginas a mais). Entretanto, a média de páginas é menor que nas revistas editoradas pela coordenadora Kate (cerca de 20 páginas a menos). Essa quantidade menor de páginas em relação ao segundo período pode ser um reflexo do incremento nas matérias sobre a temática da deficiência visual, que aparecem pulverizadas na publicação em conteúdos isolados e também nas colunas “Acessibilidade e inclusão”, “IBC em foco” e “RBC informa”.

As revistas de números 526 a 529, editadas após a aposentadoria da coordenadora e entrada da comissão editorial na RBC, dão início a um novo ciclo na confecção das revistas. A nova fase se inicia na revista de número 526, publicada em janeiro de 2012. Assim como edições anteriores, a revista faz menção, na folha de rosto, ao fundador da RBC, à Diretora-Geral do IBC e aos responsáveis pela edição da publicação, que passou a ser a comissão editorial. Também há citação do *slogan* do governo federal em “País rico é país sem pobreza”. Existe, portanto, o dualismo já abordado anteriormente, uma mistura de posicionamento institucional, de órgão público com políticas públicas, e de discurso direcionado pessoalmente às pessoas cegas, motivacional, conforme se observará adiante.

O editorial da revista 526 entra em contato com os leitores, após uma breve saudação, afinando o discurso em relação ao exemplar nº 1, com a repetição do já dito, presente no primeiro exemplar, nas SD26: “instituição especializada, pioneira no ensino de crianças e adolescentes cegos (...)” e SD27: “centro de referência na área”. As sequências discursivas mencionadas retomam a semântica institucional do primeiro exemplar da RBC, ao ressaltar a grandeza do IBC como referencial nas questões da visão, coadunando-se com a SD24 na matéria “O Presidente Vargas e os cegos do Brasil”, no trecho “suntuoso educandário onde se vai processar a renovação completa da educação dos cegos”. Nesse sentido, fica retratada a concretização do objetivo institucional traçado há sete décadas, com a elevação do IBC a centro de referência.

Em outro aspecto, a SD28: “a serviço da informação e da cultura de qualidade, direcionada para o nosso público cego” repete o discurso do primeiro exemplar, de empoderamento da pessoa cega, ao proporcionar-lhe acesso à informação impressa, como o exposto em “levar cultura, informação e distração pela leitura a todos os cegos do Brasil” (SD 25). Ambas as argumentações, institucional e de empoderamento, também estavam presentes nas revistas do ano de 2011.

Por fim, assim como na RBC nº 1, o editorial de nº 526 chama os leitores para contribuírem para a publicação, por meio de correspondências, contendo “sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos” (SD29) (Grifo nosso). Não se observou um chamado para o envio de contribuições à publicação nas revistas editoradas no segundo período (2011). A expressão “crescer juntos” (SD29) dá fortalecimento à voz das pessoas com deficiência visual, pois permite que contribuam coletivamente para a construção da RBC. Há aqui também uma parceria, na medida em que a RBC e as pessoas cegas possam se fortalecer mutuamente. O verbo “crescer” traz consigo o passado de lutas das pessoas com deficiência, mostrando um grupo de pessoas que pretendem, de forma gradativa, aumentar sua participação na sociedade.

A partir do número 526 da revista, há também um novo chamado para que os leitores contribuam com a publicação, na coluna “Voz do leitor”. No texto da “Voz do leitor”, ao final, está presente a SD30: “Pela valorização do Braille”. Ocorre uma retomada do discurso, já visto no segundo período analisado, de luta pela conservação e afirmação da importância do Sistema Braille, que hoje é questionado perante as inovações tecnológicas. Em seguida, ao adentrar no conteúdo da revista 526, inicia com uma poesia intitulada “Braille Somente”, de autoria do professor aposentado do IBC e ex-diretor, Jonir Bechara Cerqueira, que exalta os mais diversos usos do braille. Destaca-se a palavra “somente” do título, em comunhão com a 5ª estrofe:

SD31:
 Braille somente
 Jonir Bechara Cerqueira
 (...)
Braille dos movimentos necessários
Braille das justas reivindicações
Braille que ensina, incentiva e acalenta
Braille em sua universal revolução. (Grifo nosso)
 (...)

O uso do advérbio “somente” denota uma importância ímpar dada ao braille, como uma peça única, fundamental na garantia da independência das pessoas cegas. A ideia de preponderância do braille na vida das pessoas com deficiência visual, proporcionada pelo advérbio, se concretiza na repetição da palavra “Braille” no início de cada verso da poesia. Existe uma massificação na mente do leitor da importância do Sistema Braille. Na estrofe citada, os termos “reivindicações” e “universal revolução” mostram ao leitor que cada uma dessas atitudes teve como ferramenta de ação o Sistema Braille. Mais uma vez, a RBC busca mostrar ao leitor o braille como empoderamento, uma forma de alertá-lo para valorizar sua conquista.

Prosseguindo na análise, a coluna “IBC em foco”, novidade introduzida pela comissão editorial, visa mostrar as ações institucionais do IBC, tais como cursos oferecidos para pessoas com deficiência visual e profissionais da área, bem como atuações do Instituto Benjamin Constant na sociedade. Apresenta matérias como a divulgação dos cursos profissionalizantes em massoterapia para pessoas com deficiência visual (edição 526), a participação do IBC na acessibilidade do evento Rio + 20 (edição 527) e o Fórum pelo Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência (edição 528). Essas matérias têm em comum a valorização institucional do IBC como peça fundamental nas ações em favor das pessoas com deficiência. Um exemplo dessa afirmativa está na SD32: “Considerando que o Instituto Benjamin Constant é um Centro de Referência Nacional para questões da deficiência visual, foi firmado um contrato entre o Comitê Nacional e o IBC para participação no evento” (Grifo nosso). O período citado está presente no texto que trata da Rio + 20. O emprego da forma verbal “considerando” denota algo no passado, que é a trajetória do IBC perante a sociedade, como referencial acerca dos assuntos sobre deficiência visual. O emprego do gerúndio, no início do período, mostra uma situação prévia, de confiabilidade das ações do IBC na sociedade, na qual se basearam os organizadores do evento para solicitar o apoio da instituição. Também denota uma ação que se prolonga no

tempo. Portanto, mostra que as ações do IBC são duradouras, sem prazo de encerramento, fruto de mais de 160 anos de história.

O período continua com “Centro de Referência Nacional para questões da deficiência visual”. Esse título é apresentado em diversas publicações do IBC, tais como a própria RBC e a revista técnico-científica Benjamin Constant. Ele é fruto do pioneirismo da instituição. Essa terminologia está presente inclusive no regimento interno do IBC²⁰, no artigo 1º.

Em síntese, o discurso institucional das RBC desse período reafirma o IBC como órgão de importância singular para as pessoas com deficiência visual, balizador de diretrizes para a atuação nessa área. De certa forma, isso propõe um enfrentamento às questões sobre inclusão que estavam sendo propostas na época, com a descentralização da educação de pessoas com deficiência visual, política pública que visava ao enfraquecimento das instituições especializadas. Sendo assim, a reiteração do termo “centro de referência” ao tratar do IBC traz consigo a memória dos tempos em que só havia uma instituição para tratar das questões da deficiência visual, em oposição ao momento atual.

Prosseguindo, a RBC, na esteira do caminho traçado pelas edições analisadas anteriormente, passa então a tratar do empoderamento da pessoa cega, em matérias como “Onde bate o coração de Eloá” (RBC 526) e “Trigêmeas Surdocegas: Uma Lição de Amor” (RBC 527). Nas duas matérias, são abordadas histórias de superação de dificuldades, um estímulo ao leitor para vencer suas próprias. Na primeira matéria, apesar de não abordar a deficiência visual, conta a história de Maria Augusta Silva dos Anjos, que viveu 42 anos com uma doença cardíaca que limitava seus movimentos. É uma superação dupla, pois o coração que fora transplantado foi retirado da jovem Eloá Cristina Pimentel, brutalmente assassinada em 2008, após ser mantida em cativeiro pelo ex-namorado Lindemberg Alves em São Paulo. Destacam-se no texto os períodos “liberdade que ela não conhecia” (SD33), “hoje vence com facilidade os 63 degraus” (SD34), em referência à escada do apartamento no qual Maria Augusta mora, “ia à escola carregada nos braços” (SD35) e “Os colegas se assustavam com a menina de dedos inchados, unhas e lábios roxos, que sofria desmaios frequentes. Alguns diziam que a doença era contagiosa e aconselhavam os demais a manter distância. Hoje, dizem que isso é bullying. Eu chamava de rejeição” (SD36) (Grifo nosso). As palavras e expressões grifadas poderiam ser perfeitamente empregadas em um texto que tratasse sobre deficiência visual.

²⁰ Portaria MEC nº 310/18. Disponível em http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/GABINETE/Documentos_institucionais/Regimentos_internos/PORTARIA-N-310-DE-3-DE-ABRIL-DE-2018---Dirio-Oficial-da-Unio---Imprensa-Nacional.pdf. Acesso em 20 jan 2020

Na segunda matéria, “Trigêmeas surdocegas: uma lição de amor”, aborda-se a história de superação das irmãs Zoe, Emma e Sophie, que nasceram sem a visão e a audição. O texto aborda, com detalhes, a saga de Liz e George Hooker, mãe e padrasto das crianças, com a busca de melhores condições para permitir o desenvolvimento intelectual das trigêmeas. No texto, destacam-se os trechos “uma instituição especializada que parecia dispor de poucos meios para ajudá-las” (SD37) e “libertar as trigêmeas — e outras crianças como suas filhas — daquela prisão.” (SD38) (Grifo nosso). Apesar de a matéria se referir à educação de pessoas com deficiência nos Estados Unidos, notam-se semelhanças em relação ao Brasil. As palavras e períodos grifados expõem uma dura realidade dessas pessoas, de ter acesso a uma educação adequada para permitir o desenvolvimento pleno das suas potencialidades. O verbo “libertar” e a expressão “daquela prisão” dão a dimensão da dificuldade de comunicação com a pessoa com surdocegueira. Nesse sentido, a matéria apresentada na RBC mostra as dificuldades e o caminho trilhado para a “libertação” das três meninas. Há um estímulo para que o leitor cego também busque sua liberdade das prisões impostas pela sociedade.

O empoderamento da pessoa cega também é visto nas entrevistas com professores cegos do IBC. A abordagem procura mostrar histórias de pessoas que superaram suas dificuldades e hoje são bem sucedidas. Nas revistas produzidas pela comissão editorial, destacam-se as entrevistas com os ex-professores do IBC, Paulo Felicíssimo Ferreira (RBC nº 528) e Maria Helena Franco Sena (RBC nº 529). A narrativa se inicia com uma infância difícil, com muitas barreiras para permitir o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual. Essas afirmações podem ser percebidas na narrativa de momentos trágicos em “Como uma das muitas vítimas do sarampo, perdi a visão com dois anos e dois meses de idade, havendo minha mãe falecido na mesma semana” (SD39) ou com o atravessamento de dificuldades financeiras durante os estudos, em “foi-me extremamente difícil romper com a intelectualidade e tornar-me vendedor ambulante, mas, ainda aqui, a vergonha da dependência econômica gritou mais alto” (SD40) (trechos da entrevista com o Prof. Paulo Felicíssimo). Apesar de o registro ter sido feito por terceiro, a narrativa em primeira pessoa permite uma identificação com o leitor, que também passou/passa por situações assemelhadas.

Nas histórias dos dois professores há um elemento em comum. Suas trajetórias de vida são modificadas a partir da passagem pelo Instituto Benjamin Constant. A mudança de rumos pode ser percebida na (SD41): “Finalmente, uma luz no fim do túnel: seu pai, o senhor Oséias, tomou conhecimento da existência do Instituto e da sua importância para o cego em todo o Brasil”. A convergência das duas histórias no IBC retoma semanticamente o discurso

institucional da SD 27 “centro de referência na área” (trechos da entrevista com a Prof^a Maria Helena Franco Sena).

Conforme observado, nos três períodos apresentados, verifica-se uma memória sobre deficiência visual, contendo no seu interior os discursos institucional e de empoderamento da pessoa com deficiência visual. O que se passa a observar agora é a reação ao discurso contido na revista por meio das correspondências enviadas pelos leitores, numa época de transição na cúpula editorial da RBC.

4.3 AS CARTAS DOS LEITORES

Ao longo da sua longa trajetória a Revista Brasileira para Cegos vem interagindo com seus leitores por meio de correspondências, físicas e atualmente eletrônicas. Também recebe um número considerável de ligações telefônicas, atendidas por membros da comissão editorial e funcionários da Imprensa Braille do IBC. Nesses contatos, os leitores expressam sua opinião com relação ao periódico, além de solicitar outros atendimentos, como receber livros em braille produzidos no IBC.

As quatro correspondências que serão apresentadas são resultado de uma chamada feita pela nova comissão editorial da RBC, formada a partir da aposentadoria da coordenadora Kate, nos números 526 e 527 e 528 e publicadas na revista 529. Elas guardam especial interesse justamente por terem sido encaminhadas nesse período de transição, da elaboração por uma única pessoa para uma comissão editorial. Nelas se investiga a reação diante deste momento de mudança, de aprovação ou não ao “novo” discurso apresentado, o qual já se verificou também apresentar as vertentes institucional e de empoderamento da pessoa cega.

Editorial da revista RBC nº 526:

[...] Sendo assim, de imediato, queremos provocar e interagir permanentemente com nossos leitores, sentir-lhes o seu pulsar vibrante, a sua capacidade crítica! (Grifo nosso)

Isso poderá ser viável, se nos aproximarmos, a Revista e você, que desde já, poderá enviar sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos. (Grifo nosso)

Assim, aguardamos correspondências para os endereços constantes na capa desta edição.

O pedido formulado pela comissão resultou em correspondências, entre elas as que serão analisadas. Não é possível quantificar o total de cartas recebidas, pois o levantamento não foi feito à época pela comissão editorial. As quatro cartas foram redigidas por quatro diferentes

leitores, três do sexo masculino e uma do feminino. Não há elementos nas correspondências, nem no cadastro da revista para saber a faixa etária, nem o nível de escolaridade ou formação profissional desses leitores. Elas serão apresentadas na mesma ordem em que foram publicadas na RBC e serão numeradas visando à melhor análise.

Carta nº 1:

Conforme solicitação na revista RBC 527, de agosto de 2012, dou aqui a minha sincera opinião. Este novo modelo ficou muitos pontos abaixo das revistas anteriores, que eram muito mais completas e educativas e traziam uma variedade grande de assuntos. Sei que minha opinião não será ouvida, porém, peço que voltem ao estilo antigo. Obrigado. (Grifo nosso)

Carta nº 2:

Prezados diretores da Revista Brasileira para Cegos. Recebi o exemplar da revista que por sinal, está ótimo. Quero também agradecê-los pelo calendário, que para mim é de muita utilidade. Esse trabalho de vocês é de grande importância, pois não podemos deixar que o Braille seja esquecido. Muito embora eu seja uma apreciadora da tecnologia, não dispense uma leitura em Braille, principalmente depois da reforma ortográfica. Por isso, continuem com esse maravilhoso trabalho, pois assim estão ajudando a nós cegos a redigirmos melhor os nossos textos. Termino com um abraço a todos. (Grifo nosso)

Carta nº 3:

Caros amigos. Quando recebi as revistas RBC e PONTINHOS fiquei imensamente feliz, pois desde muitos anos as recebo e cada vez fico mais interessado nelas, devido ao perfil usado, os artigos publicados e, principalmente, pelo sistema de espaçamento das linhas que muito facilitam a leitura do Braille. Espero poder continuar a receber as suas revistas, as quais aguardo ansiosamente. Aceitem um abraço deste seu amigo de tantos anos. (Grifo nosso)

Carta nº 4:

Avaliando a nossa RBC - Durante muito tempo a RBC contemplou a todos nós com diversos assuntos que trouxeram cultura para nós cegos. No entanto, temos que dizer que ao longo do tempo, alguns quadros foram ficando defasados e obsoletos.

Com a saída da coordenação anterior, se esperava que antes de se processar as mudanças, a nova gestão nos consultasse, onde nós leitores pudéssemos contribuir com sugestões e, lamentavelmente, isso não ocorreu.

Comentando a reedição da Revista Comemorativa - Achei interessante, principalmente para que possamos avaliar a importância desse valioso instrumento de comunicação das pessoas cegas de todo o país. No entanto, quero dizer que, ainda em tempo, podemos fazer mais para marcar a história do surgimento desse importante e poderoso instrumento de comunicação.

(Grifo nosso)

(...)

As quatro cartas apresentam opiniões sobre os rumos traçados pela publicação após a saída da coordenadora Kate. As epístolas têm em comum a valorização do Sistema Braille, da RBC na qualidade de meio de comunicação nesse suporte e apresentam o desejo que esse trabalho continue. Esses sentimentos podem ser percebidos nas SD42: “Esse trabalho de vocês é de grande importância, pois não podemos deixar que o Braille seja esquecido” (Grifo nosso), SD43: “Espero poder continuar a receber as suas revistas, as quais aguardo ansiosamente” (Grifo nosso) e SD44: “importante e poderoso instrumento de comunicação” (Grifo nosso).

Nas sequências discursivas destacadas acima, emergem os discursos acerca do Sistema Braille observados no interior da RBC. A preocupação com a perda de importância do braille em relação às novas tecnologias é uma delas, na carta nº 2, em “não podemos deixar que o braille seja esquecido” (SD42) (Grifo nosso). No trecho sublinhado, percebe-se que esse processo de apagamento do braille já está em curso, mas é algo que está no controle das pessoas cegas, ao “deixar” ou “não deixar” que ocorra. A autora da carta então chama todas as pessoas com deficiência visual a lutarem contra esse acontecimento na SD42, em que se lê “não podemos”. Há nesse chamamento invocação a uma memória discursiva da pessoa com deficiência visual, que remete ao período em que a pessoa cega não tinha autonomia de leitura e escrita, em oposição ao período atual, em que há o Sistema Braille. Nesse sentido, se as pessoas cegas “deixarem” (SD42), terão sua importante conquista “esquecida” (SD42).

Um aspecto importante é percebido na carta nº 3, SD43: “Espero poder continuar a receber as suas revistas, as quais aguardo ansiosamente” (Grifo nosso). Ao “esperar poder continuar a receber”, percebe-se uma expectativa que pode vir a ser frustrada. A RBC é uma revista editada por um órgão público e distribuída gratuitamente, estando suscetível a mudanças econômicas e políticas, que podem promover inconstâncias na sua periodicidade ou até mesmo encerrar sua produção. Na minha vivência na Imprensa Braille do IBC, desde 2013, presenciei momentos em que não havia papel para impressão das revistas. Portanto, há uma memória de desabastecimento desse impresso. A segunda parte da SD43 mostra uma carência do leitor em relação à disponibilidade de outros materiais para ler. Ele “aguarda ansiosamente” pelas revistas que, quando chegam, o deixam “imensamente feliz”. Isso se deve ao reduzido quantitativo de publicações em braille, já abordado neste estudo.

Na carta nº 4, a SD44 “importante e poderoso instrumento de comunicação” (Grifo nosso), também contém aspectos interessantes. Segundo o leitor, a RBC é “importante e poderosa”. A importância se relaciona ao suporte no qual é produzida e ao aspecto quase único da revista, visto que em mais de sete décadas a RBC reinou quase que absoluta como publicação

em braille para pessoas cegas adultas. O substantivo “poderoso” conversa diretamente com o substantivo “instrumento”. Se for “poderosa”, não é uma publicação comum. Ela é, sim, capaz de formar opiniões. Essa visão é percebida, por exemplo, nas matérias que fazem crítica à política pública de educação inclusiva, a exemplo do editorial da RBC nº 524. Também a palavra “instrumento” não foi empregada ao acaso, pois o autor da carta poderia ter dito, por exemplo, “meio de comunicação”, ou seja, um local por onde passa a comunicação. Em vez disso, optou por um substantivo que traz a RBC à posição de protagonista. Assim como em um bom instrumento musical, que emite o som dedilhado pelo músico, som este que varia em função da qualidade do instrumento, mantendo-se o mesmo músico, a Revista Brasileira para Cegos “toca” no intelecto do leitor, por meio do braille, as “notas” emitidas por seus editores. Ela é a referência para o leitor que escreveu a carta, é o instrumento afinado, de ótima qualidade, independentemente de seus autores. Por isso considera-se que para o leitor é instrumento e não meio.

A ideia de “instrumento” é percebida na carta nº 1. Ela não faz referência aos autores das matérias, tampouco à comissão editorial da RBC. Ela trata da RBC em si. Para o leitor, a RBC está “muitos pontos abaixo das revistas anteriores” por ter adotado um “novo modelo” (SD44) editorial. Isso mostra que o “poderoso instrumento” pode ser tocado de maneira a desagradar os ouvidos do leitor, mas não deixará de ser um bom instrumento. Basta trocar a melodia, retornando ao “estilo antigo” (SD46), que aprazia mais ao leitor.

Aprofundando o discurso da carta nº 1, têm-se uma reação negativa ao trabalho implementado pela nova comissão editorial. O leitor deseja que a RBC retorne ao “estilo antigo” (SD46), que eram publicações, na visão do autor da carta, “muito mais completas e educativas e traziam uma variedade grande de assuntos” (SD47) (Grifo nosso). Em relação às RBC confeccionadas no período da coordenadora Kate, as revistas subsequentes apresentam uma ênfase maior nas questões da deficiência visual. Cotejando as tabelas 2 e 3, apresentadas no início da análise dos exemplares da RBC, observou-se que as revistas 522 a 525 apresentam 12 matérias, num total de 87, que abordam diretamente as questões relativas à deficiência visual. Já as publicações da nova comissão, de números 526 a 529, apresentam 21 matérias sobre deficiência visual, num total de 51, portanto 75% a mais que na editoria anterior do periódico. Paralelamente, na nova comissão, houve uma redução de 57% em temas que não versam diretamente sobre deficiência visual.

A carta do leitor desperta reflexões: Se a nova RBC trata com maior ênfase de questões ligadas à deficiência, porque foi considerada pelo leitor com menor pontuação que as anteriores? Até que ponto uma revista que é voltada para pessoas cegas pode trazer matérias

que tratem justamente das questões vividas pelas pessoas com deficiência visual? Não estaria o leitor esperando ver na RBC um momento de pausa em seu cotidiano para expandir seus horizontes?

Outro aspecto pode ser depreendido da carta do leitor, por meio das SD45 “novo modelo” e SD46 “estilo antigo”. Nos três períodos da RBC analisados, percebeu-se que o discurso pronunciado na primeira revista foi repetido nas seguintes. Todos os exemplares analisados abordaram as questões ligadas à deficiência visual, uns mais, outros menos. A primeira RBC, por exemplo, apresentava duas matérias, num total de oito, que tratam do discurso institucional e de empoderamento da pessoa cega. Portanto, o modelo adotado pela comissão editorial não é “novo”, pois essa fórmula (assuntos gerais + assuntos ligados à deficiência) dá o tom da revista. O que talvez tenha incomodado o leitor pode ter sido o aumento da quantidade de matérias sobre um único tema.

Na SD48 “Sei que a minha opinião não será ouvida”, há uma contraposição ao chamado realizado pelos editores da RBC no número 526, o qual convoca os leitores a apresentarem suas “sugestões, comentários e críticas”. As SD49 “se nos aproximarmos” e SD50 “crescer juntos” são exatamente o oposto do que foi relatado pelo leitor. Buscando ver o interdiscurso por trás desses dois discursos, que entram em rota de colisão (aproximação e união X certeza negativa de que será ouvido), vislumbram-se dois pontos de vista em relação à RBC: o da nova comissão editorial, que enfatizou as questões ligadas à deficiência visual, e o do leitor, que queria uma revista com maior variedade de temas.

Mas por que a comissão editorial optou por enfatizar essa temática? Para se aproximar de uma possível resposta, é importante mencionar que na época de edição dessas revistas RBC (2012/13) era assunto recorrente o papel do IBC dentro da política de educação na perspectiva inclusiva, assunto que dominava as conversas entre os profissionais de educação.

Nesse período, os educadores estavam discutindo como ficaria o novo desenho da educação de pessoas com deficiência, numa possível migração de um modelo centralizado nas escolas especializadas — do qual o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES fazem parte —, para um modelo descentralizado, realizado na rede regular de ensino, em salas de aula com alunos sem deficiência. Em documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) até a sua versão final em 2014, a atual política centralizada nas escolas especiais foi tratada como

discriminatória e de exclusão, modelo a ser repensado e superado. Na época, se falou no fechamento de instituições como o INES e o IBC, inclusive com manifestações contrárias.²¹

As revistas RBC da época, em consonância com esse contexto, não deixaram de refletir a defesa da manutenção da educação realizada no IBC, o que pode ter ocasionado o aumento de abordagens sobre o tema deficiência visual na revista. Um exemplo disso foi a entrevista realizada com Paulo Felicíssimo Ferreira, ex-professor e ex-aluno do IBC, na RBC 528, na qual foi perguntado o que achava acerca do fechamento das escolas especializadas e inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Sua resposta foi a seguinte:

Não sou bom contador de histórias, mas creio que este diálogo entre um rei e um filósofo, de cujos nomes infelizmente não me recordo, possa bem ilustrar minha resposta.
 Estando o filósofo a tomar sol, o rei se pôs diante dele e, impressionado por sua sabedoria após algum tempo de conversa, disse-lhe:
 – Pede-me o que quiseres e eu te darei!
 E o sábio: – Não me tires o que não me podes dar! (O sol)
Retirar algo de alguém ou de um grupo, quando não se lhes pode dar coisa igual, ou melhor, é crueldade e covardia, e este é o caso do fechamento das escolas especializadas. (Grifo nosso)

A pequena história contada pelo ex-professor reflete bem sua opinião sobre o possível fechamento do IBC. Para ele, é crueldade e covardia, pois entende que na escola regular o aluno com deficiência visual não terá as mesmas oportunidades e tratamento diferenciado que necessita para se desenvolver. Portanto, a inclusão não será melhor, nem sequer equivalente ao modelo atual.

Retornando à SD48, em “Sei que a minha opinião não será ouvida”, o leitor talvez percebesse esse panorama, de discussão acerca de um tema do momento, que não poderia passar incólume pela RBC, ainda mais tendo pessoas com deficiência visual na comissão editorial, que ocupam também a posição de servidores e ex-alunos do IBC. Portanto, naquele momento, não era possível retornar ao “estilo antigo” (SD46). Na percepção daqueles que estavam à frente da revista naquele momento, era preciso lutar pela manutenção da instituição que os emancipou para uma vida plena. Mais especificamente, com um cenário de fechamento do IBC, pugnar também pela sobrevivência da própria RBC. Era preciso falar de deficiência visual, de forma institucional e como empoderamento da pessoa cega.

²¹ <https://www.deficienteciente.com.br/mais-de-300-manifestantes-protestam-contr-o-fechamento-do-instituto-benjamin-constant-e-do-ines.html>. Acesso em 19 nov. 2019.

O leitor não acreditava que sua correspondência fosse provocar mudanças na forma da publicação, mas sua carta provocou, sim, uma reflexão pela comissão editorial da RBC, que foi explicitada no número 530, seguinte à publicação da epístola, com o aumento de matérias de conteúdo geral, mas sem abandonar os temas ligados às pessoas com deficiência:

Nossas considerações

[...]

Assim, estamos buscando textos mais diversificados, incluindo curiosidades, lugares interessantes do mundo e do Brasil e temas para reflexão, entre outros. No entanto, não nos afastaremos dos temas relacionados às pessoas cegas e de baixa visão.

[...]

Comissão Editorial

A consideração feita pela comissão editorial da RBC no fragmento anterior personifica o que é a publicação desde o seu nascedouro. A busca por textos diversificados, com uma variedade de informações, com o objetivo de ampliar os horizontes do leitor, aliada a busca de temas com pertinência à vida das pessoas com deficiência visual. Essas duas linhas de pensamento repetem o sentido do discurso entabulado na primeira RBC, de levar “cultura, informação e distração pela leitura a todos os cegos do Brasil”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista Brasileira para Cegos, publicação em braille do Instituto Benjamin Constant voltada exclusivamente para as pessoas com deficiência visual, circula desde 1942, cumprindo sua missão de levar cultura e informação ao seu público específico. Ao longo de mais de sete décadas, atravessou diversos períodos históricos, que vão desde a segunda grande guerra, passando pelas mudanças políticas sentidas pelo Brasil em todo esse período, sem falar na revolução tecnológica vivida desde os anos 40 até os dias atuais, que mudaram drasticamente a forma de interagir com o mundo e de acesso à informação. E a RBC esteve presente todo esse tempo, e ainda está, com sua importância ao levar o mundo das letras em braille, transmitindo informação e cultura à pessoa cega.

A RBC está intrinsecamente ligada à história da educação das pessoas com deficiência visual em território nacional. Com seu ponto de partida no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, passando pela invenção do Sistema Braille, atravessou o oceano, chegou ao Brasil trazida pela mente visionária de José Álvares de Azevedo, até culminar na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos — atual Instituto Benjamin Constant. No IBC, surge a produção de impressos em braille, inicialmente para demandas internas. É nesse ponto que a RBC entra, oito décadas depois da fundação do IBC, como um pioneiro periódico em braille para pessoas cegas.

O presente trabalho objetivou navegar pelo discurso da RBC a partir do seu nascedouro, em três momentos distintos, que são o discurso fundador da revista, da primeira edição, e mais dois momentos que marcam uma transição, da editoração por uma só pessoa para uma comissão editorial. O que se almejou foi aferir como o discurso sobre deficiência visual observado na primeira revista foi construído nos demais números, sob a forma de memória discursiva, se repetindo décadas à frente, e se esse discurso se subdividiria em institucional e empoderador da pessoa cega. A base teórico-metodológica desse percurso foi a análise do discurso da linha pecheutiana.

Os dois discursos sobre deficiência visual foram percebidos nas RBC analisadas. No campo das políticas públicas, aparecem tanto elogios ao governo, como na RBC nº 1, que trata da iniciativa de criar uma revista em braille direcionada ao público cego, quanto críticas, por exemplo, ao tratar de educação inclusiva na RBC nº 524. Percebeu-se também que o discurso institucional da RBC gira em torno da afirmação do IBC como centro de referência nas questões da visão. Isso se deve, entre outros fatores, ao pioneirismo da instituição e à defesa da

manutenção dessa entidade secular, permanecendo viva no contexto das políticas públicas de educação.

Vimos ainda que, no campo das políticas públicas sobre deficiência visual, o Brasil tem uma ampla legislação, com dois tratados internacionais, recepcionados como emendas constitucionais, além de leis ordinárias, como a Lei Brasileira de Inclusão. Entretanto, embora haja leis para proteger o direito da pessoa cega a ter acesso aos livros em formato acessível, predomina uma escassez desses materiais, que são produzidos predominantemente por instituições públicas ou sem fins lucrativos. O reduzido número de publicações no formato braille eleva a importância da RBC para o seu público.

Já o discurso empoderador da RBC contém exemplos de superação de dificuldades atravessadas por pessoas com ou sem deficiência visual. O importante aqui é mostrar para a pessoa cega que é possível transpor as barreiras apresentadas pela vida. As entrevistas com professores cegos, apresentadas na RBC, reforçam esse entendimento, ao abordar histórias de pessoas que tiveram um início de existência difícil, mas que venceram as limitações e conseguiram atingir o sucesso profissional. Nesse estudo, também foi abordada a relação do leitor com a sua revista: de gratidão, por receber gratuitamente uma publicação, que, para muitos, é o único acesso à informação impressa em braille; de posse, em relação à RBC, como parte do patrimônio coletivo das pessoas cegas a ser protegido e direcionado por seu público.

Pelo que foi analisado, constata-se que a Revista Brasileira para Cegos, apresenta, desde o primeiro exemplar, discurso voltado para as questões sobre a deficiência visual. Esse discurso é um elemento em comum que a RBC tem com os seus leitores. Dentro dele estão inseridas a defesa/valorização do Sistema Braille como suporte de leitura/escrita da pessoa cega e a defesa/valorização do Instituto Benjamin Constant como centro de referência nacional no que tange à educação de pessoas com deficiência visual.

Mais do que estudar o discurso da RBC, espera-se que este trabalho tenha contribuído para a divulgação da Revista Brasileira para Cegos no círculo acadêmico, como importante meio de comunicação e informação para as pessoas cegas, estimulando novas pesquisas sobre as publicações em braille. Igualmente, com a análise desse periódico, mostrar que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade, com acesso igualitário à informação, em especial a veiculada em meio impresso.

REFERÊNCIAS

AVIV, Rachel. **Listening to braille**. [S.l, 2009]. Disponível em <https://www.nytimes.com/2010/01/03/magazine/03Braille-t.html>. Acesso em 21 ago 2019.

BELARMINO, Joana. **As Novas Tecnologias e a "Desbrailização": Mito ou Realidade?** [S.l, 2011]. Disponível em <<http://intervox.nce.ufrj.br/~joana/textos/tecni08.html>>. Acesso em 10 set. 2019.

BRAGA, Lúcia Willadino. **Como a alfabetização influencia o funcionamento do nosso cérebro**. [S.l, 2015]. Disponível em <<http://www.canalciencia.ibict.br/pesquisa/0274-Como-a-alfabetizacao-influencia-o-funcionamento-do-nosso-cerebro.html>>. Acesso em 21 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programa Nacional do Livro Didático 2019. **Brasília, DF: MEC, 2017**. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/10521-pnld-2019>>. Acesso em 10 set. 19.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 261, de 25 de novembro de 2015**. Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2015a. Disponível em <<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/TratadoMarraqueche.asp>>. Acesso em 22 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146/15, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 22 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2014 Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 08 jun. 2018

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 22 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em 08 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9610/98 (Lei dos Direitos Autorais)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 22 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6538, de 22 de junho de 1978**. Dispõe sobre os serviços postais. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6538.htm>. Acesso em 11 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto Imperial 1428/1854**. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos. [S.l.], 1854. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 14 dez 2019.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; PINHEIRO, Claudia Regina Garcia; FERREIRA, Elise de Melo Borba. O Instituto Benjamin Constant e o Sistema Braille. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, Ed. Especial n. 2, out/2009. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/revistas/252-edicao-especial-02-outubro-de-2009>>. Acesso em 17 dez. 2018.

DIAS, Eliane Maria; VIEIRA, Francileide Batista de Almeida. O processo de aprendizagem de pessoas cegas: um novo olhar para as estratégias utilizadas na leitura e escrita. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 57, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/21890/pdf>>. Acesso em 03 fev. 2020.

DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô (org). **Por que memória social?** 1. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

GONZÁLEZ, E. (org.) **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT (IBC). **Instituto Benjamin Constant - 150 Anos**. Rio de Janeiro: IBC, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LEMOS, Francisco Mendes; FERREIRA, Paulo Felicíssimo. Instituto Benjamin Constant uma História Centenária. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 1, Set/1995. Disponível em <http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/1995/edicao-01-setembro/Nossos_Meios_RBC_RevSet1995_Artigo1.doc>. Acesso em 26 mai. de 2019.

MAIA, Maurício. **Novo Conceito de Pessoa com Deficiência e Proibição do Retrocesso**. Disponível em <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/42/1640>. Acesso em 16 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Ranielle Leal. **História das Revistas Brasileiras - informação e entretenimento**. Paraná, 2011. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011/1/artigos/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf/at_download/file>. Acesso em 14 dez. 2019.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Carmen; ORRICO, Evelyn. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. As metáforas na interdisciplinaridade: uma proposta possível? In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Gadet, F. Hak, T. (Org.). **Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, Nuno Manoel Silva. **Auxílio em pesquisa [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <jefmoura@gmail.com> em 24 set 2019.

DELDUCK, João. Homenagem a José Espínola Veiga. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, Ed. no 11, mar/1999. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/revistas/206-edicao-11-marco-de-1999>>. Acesso em 17 dez. 2018.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano I, n. 1, 1942.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXIX, n. 522-525, 2011.

REVISTA BRASILEIRA PARA CEGOS. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, ano LXX, n. 526-529, 2012-2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

VALENTINI, Silvia Maria Ribeiro. **Auxílio em pesquisa [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <jefmoura@gmail.com> em 24 abr. 2019.

VALENTINI, Silvia Maria Ribeiro. **Os sentidos da paisagem**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

VASSEUR, Fernanda Costa; NORA, Paula. **A Percepção dos Deficientes Visuais em Atrativos Turísticos: O caso da Igreja de São Pelegrino**. Disponível em https://www.uces.br/site/midia/arquivos/a_percepcao_dos_deficientes.pdf. Acesso em 10 out. 2019.

ANEXO

I - Revista RBC nº 1 (1942): trechos utilizados na análise

Aviso

A Revista Brasileira para Cegos, editada pelo Instituto Benjamin Constant, será distribuída gratuitamente entre os cegos do Brasil. Para recebê-la, basta pedi-la ao diretor do IBC, indicando claramente o nome e endereço, e confirmar o seu recebimento. A falta desta confirmação, em mais de um número, importará na suspensão imediata da remessa. Todas as sugestões serão recebidas com agrado.

Editorial

A "Revista Brasileira para Cegos" — primeira iniciativa oficial no gênero — visa levar cultura, informação e distração pela leitura, a todos os cegos do Brasil. Distribuída gratuitamente, será uma modalidade de assistência do governo aos brasileiros que não dispõem dos olhos. Seu aparecimento nesta semana de homenagens ao Presidente Vargas é a maneira dos cegos se associarem a essas justíssimas manifestações de apreço ao homem que, com raro denodo, larga visão política e elevado patriotismo, tem sabido conduzir o Brasil para os seus verdadeiros destinos. A existência da primeira Revista oficial para os cegos do Brasil, ficará assim para sempre ligada ao "Dia do Presidente".

Traços da vida do Presidente Vargas

Nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, a 19/04/1883. Em 1899, assentou praça no exército, chegando a 2º sargento em menos de um ano. Em 1900, matriculou-se na escola militar do Rio Pardo. Em 1903, ingressou na faculdade de direito de Porto Alegre, fundando o jornal "O Debate" mesmo durante o curso. Foi Deputado Estadual por 3 vezes, Deputado Federal, Ministro da Fazenda e, finalmente, Chefe do Governo Provisório.

O Presidente Vargas e os cegos do Brasil

Todos os atos do governo Vargas relativos aos cegos da nossa terra estão nitidamente impregnados do desejo de transformar os brasileiros sem vista em células vivas da economia nacional. Quando da organização da Lei Eleitoral, o Presidente Getúlio Vargas outorgou sabiamente o direito de voto aos cegos alfabetizados. Com isso, deu-lhes um dos principais direitos do exercício da cidadania, reconhecendo-lhes o valor na estrutura política do Estado. Mais tarde, já sob a vigência do Estado Novo, o governo do Dr. Getúlio Vargas chama os cegos ao exercício das funções públicas, permitindo-lhes inscrever-se em concursos oficiais, no mesmo pé de igualdade dos concorrentes que batem à porta do DASP, fazendo-se apenas as adaptações impostas pelas condições físicas dos novos candidatos. Por este modo, viram-se vários cegos aproveitados na seção Braille do Instituto Benjamin Constant, sem ter pedido favor a nenhum político sem a humilhação de receber o emprego como esmola, e confortados pela consciência de estar sendo úteis à nação. É ainda ao amparo da largueza de vistas dos homens do Governo do Presidente Getúlio Vargas, que, pela primeira vez no Brasil, os cegos tiveram abertas as portas de colégios oficiais, conquistando o saber nos mesmos bancos onde se diplomam os seus irmãos com vista. Foi, finalmente, a pena do Dr. Getúlio Vargas que mandou erigir na Praia Vermelha o suntuoso educandário onde se vai processar a renovação completa da educação dos cegos, no sentido de aparelhá-los para essa participação ativa na sociedade, que lhes tem querido dar o Chefe do Governo. Dali sairão, cegos e amblíopes, não apenas providos de recursos intelectuais, mas, principalmente, adestrados no aparelho sensorial e nas atitudes físicas e sociais, para o seu reajustamento ao mundo dos que veem. Por esses motivos, que não são únicos, senão apenas os principais, é o Presidente Vargas credor da gratidão dos cegos do Brasil, como o é da de todos os brasileiros.

II - Revistas RBC n. 522 a 525 (2011): trechos utilizados na análise

Nº 522

Aos Leitores da RBC

É sempre gratificante voltar a conversar com nossos leitores, assim, de um modo ameno e muito sincero, dizer-lhes da nossa imensa alegria por recebermos cartas, e-mails e telefonemas de incentivo ao trabalho de coordenação das revistas em braille do IBC. Esse trabalho nos preenche de tal modo que jamais encontraríamos algo tão merecedor de nossa inteira dedicação.

Quando pesquisamos textos, às vezes, incansavelmente, com o apoio de nossos incansáveis leitores voluntários, é pensando em satisfazer os leitores da RBC.

Tentamos editar nossas revistas com o mínimo possível de enganos, tanto históricos quanto gramaticais. Para isso, contamos com a revisão de um especialista em língua portuguesa e assuntos gerais, o professor Paulo Felicíssimo Ferreira, porquanto, sendo RBC e Pontinhos as únicas revistas em braille no Brasil, é nossa obrigação transcrevê-las e revisá-las com rigor e seriedade.

Sabemos que a internet supre os leitores em geral de bons textos, mas somente a leitura em braille fará você, caro(a) internauta, perfeito conhecimento da ortografia, permitindo-lhe assim uma boa escrita.

Portanto, "ler braille é preciso".

Mulher

Mulheres ainda vivem à sombra da tradição — Hassina, 30 anos, é uma das raríssimas empresárias do país, e a única representante do gênero na Câmara Comercial e Industrial do Afeganistão, com seus mais de dois mil integrantes. Casada com um jornalista britânico, Hassina — mãe de duas meninas de 3 e 4 anos — diz que só relaxa dentro de casa:

— Fora, tenho que ser como um homem, não tenho saída. Preciso ser durona para sobreviver e tentar impor respeito. Os homens não gostam do meu jeito porque falo o que penso, não me submeto. Mesmo sendo uma empresária de sucesso, dizem que não sou uma mulher decente, porque ganho o meu dinheiro independentemente do meu marido.

Empresária de sucesso já foi ameaçada de morte — Sua ousadia já gerou uma tentativa de assassinato — a tiros — e muitas ameaças de morte. Ela é dona de vários negócios, como

uma pousada em Cabul, uma loja de aluguel de carros blindados, uma agência de viagens e uma fábrica de construção de bunkers em Kandahar, o berço do Talibã.

Hoje, o Afeganistão tem uma ministra, várias parlamentares, duas candidatas a presidente entre 41 concorrentes, além de apresentadoras de TV, médicas e engenheiras. Mas todas encaram ameaças dos conservadores. As que ousam mostrar o rosto em público são as mais visadas, como as apresentadoras de TV e as políticas que se deixam fotografar para cartazes de campanha.

Analfabetismo atinge 85 por cento das afegãs — Se a realidade das mulheres da elite afegã é ruim, imagine-se a das pobres. No quinto país mais pobre do mundo, muitas mulheres perambulam com suas burcas azuis no meio do trânsito de Cabul para pedir esmolas, seja porque o marido as obriga ou porque são viúvas. As afegãs não rasgaram as burcas, como se esperava, com a queda do regime Talibã em 2001. Mesmo na cidade mais avançada do país, a capital Cabul, boa parte das mulheres só se atreve a sair às ruas de burca, seja por própria vontade, costume arraigado, pressão familiar, ou medo de ataques de homens ou estupros.

Cerca de 85 por cento das afegãs não sabem ler nem escrever. Para tentar combater a praga do analfabetismo feminino, Hassina montou uma ONG, a Organização Nacional das Mulheres do Afeganistão. É uma das muitas que existem no país para defender as mulheres. Mesmo após quase oito anos do fim do regime — que costumava apedrejar mulheres, impedi-las de estudar e proibi-las de sair de casa sem a companhia de um parente homem.

— A tradição é arraigada. Vivemos tempos melhores do que os do Talibã, mas estamos muito longe do que esperávamos conquistar.

Ainda hoje é comum as garotas de apenas 7 ou 8 anos serem forçadas a se casar, ou serem vendidas. No interior as escolas de meninas têm sido ainda alvos de foguetes e bombas dos talibãs, cada vez mais fortalecidos. Mesmo nas grandes cidades as meninas são obrigadas a abandonar as escolas quando chegam à puberdade, por pressão dos pais, temerosos de que elas sejam atacadas sexualmente ao sair de casa.

Um sinal de que a precária situação das afegãs ainda continua terrível foi a recente decisão do presidente Hamid Karzai de assinar uma lei que oficializa o estupro dentro do casamento: o decreto permite aos maridos negar comida às mulheres que não lhes servirem sexualmente.

O Aleijadinho - Vianna Moog

As grandes lembranças que os contemporâneos guardam dele, que vai até aos 45 ou talvez até aos 47 anos, é a de um mestiço cheio de vida que se diverte. Baixo, pardo-escuro, atarracado, de pescoço grosso e nariz pontiagudo, cabelo crespo, de voz forte e fala arrebatada, ele gosta de bródios e festanças retumbantes e não perde bailes. Tudo quanto ganha é para noitadas alegres, orgias e comezainas. Quanto ao artista, esse ainda não havia aparecido. Gênio ele já seria então, mas um gênio perdulário em pleno período de hibernação.

De repente, esse homem desmedido e exuberante, que parecia vender saúde por todos os poros, começa a declinar fisicamente. Intumescem-lhe os dedos das mãos e dos pés, o corpo se arqueia, a fisionomia adquire uma expressão leonina, uma deformidade progressiva apodera-se dele para não mais o abandonar. Era, tudo leva a crer, apesar das conjeturas e hipóteses em contrário, a lepra nervosa o mal de que estava atacado Mestre Antônio Francisco Lisboa.

Começa aqui uma das mais dolorosas e edificantes via-crúcis de todos os tempos. O gozador, o boêmio Mestre Antônio desaparece de cena, para ceder lugar ao Aleijadinho, o artista, o criador, a cujas mãos enfermas e contorcidas dir-se-ia que a doença transmitiu instantaneamente o poder mágico de comunicar forma, vida, intensidade e beleza à imobilidade da pedra.

A doença progride e não lhe dá tréguas. Sofre dores horríveis nos dedos, nas articulações, em todo o corpo. Mas ele se recusa a morrer e, à medida que nele a matéria se desintegra, o espírito se enrijece.

Ainda terá ambições mundanas e esperanças de cura? Nem uma coisa nem outra. Ele agora distribui com os pobres todo o dinheiro que ganha, tal como São Francisco de Assis, o santo de sua devoção.

Daí por diante, ele terá apenas uma paixão: criar, trabalhar. Trabalha sempre, não para nunca. Pela manhã, já os escravos, que são também seus auxiliares e discípulos, o conduzem em liteira cerrada para junto dos blocos de pedra a que ele vai dar forma e vida. E ali permanece o Aleijadinho, ora no recesso das igrejas em construção, ora na penumbra das abóbadas, ora ao ar livre dos átrios, oculto sempre por uma tenda que o protege dos olhares dos curiosos, até que não haja mais luz para continuar. Quando se vê de escopro e camartelo em punho diante da pedra-sabão, trazida das montanhas do Itacolomi, branda à ação dos instrumentos do escultor, mas resistente à ação do tempo, esquece a enfermidade, as dores, os ódios e as fraquezas e se entrega todo à alegria da criação.

Findo o trabalho do dia, vê-se restituído à dura realidade de sua situação. Passa noites e noites gemendo, sem que ninguém lhe possa trazer consolo ou alívio. Sua única forma de lenitivo é a leitura da Bíblia.

Na manhã seguinte, ei-lo de novo a caminho do trabalho, de liteira, a cavalo, às costas dos escravos. Onde quer que esteja, em Vila Rica, em Mariana, em Congonhas do Campo, o ritmo da sua vida não se altera. É a doença a corroer-lhe por dentro e por fora, sem destruí-lo, obrigando-o a arrastar-se em joelheiras de couro e a usar uma armação que os seus escravos lhe amarram no coto dos braços, a bem de ele poder controlar o cinzel e o martelo.

Que queria esse homem ainda com o mundo e com a vida para manter essa luta cerca de 35 anos? Do mundo não queria mais nada, mas tinha um encontro marcado com o futuro e não podia parar. Do mundo agora ele só desejava uma coisa: não ser visto, não ser observado.

Mas, fato estranho na sua singularidade: esse homem, que procura esconder-se de tudo e de todos, que se esgueira pelas ruas à sombra dos crepúsculos, que não quer ser notado, que se cobre com uma capa e um chapéu de abas largas para que ninguém o reconheça, vai deixando por toda a parte as marcas de sua passagem.

Nº 523

Livro Impresso Versus Computador

Qual a duração física de um livro? Quase eterna! E a de um computador? Apenas a de um par de anos, pois sempre com novas tecnologias, o computador torna-se obsoleto em pouquíssimo tempo. Porém, os livros, podemos encontrá-los nas bibliotecas nacionais em suas primeiras edições, ainda confeccionadas pelos tipos móveis de Johann Gutenberg no século XV.

Comparemos agora a praticidade de um e de outro. Basta ao livro um mínimo de cuidado para acondicioná-lo e transportá-lo. Ao computador, mesmo sendo um laptop, é necessário um certo aparato para a mesma finalidade.

Não resta dúvida de que precisamos do computador para a pesquisa de temas, pois seu conteúdo é ilimitado. Quanto ao livro, teríamos de manusear vários deles para uma pesquisa sobre o mesmo assunto. Entretanto, nada é tão gratificante quanto o manuseio de vários livros. Estamos nos referindo ao livro em tinta.

Reconhecemos que o braille ocupa muito espaço; por isso, o tamanho de um livro em braille pode ser grande, mas o computador também o é.

É fato inquestionável que o cego deve ler em braille, porque através do computador ele apenas ouve as mensagens, não podendo assim apreender a grafia correta das palavras.

Nº 524

A Indesejável Inclusão

Numa visão futurista, D. Pedro II percebeu a importância de se encaminharem cegos e surdos a ocupar seus espaços junto numa sociedade outrora ainda mais conservadora e preconceituosa. O que fez D. Pedro? Comprometeu-se com a fundação de escolas especializadas que atendessem e encaminhassem cegos e surdos para uma vida plena de conhecimentos, facilitando assim o convívio dessas pessoas com os demais membros dos vários grupos sociais.

Entretanto, numa visão retrógrada e totalmente oposta à do velho imperador, querem destruir esses espaços vitais, que contribuíram, ao longo de 156 anos, para a formação, socialização e a verdadeira inclusão de cegos e surdos.

Analisemos, apenas sob um aspecto, a desastrosa **inclusão de hoje**, deixando de lado a excelência do ensino especializado. Estamos nos referindo aos intervalos e recreios, quando crianças sem deficiência brincam de mil coisas inacessíveis às crianças com deficiência. Ficarão estas dentro de suas salas, impossibilitadas que estão para os jogos inteiramente visuais?

Em uma escola especializada, brincam juntas daquilo que juntas **podem** brincar.

Livros do Lixo - Francisco Édson Alves

Entre mais de 10 mil títulos catados em aterros, estão clássicos nacionais e internacionais — Catador de papel do Lixão de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada, e uma das estrelas do filme "Lixo Extraordinário", que concorreu ao Oscar de melhor documentário em Hollywood, José Carlos da Silva Bahia Lopes, o Zumbi, de 35 anos, está montando uma biblioteca com livros que acha entre latas, plásticos, garrafas, moscas e urubus. Ao longo dos últimos 25 anos, ele já conseguiu salvar mais de 10 mil títulos, guardados em caixas de papelão na Sala Cleuza Maria da Silva Bahia — nome em homenagem à sua mãe, que morreu há 7 anos —, na associação dos catadores. "Espero contar com doações de estantes para abrir o espaço para as cerca de 7 mil pessoas da comunidade", diz Zumbi. Ele conta que estudou apenas até o 2º ano do Ensino Fundamental, mas aprendeu a ler e escrever através dos

livros que resgata no aterro sanitário. "Já perdi a conta de quantos livros li nas últimas duas décadas. Graças a eles, hoje sou uma pessoa informada e antenada com o mundo", garante.

Entre as "caixinhas de surpresas", como Zumbi chama carinhosamente os livros, estão dicionários, manuais de informática e de noções de Direito Penal e obras de ficção famosas como "O Código da Vinci" e "Anjos e Demônios", do badalado escritor norte-americano Dan Brown. Entre os achados, há também sucessos de grandes autores brasileiros, como: Carlos Drummond de Andrade, "O Avesso das Coisas" e "Contos de Aprendiz"; Clarice Lispector, "A Hora da Estrela"; Machado de Assis, "Dom Casmurro"; e Paulo Coelho, "O Alquimista".

A iniciativa do catador é lição de vida e alerta para o poder público. Estudo recente feito pelo **Movimento Todos pela Educação** apontou que seria necessária a construção de 25 bibliotecas por dia no Brasil até 2020, para atender a uma lei sancionada ano passado, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determinando que todas as 200 mil escolas de educação básica devem ter biblioteca.

Pai de 12 filhos, que, na hora de dormir, sempre ouviram histórias encontradas no lixão, Zumbi vai escrever um livro sobre sua vida. "Sou um guerreiro", reconhece ele, que recolhe até mil quilos de recicláveis por dia, sempre de madrugada. Na obra, vai revelar que, aos 4 anos, chegou a se alimentar do leite de uma cadela.

"Quando meus dois irmãos e 13 primos dormiam, na casa da minha avó, eu disputava o leite com os filhotes", lembra.

No livro, Zumbi contará como sobreviveu a um grave acidente no lixão, em 1995, e o dia em que o ex-presidente Lula lhe deu o número do celular, num encontro de catadores. "Posso ligar a hora que eu quiser", gaba-se, às gargalhadas.

Nº 525

Preconceito Engorda - Leda Nagle

Você já parou para pensar se é preconceituoso ou não? Pensou de verdade sobre o assunto? A maioria das pessoas sempre diz que não tem preconceito nenhum, que trata todo mundo do mesmo jeito, sem diferença de cor, raça, religião etc. E quase sempre isto é mentira. Não trata, não. Tem preconceito, sim. No dia-a-dia, até mesmo no uso das palavras mais corriqueiras, isto fica tão evidente e quase sempre a pessoa não se dá conta. Quer ver exemplos? Palavras e expressões como denegrir, judiar, alma branca e mentira branca são usadas sem

pensar e até mesmo sem se dar conta do preconceito embutido nelas. E isto não acontece só em relação aos negros e judeus. Você não tem preconceito, mas adora contar piada de loura burra. Não tem preconceito, mas na hora de xingar alguém que fechou seu carro no trânsito, deixa o preconceito sexual gritar por você e chama de veado ou de puta o motorista ou a motorista do carro alheio. Se o juiz do jogo marca contra seu time, coitada da mãe dele, vira vadia em segundos, na melhor das hipóteses. E isto não é de agora, nem de hoje. Acontece com negros, árabes, índios, judeus, carecas, velhos e gordos. E gordo sofre muito preconceito. Até agora era um preconceito velado, dito em voz baixa. Claro que muita gente se preocupa com o preconceito e o combate ferozmente. Mas o governo de São Paulo escancarou. E os jornais publicaram. "Cinco mulheres com peso entre 90 e 114 quilos, que foram aprovadas em concurso para professoras da rede estadual de ensino de São Paulo, foram reprovadas no exame médico. Duas delas ouviram dos médicos que o motivo da reprovação foi a obesidade." As mulheres gritaram, o sindicato dos professores paulistas protestou. E o que fez o magro (epa! olha o preconceito!) governador paulista? Geraldo Alckmin admitiu que obesidade pode ser motivo para barrar a contratação de professores, não pela questão da aparência, mas por aspectos legais. Segundo Alckmin, os critérios técnicos são estabelecidos pelo estatuto do funcionário público, que exige "aptidão física". Que feio! O governador magro (olha o preconceito aí de novo), em geral tão simpático, perdeu uma chance de reavaliar seus preconceitos e de dar um bom exemplo. Ou será que ele não parou para pensar que o preconceito faz mal a tudo e a todos? Acho até que preconceito engorda. Aliás, vou passar a dizer isto para todo preconceituoso que eu encontrar por aí.

III - Revistas RBC nº 526 a 529 - trechos utilizados na análise

RBC nº 526

Editorial

Saudamos nossos assinantes, reais e potenciais, pelo prestígio e confiança que sempre vêm nos conferindo, ao longo de edificantes 70 anos da RBC, a serviço da informação e da cultura. Atravessamos gerações, sem estarmos a salvo de crises, que graças ao empenho e talento de seus servidores, aos quais, dedicamos um preito de gratidão, sem distinção, foram sendo todos transpostos. A exemplo da RBC, surgida em Abril de 1942, sob a liderança e inspiração do nosso Professor Veiga, temos desde 1959, a nossa revista Pontinhos, voltada para o público infanto-juvenil, interessado em se educar e se informar, visando a conquista da cidadania. Essas duas publicações, produzidas na Imprensa Braille de nosso IBC, foram, e certamente continuarão sendo, produto do esforço de quem nelas trabalhou e trabalha, e do desejo de seus assinantes, que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esse fato é motivo de orgulho de nossa instituição especializada, pioneira no ensino de crianças e adolescentes cegos, na América Latina, e hoje, centro de referência na área. Para coroar esses 70 anos de vida a serviço da informação e da cultura de qualidade, direcionada para o nosso público cego, incorporamos a este número, a primeira edição da RBC, transcrita em Braille, no ano de 1942, no inesquecível mês de abril, incluindo também a sua capa, recuperada da versão original. Na esteira da modernidade, e em conformidade com os objetivos que as conceberam, trabalharemos coletivamente para atender aos desejos de nossos leitores assinantes, com um olhar para o futuro. Sendo assim, de imediato, queremos provocar e interagir permanentemente com nossos leitores, sentir-lhes o seu pulsar vibrante, a sua capacidade crítica! Isso poderá ser viável, se nos aproximarmos, a Revista e você, que desde já, poderá enviar sugestões, comentários, críticas que nos possibilitem crescer juntos. Assim, aguardamos correspondências para os endereços constantes na capa desta edição. Vamos juntos descobrir, que vale a pena ler, já que vale a pena pensar.

Comissão editorial

Voz do leitor

Caro leitor, a Revista Brasileira para Cegos (RBC) pretende ser, cada vez mais, um espaço livre para manifestação dos seus anseios, suas preferências e sua colaboração. Desta forma, achamos de suma importância que você nos escreva sempre que tiver alguma ideia sobre sua revista, que pretendemos que seja cada vez mais sua. Estaremos sempre empenhados em concretizar esta interação para melhor atendê-lo, preocupados que estamos com a melhoria da qualidade da nossa publicação. A partir desse número, a revista será editada de acordo com as "Normas técnicas para produção de textos em braille" publicada pelo MEC/SEESP em 2006. Somente com essa troca de informações e ideias essa nossa publicação se consolidará como um meio relevante de informação e cultura ao seu serviço. Na certeza, de que essa nossa aproximação se converta em uma forte afinidade, manifestamos nossa gratidão. Pela Valorização do Braille.

Comissão Editorial

Braille Somente - Jonir Bechara Cerqueira

Braille do gênio chamado Louis Braille na cultura e na educação

Braille de nosso trabalho diário

Braille em nossa reabilitação.

Braille para as crianças inocentes

Braille dos jovens esperançosos

Braille para os adultos que ficaram cegos

Braille dos idosos reconhecidos, que a ele muito devem.

Braille dos livros de estudo

Braille da música sublime

Braille dos versos que enlevam

Braille das cartas de amor.

Braille por pais e mães abençoado

Braille dos que enxergam e a ele honestamente se dedicam

Braille dos que alcançaram sucesso

Braille dos cegos que ainda não têm sequer um ganha-pão.

Braille do silêncio dos surdocegos

Braille dos nossos competentes professores

Braille para os que ainda não o conhecem
Braille de nossos amados benfeitores.
Braille dos movimentos necessários
Braille das justas reivindicações
Braille que ensina, incentiva e acalenta
Braille em sua universal revolução.
Braille nas noites de insônia
Braille dos amigos diletos
Braille em nossas diversificadas instituições
Braille dos seminários, encontros e congressos.
Braille em suas modalidades diversas
Braille com divergências, também
Braille para estudo dos especialistas
Braille e sua desejável unificação.
Braille da Bíblia Sagrada
Braille das revistas amigas
Braille com os modernos softwares
Braille junto às avançadas tecnologias.
Braille de nosso dia-a-dia
Braille simplesmente para ler e escrever
Braille dos que já morreram
Braille para os que ainda irão nascer.

Texto já publicado na Revista Brasileira para Cegos, Ano LXVI n.o 514, 2009, p. 94-96

IBC IN FOCO - Boa chance à vista na massoterapia

Cursos de Bambuterapia e de Massagem na Cadeira Terapêutica oferecem oportunidades de emprego para reabilitandos “Para eles e ainda mais, porque não contam com o auxílio da visão para se corrigirem. Então eles repetem bastante as manobras até adquirirem habilidade”, observa Sardenberg. Para o reabilitando Celso Antonio Costa de Nóbrega o curso foi um investimento profissional. Nóbrega, 49 anos, acabou de concluir um estágio na Polícia Federal e acredita que a Bambuterapia será um diferencial no seu currículo. “Como não é muito comum, acaba criando boas perspectivas de emprego. Pra mim foi ótimo”, diz. Outra disciplina

que tem atraído o interesse dos reabilitandos é a Massagem na Cadeira Terapêutica. Apesar de não substituir o método convencional de massagem na maca, a nova técnica também proporciona excelentes resultados porque age diretamente sobre áreas de muita tensão. Como o paciente está sentado, a ação se concentra nas costas, ombros, braços, articulações dos cotovelos, punhos e dedos. Na opinião do professor de massoterapia Marcelo Monteiro a massagem na cadeira terapêutica possui uma série de vantagens para o massoterapeuta: a sessão é rápida, dura cerca de 20 minutos; o terapeuta não precisa de uma sala para aplicar a massagem (um espaço que ele possa se movimentar com conforto já é o suficiente) e como o paciente não precisa estar despido, a massagem pode ser feita em locais públicos. Essas características permitem uma alta rotatividade de clientes, o que significa mais lucros. “Além de tudo o preço da cadeira é mais barato que a maca. Ou seja, é um bom negócio” analisa Monteiro. A oportunidade de ter uma profissão e trabalhar como autônoma foi o que atraiu a reabilitanda Lidia Pereira Nogueira, de 44 anos. “É mais um campo de trabalho. A massagem é boa para o paciente e para nós que vivemos dela”, diz. Agora ela pretende comprar uma cadeira terapêutica para atender em locais públicos. Há também no curso a matéria Marketing Pessoal e Autopromoção, que ensina noções de empreendedorismo para quem quer montar seu próprio negócio. Para Monteiro, as chances de trabalho podem surgir nos mais variados lugares, de hotéis a shoppings, passando por academias, aeroportos, salões de beleza e até nas praias. “Quem tem iniciativa sai do curso praticamente empregado”, afirma.

R\$1 mil é a média salarial do massoterapeuta no serviço público. Em empresas privadas, o rendimento varia de R\$600 a R\$2 mil

Fonte: VISANDO. Boa chance à vista na massoterapia. Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, ano 14, n.o 42, abril 2011, p. 6.

VIDA E SAÚDE - Onde bate o coração de Eloá

O órgão da garota de 15 anos sequestrada e morta em 2008 pulsa no peito da paraense Maria Augusta Cristiane Segatto. Oitenta batimentos por minuto. Às vezes, 90. Raramente, 120. Nessa frequência e sem grandes sobressaltos, bate atualmente o coração de Eloá Cristina Pimentel, morta em 2008 pelo ex-namorado Lindemberg Alves — condenado nesta quinta-feira (16) a 98 anos e dez meses de prisão pelo assassinato, por tê-la mantido em cativeiro por mais

de 100 horas em Santo André, no ABC paulista, e por outras dez acusações. O músculo cardíaco jovem e vigoroso, doado pela família da garota, deu à tecelã paraense Maria Augusta Silva dos Anjos, de 42 anos, a liberdade que ela não conhecia. Nunca, em quase quatro décadas marcadas por uma grave doença congênita no coração, Maria Augusta soube o que era andar, sem ajuda, sem rumo, por onde bem entendesse. Hoje vence com facilidade os 63 degraus que separam a porta de seu apartamento modesto, num prédio de três andares sem elevador, da calçada de uma das mais movimentadas ruas dos Jardins, em São Paulo. Desce e sobe aquelas escadas várias vezes ao dia. É um acontecimento. Com mais 219 passos largos chega à Avenida Paulista. De lá, se enfia no metrô sozinha e percorre sete estações até se misturar à multidão da Rua 25 de Março, o paraíso do comércio popular paulistano. É um novo habitat para a paraense que cresceu retraída e isolada por força das circunstâncias. Até os 15 anos, viveu na Ilha de Marajó. Ia à escola carregada nos braços pelos adultos e escoltada pela irmã Adriana, dois anos mais nova. Os colegas se assustavam com a menina de dedos inchados, unhas e lábios roxos, que sofria desmaios frequentes. Alguns diziam que a doença era contagiosa e aconselhavam os demais a manter distância. “Hoje, dizem que isso é bullying. Eu chamava de rejeição. Vivia sorrindo para não preocupar ainda mais minha família, mas no fundo era uma menina triste.” No Pará, Maria Augusta foi desenganada por vários médicos. Até que um deles decidiu procurar a ajuda dos colegas do Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo. Quando o drama de Eloá mobilizou o Brasil, Maria Augusta aguardava um coração na fila de transplante havia dois anos e três meses. Passava os dias trancada no apartamento. Não conseguia sequer tomar banho sozinha. Quando precisava sair para tomar um pouco de ar, era carregada nos braços pelo cearense Stênio Garcia Alves de Lima (então namorado e hoje marido). “Minha família toda acompanhava pela TV o sofrimento da Eloá e orava por ela”, diz Maria Augusta. “Nunca imaginei que aquilo terminaria em morte, muito menos que os órgãos seriam doados e eu beneficiada.” No dia em que Eloá morreu, Maria Augusta ocupava a terceira posição na lista do hospital. O órgão não era compatível com os dois primeiros. Maria Augusta foi chamada e preparada para o transplante. Quando a cirurgia acabou, era a manhã de seu aniversário de 39 anos. A repercussão do caso impediu que a regra do anonimato nas doações fosse seguida. Maria Augusta agradeceu. O desejo dela sempre foi conhecer a família de seu eventual doador. Foi assim que ela e Ana Cristina Pimentel da Silva, mãe de Eloá, se aproximaram. “Ela sempre me abraçou com um carinho forte, especial”, diz. As duas famílias se encontraram várias vezes. Maria Augusta passou um fim de semana na casa da mãe de Eloá. Ana Cristina foi hospedada no Pará pelos pais de Maria Augusta. Na semana passada, quando as notícias sobre o julgamento de Lindemberg tornaram vívida a lembrança de Eloá, Maria Augusta teve vontade

de telefonar para Ana Cristina. Desistiu — para não ser inconveniente e, principalmente, por não saber o que dizer. Quando estão a sós, Stênio desafia a mulher a solucionar uma questão que mobiliza filósofos, especialistas em bioética, médicos, psicólogos, religiosos e quem mais tiver sangue correndo nas veias e neurônios fervilhando na cabeça: — Preta, o que você sente quando vê as imagens da Eloá nesse desespero e sabe que é o coração dela que está batendo em seu peito? Maria Augusta responde sem a pretensão de encerrar o assunto ou de dar uma resposta definitiva. Seus sentimentos são dúbios. “Sinto muita tristeza por ela e, ao mesmo tempo, uma grande felicidade por estar vivendo tão bem. Se não fosse aquele sequestro, provavelmente eu estaria morta. Não sei o que pensar. É um dilema que não consigo resolver.” No prediozinho da região da Paulista, ocupado basicamente por migrantes que, como Stênio, trabalham num restaurante, todos têm curiosidade pela história de Maria Augusta. “Ficam intrigados, querem saber se minha personalidade mudou.” Ela diz que é a mesma, mas a motivação para se cuidar é outra. Agora, procura se vestir com peças da moda e realça, com mechas douradas, o brilho dos cabelos de marajoara. “Maria Augusta reviveu. As avaliações cardiológicas e as biópsias do músculo cardíaco demonstram que o estado de saúde dela é excelente”, diz o cardiologista Antonio Alceu dos Santos, do Hospital Beneficência Portuguesa. O único sinal evidente de que, graças a Eloá, Maria Augusta pôde começar de novo é a cicatriz vertical entre os seios. A ponta superior do corte escapa do decote. Ela não se preocupa em escondê-lo. Por aqueles 10 centímetros, entraram a esperança e a energia juvenil de quem tudo pode. “Agora quero aprender a nadar e a andar de bicicleta.”

Fonte: SEGATTO, Cristiane. Onde bate o coração de Eloá. **Época**, São Paulo, 20 fev 2012, n.o 718, p. 80-81. Vida transplante.

RBC nº 527

IBC em foco - Participação do Instituto Benjamin Constant na Rio +20

No mês de junho de 2012, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20).

Foi um importante evento que teve entre seus objetivos a promoção e dinamização das ações voltadas para o Desenvolvimento Sustentável e inclusão social a nível local e global.

Considerando que o Instituto Benjamin Constant é um Centro de Referência Nacional para questões da deficiência visual, foi firmado um contrato entre o Comitê Nacional e o IBC para participação no evento.

Coube ao IBC ceder duas impressoras Braille, com os respectivos operadores, e equipamento necessário para sua efetiva utilização.

As impressoras foram instaladas na tenda do Comitê Nacional de Organização da Rio +20 (CNO) em dois locais: no Parque dos Atletas e na Arena da Barra da Tijuca. O IBC esteve presente cooperando para o sucesso do evento, e garantindo o acesso à informação e acessibilidade aos deficientes visuais que compareceram à Rio +20.

Veja um resumo da declaração final da Rio +20:

O Documento foi submetido, nesta sexta-feira, à ratificação dos chefes de Estado presentes na conferência. A presidente brasileira Dilma Roussef falou no último dia da Rio +20. A declaração final da Rio +20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), submetida nesta sexta-feira à ratificação de chefes de Estado e de governo das Nações Unidas, é um texto de 53 páginas, com boas intenções e o lançamento de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O texto reafirma os princípios processados durante conferências e cúpulas anteriores e insiste na necessidade “de acelerar os esforços” para empregar os compromissos anteriores, homenageando as comunidades locais, que “fizeram esforços e progressos”.

— “Políticas de economia verde” (3 páginas e meia do texto): “Uma das ferramentas importantes” para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. Elas não devem “impor regras rígidas”, mas “respeitar a soberania nacional de cada país”, sem constituir “um meio de discriminação”, nem “uma restrição disfarçada ao comércio internacional”. Eles devem, também, “contribuir para diminuir as diferenças tecnológicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”. “Cada país pode escolher uma abordagem apropriada”.

— Governança mundial do desenvolvimento sustentável: o texto decide “reforçar o quadro institucional”. A comissão de desenvolvimento sustentável, totalmente ineficaz, é substituída por um “fórum intergovernamental de alto nível”. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) terá seu papel reforçado e valorizado como “autoridade global e na liderança da questão ambiental”, com os recursos “assegurados” (os depósitos atualmente são voluntários) e uma representação de todos os membros das Nações Unidas (apenas 58 participam atualmente).

— “Quadro de ação”: em 25 páginas correspondentes à metade do documento, o texto propõe setores onde haja “novas oportunidades” e onde a ação seja “urgente”, notavelmente devido ao fato de as conferências anteriores terem registrado resultados insuficientes.

Os 25 temas particularmente abordados incluem erradicação da pobreza, segurança alimentar, água, energia, saúde, emprego, oceanos, mudanças climáticas, consumo e produção sustentável.

— Objetivos de desenvolvimento sustentável: nos moldes dos Objetivos do Milênio para o desenvolvimento, cujo prazo para cumprimento se encerra em 2015, a cúpula insiste na importância de se estabelecer os ODS (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável) “em número limitado, conciso e voltado à ação”, aplicáveis a todos os países, mas levando em conta as “circunstâncias nacionais particulares”. Um grupo de trabalho de 30 pessoas será criado até a próxima Assembleia Geral da ONU, em setembro, e deverá apresentar suas propostas em 2013 para cumprimento a partir de 2015.

— Os meios de realização do desenvolvimento sustentável: “é extremamente importante reforçar o apoio financeiro de todas as origens, em particular para os países em desenvolvimento”. “Os novos parceiros e fontes novas de financiamento podem desempenhar um papel”. A declaração insiste na “conjugação de assistência ao desenvolvimento com o investimento privado”.

O texto insiste, também, na necessidade de transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento e sobre o “reforço de capacidades” (formação, cooperação, etc).

Fonte: www.band.com.br, Notícias Rio +20: Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. [São Paulo]: Grupo Bandeirantes de Comunicação. Disponível em: <http://www.band.com.br/noticias/rio+20/noticia/id=100000512186>

Trigêmeas Surdocegas: Uma Lição de Amor

Para as únicas trigêmeas com deficiência auditiva e visual do mundo, a vida precisava de uma luz de amor.

Kenneth Miller

No quarto das trigêmeas, há três pequenas camas, mas Zoe costuma dormir numa cadeira de brinquedo em forma de saquinho de feijão. Emma prefere a caixa de brinquedos, isso se conseguir dormir. Há noites em que ela passa horas pulando e espalhando cobertas e brinquedos, arremessando-os o mais longe possível. Apenas Sophie, cuja pouca visão só lhe permite divisar formas a curta distância, permanece enrolada nas cobertas durante a maioria das noites. Para suas irmãs, “cama” é um conceito sem qualquer sentido.

Elas têm 7 anos e são as únicas trigêmeas surdas-cegas do mundo. Testes revelam que a inteligência das meninas é normal, mas a privação sensorial impôs grave atraso a seu desenvolvimento. Embora Sophie consiga percorrer espaços familiares por conta própria, ela só diz frases de três palavras e utiliza linguagem de sinais em nível de jardim de infância. Emma só consegue sinalizar quatro palavras, dizer o próprio nome, e “Mama” e “Dada”. Zoe sinaliza mais de uma dúzia de palavras, mas pronuncia apenas uma: “go” (ir ou vá). A exemplo de Emma, ela também usa fralda.

Rotina das trigêmeas

Há até pouco tempo, as manhãs na casa de Liz e George Hooker, num subúrbio de Houston, Texas, costumavam ser caóticas. A mãe e o padrasto das meninas acordavam às cinco e meia. Enquanto George arrumava o quarto, Liz dava banho e vestia as trigêmeas. Tinha também de adivinhar o que as meninas queriam comer, pois, se errasse, a comida acabava no chão. No café da manhã, Zoe sentava-se com a testa contra a mesa; para estimular-se, balançava-se e produzia zumbidos e sons estridentes. Emma ficava virando o rosto de um lado para o outro.

Em meio a tudo isso, a irmã mais velha, Sarah, 11 anos, tinha dificuldade para obter atenção dos pais. Se precisasse de ajuda com o dever de casa ou para solucionar algum dilema social da pré-adolescência, teria de esperar.

O ônibus escolar chegava às sete horas para levar as trigêmeas a uma instituição especializada que parecia dispor de poucos meios para ajudá-las. “Nessa época”, relembra Liz, “estávamos à beira do colapso”. No entanto, ela e George trabalhavam como autônomos e reservavam os poucos momentos livres para levar adiante sua missão: libertar as trigêmeas — e outras crianças como suas filhas — daquela prisão.

Por fim, em 2007, os Hookers começaram a receber auxílio para sua causa. Conquistaram vitórias surpreendentes, e o dia-a-dia da família adquiriu um ritmo bem diferente.

Causas da deficiência visual e auditiva das trigêmeas

Das 45 mil pessoas surdas-cegas nos Estados Unidos, estima-se que 11 mil sejam crianças. As causas variam de problemas genéticos a acidentes domésticos. As trigêmeas,

nascidas em 30 de abril de 2000, quando Liz estava apenas na 24ª semana de gravidez, passaram os primeiros meses de vida no hospital. Como ocorre às vezes com prematuros, seus olhos foram lesionados por causa do crescimento anormal dos vasos sanguíneos. Depois, para evitar uma infecção, as meninas receberam um coquetel de antibióticos. A medicação teve um efeito colateral devastador: a destruição dos folículos — minúsculos pelos responsáveis pela audição e o equilíbrio, situados ao longo do ouvido interno.

A princípio, Liz só sabia que as trigêmeas eram cegas. Então, interrompeu sua carreira de produtora de vídeo para cuidar delas. Seu complicado primeiro casamento entrou em parafuso: ela e o marido acabaram se separando. Só quando as três meninas estavam com 1 ano e 8 meses é que Liz percebeu que havia algo mais de errado. Elas começavam a aprender a pronunciar as primeiras palavras e dar os primeiros passos quando, de repente, pararam de falar e até de se sentar. As três desabavam no chão, batendo a cabeça com força. Quando recebeu o diagnóstico, Liz se deitou no chão da sala de estar e começou a gritar. “Eu tinha sonhos para elas”, conta. “Ia ensiná-las a dançar. Senti como se fosse o fim do mundo.”

Embora o senso de equilíbrio retornasse, a surdez permaneceu. Pouco antes de completarem 3 anos, Liz levou-as para fazer um implante coclear — a colocação no ouvido de um dispositivo que envia sinais para o nervo auditivo. Esses implantes podem fazer maravilhas em algumas pessoas, mas as trigêmeas não demonstraram quase resposta alguma. Impedidas de receber estímulos sensoriais, elas haviam perdido a capacidade de identificar o sentido do som que os dispositivos implantados transmitiam.

Você se casaria com alguém que tivesse trigêmeas surdas-cegas?

Com três crianças tão dependentes para cuidar, Liz não conseguia atender às próprias necessidades, quanto mais às de Sarah. Acabou entrando em depressão. Foi quando, certo dia em 2003, esbarrou no website de um ex-namorado e achou que ele pudesse ajudá-la a encontrar um meio de seguir em frente. Liz e George haviam namorado por dois anos na faculdade, mas o medo que ele sentia de assumir compromissos levou-a a terminar o relacionamento. Ela sempre se perguntava sobre como teria sido a vida se tivesse dado uma segunda chance a ele.

George também se tornara produtor de vídeo e morava por perto. Reunindo forças, Liz ligou para ele. No primeiro encontro, George confessou que nunca a esquecera, e Liz percebeu que sentia o mesmo. Ela esperou uma semana para revelar a verdade sobre suas filhas, temendo que ele fosse embora. Não foi. “Nada mais fiz nesses 32 anos senão cuidar exclusivamente de mim”, reconheceu George. “A volta de Liz mudou tudo em minha vida.”

Casaram-se um ano depois. George diminuiu seu trabalho para dedicar mais tempo à nova família. Tanto ele quanto Liz conheciam a história de Helen Keller, que perdera visão e

audição por causa de uma doença, e aos 7 anos era tão inatingível quanto as trigêmeas. Conforme mostrado no filme ganhador do Oscar de 1962, **O milagre de Anne Sullivan**, do cineasta Arthur Penn, a salvação de Keller veio na pessoa de Anne Sullivan — professora que a acompanhou por cinco décadas.

Anne estimulou o sentido do tato para reconectar sua aluna ao mundo. Ela colocou Helen em contato com cada elemento do ambiente que a cercava, utilizando linguagem tátil de sinais (mediante um código de toques na pele) para traduzir a experiência em palavras. A menina selvagem logo começou a se transformar num ser humano de dotes surpreendentes.

Programas de educação especial para portadores de deficiências sensoriais

Hoje, especialistas como Anne Sullivan são conhecidos como “educadores especiais”. O número destes educadores especiais, porém, é pequeno, e seu treinamento, em geral, precário. Nos Estados Unidos, a maioria dos educadores especiais assiste a um seminário de dois dias e depois aprende o restante na prática. Contratados geralmente por escolas públicas, trabalham em sala de aula, em vez de na casa do aluno.

Isso não era o ideal para Liz e George. Em 2003, eles visitaram a Escola Perkins para Cegos, perto de Boston, onde Helen Keller havia estudado. Lá conheceram alunos surdos-cegos cujo desempenho acadêmico e habilidades sociais os impressionaram. Um dos alunos mais antigos confidenciou-lhes que, quando mais jovem, fora igual às filhas deles. “Foi então que dissemos: ‘Agora que sabemos o que é possível fazer, não nos contentaremos com menos’”, relembra George. Mas o custo do programa para surdo-cego — 225 mil dólares por aluno, por ano — não era coberto pelo plano de saúde e estava muito além da capacidade do casal. De volta ao Texas, Liz e George matricularam as filhas em vários cursos extracurriculares. Trataram também de encontrar sua própria Anne Sullivan.

Educadores Especiais: como ensinar no silencioso e escuro universo das trigêmeas

Numa loja do Wal-Mart, McKenzie Levert leva Zoe às compras. Moça alta, 28 anos, McKenzie deixa que Zoe esprema um tubo de pasta de dentes e experimente prendedores de cabelo. No departamento de brinquedos, a menina sobe num carro elétrico. Com o auxílio de McKenzie, pressiona o pedal do acelerador. A batida que se segue não é grave, e Zoe sinaliza: “De novo.” McKenzie se formou em educadora especial no curso de dois anos da Faculdade George Brown, de Toronto, no Canadá, considerada a melhor do mundo nessa especialidade. Mudou-se para Spring, a fim de se dedicar à mais necessitada das trigêmeas. Todo dia útil, às oito da manhã, ela tira Zoe da cama e inicia um programa de treinamento sobre os princípios básicos da vida diária — de higiene e preparação de alimentos a navegação (ou seja, aprender a avaliar posição, rumo e distância ao percorrer seus caminhos) e comunicação. Após o banho

e o café-da-manhã, McKenzie a conduz escada acima para um quarto aparelhado com uma mesa infantil e uma caixa cheia de material didático.

McKenzie reforça as palavras faladas com sinais de tato. Para cada atividade — brincar, assar bolo, fazer compras —, ela entrega a Zoe um cartão com a palavra escrita em braille e um objeto simbólico (uma bola, um batedor de ovos, um saco plástico) anexado para reforçar a compreensão. Há lições de classificação de formas, exercícios de vocabulário e sessões de brincadeira com massinha. Às quatro da tarde, quando McKenzie vai para casa, Zoe fica com um ar de alegre exaustão.

Para Liz e George, não foi fácil encontrar uma educadora especial como McKenzie Levert. Contratar três era impossível. Os Hookers queriam alguém formado pela Faculdade George Brown, mas o preço — 50 mil dólares por ano — excedia a renda anual da família, e nenhum plano de saúde cobria esse tratamento.

DeafBlind Children's Fund (Fundo para Crianças Surdas-Cegas)

Eles sabiam que outras famílias também passavam por essa dificuldade. Fundaram, então, uma organização chamada DeafBlind Children's Fund (Fundo para Crianças Surdas-Cegas), com o objetivo de proporcionar um educador especial para cada criança que precisasse. A primeira beneficiária foi a trigêmea que apresentava maior nível de frustração. Sophie finalmente começava a compreender a linguagem; Emma parecia estar relativamente serena. No entanto, quando Zoe queria algo e não conseguia dizer o que era, socava-se no rosto. “Ela era muito motivada”, diz George, “mas não tinha para onde dirigir sua motivação.”

No fim de 2006, a organização realizou seu primeiro evento para arrecadar recursos: um torneio beneficente de golfe que possibilitou angariar o suficiente para contratar por um ano uma profissional formada pela George Brown. Pouco depois, o casal foi ao programa de TV do Dr. Phil, no qual o famoso terapeuta anunciou que sua fundação pessoal, em parceria com um site de empréstimos, doariam 50 mil dólares para cobrir a remuneração da educadora especial por mais um ano.

McKenzie reiniciou os trabalhos em março de 2007. Desde então, Zoe tem apresentado um progresso notável. Já consegue sinalizar 15 palavras — cinco vezes mais do que conseguia antes da chegada da educadora. Antes tão notívaga quanto Emma, agora dorme a noite toda. Também está mais calma e atenta, e já é capaz de escovar os dentes, vestir-se e servir-se de biscoitos.

Algum dia Zoe vai conseguir manter uma conversa, ler um livro e até arranjar um emprego ou se casar. “Por enquanto”, comemora McKenzie, “é maravilhoso vê-la tornar-se uma menina de 7 anos.”

Zoe não é a única da família cuja vida tem melhorado. Graças à educadora especial — e a um grupo de ajudantes fornecidos por um programa governamental de auxílio aos deficientes, os pais das meninas têm mais tempo livre para trabalhar. Com “bicos” em vídeo e design, além de sustentar a casa, eles já conseguiram 125 mil dólares para o DeafBlind Children's Fund.

Liz e George também podem dar mais atenção a Sarah, cujas notas em Matemática e a relação sorrisos/cara amarrada têm melhorado muito. Eles têm trazido Sarah e Emma da escola e levado Sophie até o jardim-de-infância. A confusão matinal com relação ao ônibus escolar terminou. Emma foi avaliada por um instrutor da Faculdade George Brown no ano passado, e é a próxima da fila para receber um educador especial de longo prazo. Depois, será a vez de Sophie.

Embora o fundo pretenda ajudar centenas de crianças, problemas de imigração ameaçam a ida de mais educadores especiais do Canadá para os Estados Unidos. A família tem feito lobby junto a legisladores para alterar as regras. E tem apoiado esforços para melhorar a formação de educadores especiais no próprio país.

Enquanto isso, Liz e George são gratos pelo longo caminho que a família já percorreu. Certa noite, num restaurante mexicano da vizinhança, um mariachi começou a tocar para eles. O rosto de Emma iluminou-se com ar de puro encantamento. Ela tem demonstrado interesse pela música.

A mãe a observa com esperança. “Algum dia serei capaz de lhe perguntar no que andou pensando todos esses anos”, imagina. “Não vejo a hora em que conseguirei penetrar na mente e no coração de minhas filhas.”

Fonte: Trigêmeas surdas-cegas uma lição-de-amor. Rio de Janeiro: Reader's Digest Brasil, c2009. Disponível em: <http://www.selecoes.com.br/trigemeas-surdas-cegas-uma-licao-de-amor>

RBC nº 528**IBC em Foco - Fórum pelo Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência**

No dia 21 de setembro de 2012 foi realizado no Instituto Benjamin Constant o Fórum pelo Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, cujo tema principal foi “Acessibilidade”. Diversas instituições se fizeram representar para debaterem sobre o assunto: Rafael Lemos (MPRJ), Márcio Pacheco (ALERJ), Francisco José de Lima (UFPE), Lilia Pinto Martins (CVI-Rio), Valmery Jardim Guimarães (Defensoria Pública/RJ), Shirley Rodrigues Maia (AHIMSA), Amanda Tojal (Pinacoteca/USP), Beth Canejo (FAETEC), Stella Regina Savelli (INES), Vera Flor (UNESA) e Armando Nembri (INES).

Na oportunidade foram discutidas, através de palestras e de mesas redondas, questões complexas como acesso a transportes públicos para cadeirantes, acesso a espaços culturais com intérpretes de Libras para surdos, atendimento para estudantes surdocegos, inclusive a nível de terceiro grau, fone de ouvido na cabine de votação para DVs, audiodescrição, concessão, no Estado do Rio de Janeiro, de passes livres para pessoas com deficiência e o acesso diferenciado para pessoas monolares.

Fonte: João Batista Alvarenga e Claudia Lucia Lessa Paschoal.

Entrevista com o Professor Paulo Felicíssimo Ferreira

1- Onde nasceu e onde reside atualmente?

R: Nasci em 28 de setembro de 1943, na cidade do Rio de Janeiro, onde agora também resido.

2- Já nasceu com deficiência visual? Fale um pouco sobre sua infância e a convivência com a família e amigos.

R: Como uma das muitas vítimas do sarampo, perdi a visão com dois anos e dois meses de idade, havendo minha mãe falecido na mesma semana, perdas que muito sofrimento trouxeram a meu pai assim como aos tios mais próximos e, bem provavelmente, hão de ter deixado marcas significativas em minha infância, pois ainda me recordo de haver experimentado, durante ela, episódios ocasionais de uma inexplicável tristeza. Ademais, não é impossível que as manifestações alérgicas, representadas por urticárias e terríveis crises asmáticas, que me perseguiram até o final da adolescência, estejam ligadas a tais fatos.

Não obstante, quanto a carinho e assistência, se houve crianças deficientes mais felizes que nós (meu irmão tinha deficiência mental congênita), foram poucas. Afinal, a irmã de nossa mãe,

apesar da grande pobreza, tomou a si o dever de criar-nos e o levou a tal ponto que só concordou em casar quando encontrou quem também nos aceitou como filhos. Detalhe: nunca exigiram que os chamássemos de pai ou mãe!

Minha mãe, embora muito inteligente, nunca pudera estudar, mas teve uma percepção bastante clara das nossas necessidades e possibilidades, ensinando-nos de tudo e quase nada proibindo, mesmo quando, velada e carinhosamente, protegia-nos de eventuais perigos.

Meus primos foram os amigos de infância, e com eles "joguei bola", brinquei de patinete e com os carrinhos de rodas de lata, que também fazia, dividindo as batidas do martelo, quase por igual, entre os pregos e os dedos.

3- Foi aluno do Instituto Benjamin Constant? Se positivo, diga em qual período e como tomou conhecimento da escola especializada para cegos.

R: Fui matriculado no IBC em 1949, havendo tomado conhecimento do Braille (que sempre escrevo com inicial maiúscula) num dos cultos evangélicos a que assistíamos numa congregação próxima de casa, no qual pregou um senhor cego chamado Mário Ferrão. Mas creio ter sido uma senhora de nome Lígia, da igreja metodista de Vila Isabel, a que então pertencíamos, quem encaminhou meu pai ao Instituto, onde, atrapalhado por problemas de saúde, só concluí o curso ginásial em 1961.

4- Onde deu continuidade aos estudos e qual sua formação?

R: Fui matriculado pela direção do IBC no curso clássico (2º grau da época) do Colégio Melo e Souza, mas não logrei ficar ali por muito tempo, porquanto minha pobreza, que não me permitia sequer merendar, em nada combinava com a disponibilidade econômica de alunos que, ou "havam chegado de Paris nas últimas férias", ou "viajariam aos Estados Unidos nas próximas". Inquirido, algumas vezes, sobre por que não lanchava, eu dizia não sentir fome, quando esta na verdade sobrava.

Eu tinha certeza de que, se dissesse não possuir dinheiro para merendar, este nunca mais faltaria; a vergonha de pedir, contudo, era ainda maior que as necessidades, e preferi deixar a escola, submetendo-me às provas do curso supletivo quatro anos mais tarde, assim recuperando um pouco do tempo perdido.

5- Por que escolheu a carreira de professor de inglês?

R: No que respeita ao saber, minhas duas grandes paixões sempre foram filosofia e linguagem; aquela por me haver propiciado o hábito da reflexão nos tempos de crise existencial da adolescência, esta por ainda me ensejar, pelo esquadramento da palavra, uma penetração cada vez mais profunda nas ideias.

Curiosamente, fui despertado para o desejo de aprender outras línguas quando, não tendo mais que 12 anos, ouvi o pastor da igreja ler um texto da Bíblia em inglês, idioma obviamente mencionado por ele. Nunca mais me esqueci da palavra "we" (nós).

Como sempre gostei dos grandes desafios e ser autodidata parece ser um deles, eu ainda estava na quarta série primária quando comecei a tomar emprestados livros de inglês, francês e latim, línguas com as quais não tive a menor dificuldade nos cursos posteriores.

Para adquirir vocabulário e aprender novas construções em inglês, eu, que nem sequer dicionário tinha, valia-me da versão *King James* do Novo Testamento, presenteada por um pastor americano, copiando em Braille textos dos mesmos evangelhos que já possuía em português e, mediante um processo de comparação entre as duas versões, deduzia, do que já me era conhecido, aquilo que buscava saber. Agora o mais importante: tais cópias me eram ditadas, letra por letra, pela inesgotável paciência e pelo amor incondicional de minha mãe, que já encontrava dificuldades na leitura do próprio português, pois fora mal alfabetizada no interior. A certa altura do ginásio, consegui que o saudoso padre Rosário me desse umas poucas noções de grego e, já quase ao final dele, o Instituto me obteve uma bolsa de estudos no IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos), onde entrei no quarto e último período do curso básico de inglês, concluindo-o em quatro meses.

Eu diria, portanto, que não escolhi ensinar inglês; escolhi aprender.

A vida é que se incumbiu de tornar-me professor, e bem diversificado, como verão adiante.

O inglês não foi um fim em si mesmo, mas um meio para que eu pudesse ler até 30 revistas Braille por mês, algo inimaginável em nossa língua.

6- Em que ano tomou posse como professor do IBC e até quando trabalhou lá?

R: Tomei posse em 1982 e, oficialmente, trabalhei apenas até 1997, porque já trazia 15 anos de contribuição como trabalhador autônomo. No entanto, mesmo depois de aposentado, lá permaneci, voluntariamente, por mais de um ano.

7- Já deu aulas para alunos com visão? Fale-nos sobre essa experiência.

R: Exemplo clássico de timidez e introversão, foi-me extremamente difícil romper com a intelectualidade e tornar-me vendedor ambulante, mas, ainda aqui, a vergonha da dependência econômica gritou mais alto, e eu cedi, embora sem haver parado de estudar por conta própria, o que me propiciou uma saída gradativa das vendas para as aulas particulares, antes mesmo de ingressar na faculdade.

Aos alunos particulares, terei ensinado, provavelmente, mais português que inglês e, como cada um deles tinha cultura e interesses diferentes, eu, que ensinava redação e, por consequência, interpretava e corrigia textos, vi-me compelido a aprender com eles os conteúdos de que

necessitavam. Foi assim que preparei vestibulandos em áreas diversas, candidatos a fiscais da Receita Federal e a técnicos do Tesouro Nacional, chegando a acompanhar alguns em suas carreiras universitárias.

No inglês, língua na qual, devido ao número e à variedade das publicações recebidas, li a respeito de quase tudo, lembro-me de haver tido até um aluno dentista e dois artistas plásticos, entre outros.

De 1974 a 1981, fui professor de inglês na Companhia Light do Rio de Janeiro, onde ministrava aulas a técnicos e engenheiros de eletricidade.

Tanto para os alunos particulares quanto para os da Light, eu preparava textos em Braille e os datilografava, sendo que, no caso da empresa, havia, também, os livros específicos de eletricidade, dos quais eu transcrevia trechos para o Braille, a fim de ler e traduzir com eles em sala.

Considero-me realizado como professor de alunos com visão normal, pois houve até uma época na qual um grupo saía da Barra, em seus carros, para estudar comigo em Realengo, onde eu morava, pagando-me o preço cobrado, sem regateamento.

Mais ainda: já residindo em Nova Friburgo, a 150 km do Rio, duas pessoas lá estiveram, remunerando meu trabalho e pagando por suas passagens, uma para correções em sua dissertação de mestrado, outra para revisão da monografia como técnica em administração da Receita Federal.

Esclareça-se, em tempo, que jamais negocieei trabalhos escolares, limitando-me, antes, à correção dos textos a mim apresentados. Os únicos textos pelos quais recebi o justo pagamento de minha produção foram escritos para quatro ex-alunos particulares, a fim de serem anexados a dois processos judiciais, por sugestões de seus advogados. O primeiro sob o título "Critérios e Requisitos", em 1988, e o segundo intitulado "Parecer Técnico sobre o Emprego das Aspas", em 2007.

8- Conte um pouco sobre como foi fazer faculdade numa época em que não existia o recurso do computador com leitores de tela, nem gravadores com as tecnologias atuais?

R: Por tudo quanto já aprendera, o curso em si não chegou a ser um peso; residindo, porém, no subúrbio, o ir e vir e o ter de conciliar os horários da faculdade e dos ledores com a profissão de trabalhador autônomo foram, por vezes, problemas quase insolúveis.

Para que se tenha uma ideia do sacrifício, eu morava no terrível (com licença da má palavra) "Conjunto Quitungo", em Brás de Pina, onde só havia barro em frente à igreja Santo Antônio e, nos dias de chuva, sobrava lama. Na saída para a faculdade em manhãs chuvosas, era frequente enterrar os sapatos naquele lamaçal, ocasiões que geravam diálogos como este:

Alguém: — Moço, aí tem lama!

Eu: — Eu sei! Eu quero saber onde não tem!

Em tais circunstâncias, eu tinha de ir à casa de minha mãe, em Realengo, bairro na direção oposta a Piedade, local da Gama Filho, a fim de limpar os calçados e voltar, obviamente com grande atraso.

Preocupado, em qualquer ocasião, com o respeito que, a meu ver, as pessoas cegas devem buscar inspirar às de visão normal, não foram poucas as vezes nas quais tomei por empréstimo a máquina de escrever do amigo Joir Dias Coutinho, ex-aluno e professor aposentado do Instituto, e sempre datilografei meus testes e exercícios, a fim de descartar a necessidade de provas orais ou transcrições do Braille para o sistema comum, assim evitando, da parte dos colegas videntes, a suposição de que a nota me tivesse sido dada, e não merecida.

9- Qual sua opinião sobre o fechamento das escolas especiais e a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares?

R: Não sou bom contador de histórias, mas creio que este diálogo entre um rei e um filósofo, de cujos nomes infelizmente não me recordo, possa bem ilustrar minha resposta.

Estando o filósofo a tomar sol, o rei se pôs diante dele e, impressionado por sua sabedoria após algum tempo de conversa, disse-lhe:

— Pede-me o que quiseres e eu te darei!

E o sábio: — Não me tires o que não me podes dar! (O sol)

Retirar algo de alguém ou de um grupo, quando não se lhes pode dar coisa igual, ou melhor, é crueldade e covardia, e este é o caso do fechamento das escolas especializadas.

Ocupei a direção do departamento técnico-especializado do Instituto Benjamin Constant e, após deixá-lo, prestei consultoria técnica em educação especial a quantos, interna ou externamente, dela precisaram, para a feitura de monografias ou dissertações de mestrado; por dois anos, ministrei aulas de educação especial no Curso de Especialização de Professores na Área da Deficiência da Visão; a convite do governo canadense, visitei, em 1994, escolas especializadas do Canadá e dos Estados Unidos; já aposentado, trabalhei, como revisor final e avaliador de adaptações, em diversos projetos de transcrição de livros didáticos para o ensino regular e ministrei aulas em três cursos de revisão para o mesmo fim.

À luz de toda esta experiência, posso assegurar-lhes que, em razão da ignorância ou descrença da maioria dos profissionais do ensino regular quanto às possibilidades dos alunos sem visão e com os materiais de que não dispomos, a inclusão de crianças antes da 5ª série do 1º grau está fadada a inaugurar a estagnação, se não o retrocesso, na educação das pessoas com deficiência visual.

Sabemos que a obrigatoriedade do ensino regular para nós é de inspiração americana e atende, prioritariamente, a objetivos político-econômicos, bem disfarçados por discursos que pregam uma suposta igualdade, de que são os instituidores os primeiros descrentes. Tanto assim que o interesse na chamada inclusão escolar se tem mostrado bem maior que a preocupação de incluir os já escolarizados no pleno gozo de seus direitos civis. Assim, o governo, suficientemente forte para impor a inclusão, não se vale de igual poder para impedir, por exemplo, que agências da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil exijam dos cegos já escolarizados a presença de um procurador para abertura de uma conta ou venda de um bem de sua propriedade.

Não me acredito pessimista afirmando que, nos cursos universitários, a maioria de nós logrou impor-se, não por um imediato interesse despertado nos colegas e professores, senão pelo quanto de cultura e intelectualidade pôde oferecer-lhes. A experiência persuadiu-me de que, por vezes, a ingenuidade e o desejo de igualdade com o outro nos traem, induzindo-nos a crer que, em nossa ausência, as pessoas pensam e falam de nós o que na presença dizem. Vejam o que me aconteceu enquanto professor numa subestação da companhia Light, onde eu era muito respeitado.

Por haver ali trânsito de carretas e guindastes, a administração me pediu que sempre aguardasse pelo acompanhamento de alguém para subir à sala de aula. Obviamente concordei. Alguns meses depois, Pedro Paulo, o funcionário designado para me encontrar na portaria, subiu comigo e deixou-me no banheiro, iniciando uma conversa com outro rapaz que chegou logo depois e (ficou claro) não me vira. O colega mostrava as vantagens de trabalhar no andar superior e insistia em que Pedro Paulo fosse para a seção dele. Como este não se interessasse, veio o último e mortal argumento: "Assim você não vai ter de andar com cego pra lá e pra cá." Fiquei muito chateado, mas ignorava que o pior ainda estava por vir.

Já na sala de aula, dois dos engenheiros perceberam meu aborrecimento e, após ouvirem minha explicação, um deles disse, à guisa de conforto: "Ele só disse isso, professor, porque não sabia que o senhor estava ali!" Então, compreendi que todos pensavam a mesma coisa. Felizmente, a justiça operou em meu favor, e aquele moço descendente de italianos, veio a integrar, logo depois, uma das turmas de técnicos em eletricidade.

Um dia, já nem me lembro por quê, falei, de passagem, sobre Espinosa, e ele me perguntou se eu conhecia o filósofo. Aproveitei e despejei o quanto sabia, levando-o, dali por diante, a procurar-me para conversar nos intervalos. Que inclusão cara!

10- Conte algum acontecimento marcante da sua fase de aluno do IBC e outro do período em que era funcionário.

R: Eu era aluno e, pela excessiva bondade dos colegas, tornei-me presidente do Grêmio Benjamin Constant durante algum tempo. Não sei se por meu jeito reservado, mas eu era sempre bem recebido pelo Dr. Raimundo Fontes Lima, o diretor de então. Um dia, precisando de um favor nada administrativo e julgando-me, na minha ingenuidade de adolescente, mais influente do que na verdade era, eu o procurei e comecei:

— Dr. Fontes, eu estou precisando de um favor, e como nós somos amigos...

Ele me esperou acabar e, calma e educadamente, disse:

— Bem, na verdade nós não somos propriamente amigos; somos bons conhecidos!

Aprendi a lição e hoje, quando chamo alguém de amigo, não o faço pelo que ele me possa oferecer, e sim pelo quanto eu lhe posso e me disponho a dar.

Como professor, o que mais me marcou foi uma festa surpresa, preparada pelos alunos de uma turma, que me receberam com parabéns e muitas palmas em um aniversário meu, numa grande demonstração de carinho.

11- Professor, todos os que foram seus alunos aprenderam algo mais do que as lições de inglês. Gostaria de saber como o senhor conseguia ser tão paciente conosco e o que o motivava a tentar esclarecer nossas dúvidas.

R: Bem, eu explico isto assim: Emprego é o trabalho remunerado por um patrão; trabalho é aquilo que deve ser realizado, a fim de se fazer jus a uma remuneração, provenha ela de pessoa física ou jurídica; serviço (ato de servir) é o trabalho com amor, seja ele remunerado ou não. Tenho certeza de que, tanto nas vendas ambulantes quanto no exercício do magistério, como autônomo ou já empregado no IBC, sempre trabalhei para servir e, portanto, com amor. Ora, o apóstolo Paulo afirma que "o amor é paciente".

12- Deixe uma mensagem para os leitores do **Contraponto**.

R: Se prestarmos, sempre, todo o serviço que pudermos, só pedirmos aquilo de que realmente necessitarmos e agradecermos por tudo quanto recebermos, seremos mais felizes, e os outros também. Assim, desejando que as poucas experiências aqui relatadas possam servir de estímulo aos jovens que lutam por uma vida digna, manifesto minha mais profunda e sincera gratidão à editoria do Jornal **Contraponto**, na esperança de haver satisfeito às gentis e oportunas questões apresentadas pela Ivonete.

Fonte: Jornal **Contraponto**. Disponível em <http://exaluibc.org.br/jornal/>

RBC nº 529**Tributo: Professora Maria Helena — Vida plena de realizações**

Dados biográficos da Professora Maria Helena Franco Sena

Filha de Oséias Bernardino Franco e Maria Concebida Franco, a Professora Maria Helena Franco Sena nasceu em um sítio situado em São Pedro do distrito de Caudas no Sul de Minas Gerais.

Desde criancinha, acostumou-se a dormir ouvindo o coaxar dos sapos e das rãs, as vozes dos grilos e a despertar com os gorjeios dos pássaros, o cantar dos galos, os aboios dos vaqueiros, sem falar dos carros de bois passando pela estrada, ainda comuns naqueles dias. E não há nada de fantasia, pois era assim mesmo que a banda tocava. Em uma lista de 12 filhos, cronologicamente, Maria Helena ocupa o terceiro lugar. O fator cegueira não impediu que sua mãe, já preocupada com seu futuro, lhe ensinasse tarefas básicas da vida diária como cuidar dos irmãos mais novos dando-lhes banhos, vestindo, os alimentando com mamadeiras quentinhas, ninando-os até que eles adormecessem, além de brincar com eles depois de acordados.

Cabia-lhe também algumas pequeninas tarefas como as de lavar e passar as roupinhas deles, executar certas tarefas na cozinha de pequena monta. No entanto, apesar do clima salutar, uma preocupação aflorava, tomando corpo: escola para Maria Helena? Onde e como aprender a ler e a escrever? Alguns de seus irmãos já frequentavam escolas; mas, quanto à Maria Helena, a esta altura, uma adolescente: nada, nada, nada!

Finalmente, uma luz no fim do túnel: seu pai, o Senhor Oséias, tomou conhecimento da existência do Instituto e da sua importância para o cego em todo o Brasil. Essa informação se deu através da família da querida Professora Lúcia Zenun Hildebrandt, que hoje se encontra no gozo de sua aposentadoria. A professora Lúcia, diga-se de passagem, não poupou esforços para que o ingresso de Maria Helena no Instituto não tardasse. Isso veio a ocorrer no dia 7 de março de 1966. A partir desse ponto, já como aluna desta escola, aos 16 anos, uma nova fase de sua vida começa. O limiar desta fase demandou muita luta e muita fé em Deus, já que o fator idade lhe impunha a recuperação do tempo, partindo disso o objetivo maior.

Através do supletivo, Maria Helena concluiu o antigo primário em 1968, iniciando o antigo Ginásial em 1969 com a sua conclusão em 1972. Cursou o Normal no Colégio Santa Rosa de Lima de 1973 a 1975. No ano seguinte, entrou para a Universidade Santa Úrsula, graduando-se em Letras, em 1980. Em 1978, sua irmã caçula Rita de Cássia, com 8 anos,

ingressa no Instituto passando a ser alvo de sua atenção. Em 1981, a Professora casa-se com João Souza de Sena, advindo deste matrimônio uma filha: a Ana Beatriz, isso em 1985. De 1982 a 1984, atua no Magistério do instituto como contratada. Em 1984, presta concurso para o magistério, ingressando no Instituto Benjamin Constant como Professora efetiva onde permanece até agora.

De 1999 a 2002, integrou a Comissão Brasileira do Braille com atuação inclusive no exterior. A professora também tem desempenhado importante papel no terreno educacional ministrando Cursos de Braille e Sorobã em algumas cidades do Brasil.

Fortaleza, disciplina e determinação

Maria Helena, a justa homenageada de hoje guarda em si toda a fonte de inspiração: a começar pela sua teimosa vontade de aprender a ler; sair do interior de Minas Gerais para o IBC — luz para muitos que desejam vencer. E ela venceu!

Como qualquer um que sai da sua zona de conforto, a adaptação ao novo cenário foi difícil. Mas Maria Helena não é qualquer um. É a exata tradução de fortaleza, disciplina e determinação. O IBC e o Brasil viram surgir essa tríplice personificada nela: numa alma perspicaz, pronta a cumprir o seu propósito.

A cada “tec tec” de sua Perkins, um degrau acima conquistado, apesar de seus dedos rígidos e dolorosos. Dedos que tateiam, que desbravam: que lideram a vitória de se acreditar que tudo é possível com fortaleza, disciplina e determinação — com a mesma teimosia daquela menina cega do interior.

Hoje, Maria Helena professora; Maria Helena esposa; Maria Helena mãe; Maria Helena sogra; Maria Helena irmã; Maria Helena cunhada; Maria Helena tia; Maria Helena única e sempre presente em cada um de nós: fonte de toda força e luz!

Essa é a professora Maria Helena, personagem a quem a RBC homenageia merecidamente.

Fonte: Geraldo Sena e Wilen Norat Siqueira — Homenagem prestada à professora Maria Helena Franco Sena pela Associação dos Ex-Alunos do IBC.

Nossas Observações

Caro leitor,

As mudanças operadas nesta revista foram apenas pontuais e sempre contamos e pedimos a sua colaboração. Só dessa forma, compartilhando contribuições de reais e potenciais leitores, cresceremos juntos.

Nosso próximo passo é aumentar o percentual de assinantes que manifestam sua opinião sobre nosso trabalho. Estamos elaborando um questionário que nos propicie um retorno, que nos leve ou não, a uma possível correção de rumos, nos conduzindo sempre ao encontro da vontade majoritária dos leitores. Hoje, apenas 1% dos assinantes comenta sua expectativa e emite sua crítica.

Orgulhamo-nos dos mais de 70 anos desta publicação em Braille. Preocupamo-nos, também, com aqueles que não são usuários do Sistema Braille e se interessam pela RBC, porém, o nosso objetivo é disponibilizar informação, cultura e entretenimento em Braille.

Orgulhamo-nos, mais ainda, do Instituto Benjamin Constant estar próximo de completar 160 anos de fundação e podermos contar com diversas sugestões de homenagens a pessoas e ações institucionais relevantes. Estas indicações, recebidas pela RBC, serão direcionadas para a análise de acordo com os setores envolvidos.